



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Economia Agrária

Volume Único

Joelson Gonçalves de Carvalho



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Administração

UFRRJ - Silvestre Prado

UERJ - Luiz da Costa Laurencel

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Joelson Gonçalves de Carvalho

DIREÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

DESIGN INSTRUCIONAL

Anna Maria Osborne

José Meyohas

Karin Gonçalves

Marcelo Franco Lustosa

Paulo César Alves

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Fábio Rapello Alencar

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

REVISÃO LINGÜÍSTICA E TIPOGRÁFICA

Alexandre Alves

Elaine Bayma

Maria Elisa Silveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Camille Moraes

Cristina Portella

Filipe Dutra

Larissa Averbug

Maria Fernanda de Novaes

Ronaldo Florio d'Aguiar

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

Sami Souza

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2015, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C331

Carvalho, Joelson Gonçalves de.

Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

246 p.; il. 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-458-0010-1

I. Economia agrária. II. Agricultura. III. Campesinato. IV. Política agrícola. V. Movimentos sociais. VI. Conflitos sociais. VII. Agronegócio. I. Título.

CDD:338.0981

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Gustavo Tutuca

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Economia Agrária

Volume Único

SUMÁRIO

Aula 1 – A agricultura e a questão agrária na história do pensamento econômico.....	7
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 2 – O papel da agricultura e o fim (ou não) do campesinato: contribuições de Marx e dos marxistas.....	23
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 3 – O fim do campesinato? Que campesinato?.....	39
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 4 – A economia, o território e a agricultura no Brasil primário exportador.....	51
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 5 – As visões clássicas sobre a questão agrária nacional.....	73
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 6 – A lógica produtivista da ditadura militar: da modernização conservadora à formação dos complexos agroindustriais.....	91
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 7 – Década perdida: a política agrícola e a questão agrária em um contexto de recessão econômica	105
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 8 – Comportamento agrícola a partir da década de 1990: neoliberalismo	119
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 9 – Agronegócio e a agricultura familiar no Brasil: conceitos básicos e debates controversos	135
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 10 – Notas sobre a agricultura familiar no Brasil	147
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 11 – Notas sobre o uso e a ocupação do solo no Brasil	161
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 12 – Movimentos e conflitos sociais no Brasil: passado e presente	173
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	

Aula 13 – Reforma agrária: instrumentos, argumentos e controvérsias	189
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 14 – Assentamentos rurais: locus de trabalho e vida.....	201
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Aula 15 – A economia e a questão agrária: do que tratamos e do que não tratamos.....	223
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Referências	235

A agricultura e a questão agrária na história do pensamento econômico

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

1

Meta da aula

Descrever como evoluíram, na história do pensamento econômico, as análises do papel da terra e da agricultura no desenvolvimento da economia.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar os tipos de classes existentes na economia, segundo a teoria fisiocrata e sua base antimercantilista;
- 2 distinguir as principais diferenças apresentadas pelos clássicos na análise da importância da agricultura para o desenvolvimento econômico;
- 3 estabelecer o papel da terra no desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

Muitos são os temas contemporâneos abordados na Economia Agrária, mas é preciso ter em mente que tais questões sempre estiveram presentes na história do pensamento econômico, especialmente no que se refere à terra e à riqueza gerada por ela.

Entender este processo histórico é condição fundamental para que possamos compreender o atual estágio do desenvolvimento capitalista no campo e suas inter-relações com a economia de modo geral.

NOSSO OBJETO DE ESTUDO: A ECONOMIA AGRÁRIA

Poderíamos começar dizendo que a Economia Agrária é a parte dos estudos econômicos destinada à compreensão das relações de produção, consumo e distribuição do mundo rural, agrícola ou agrário. Contudo, mesmo não estando totalmente errada, seria uma forma muito resumida de apresentar a disciplina que vamos estudar, pois essa definição acaba por não deixar claro o caráter humano e socialmente aplicado das chamadas Ciências Econômicas.

Antes de abordarmos a economia agrária propriamente dita é preciso relembrar o conceito mais geral de Economia, muitas vezes apresentada como a ciência que estuda a interação entre uma oferta limitada e uma demanda ilimitada, grosseiramente apelidada de Lei da Escassez.

Devemos entender a Economia como uma ciência humana socialmente aplicada que se preocupa com as relações sociais de produção. Dito isso, fica claro, portanto, que, para se entender a Economia Agrária é necessário explicitar as ações e relações não apenas dos homens com a natureza, mas também deles com eles mesmos, o que ficará mais claro na medida em que formos avançando em nosso estudo.

Mas o que é Economia Agrária?

Correndo o risco de ser bastante generalista, podemos definir Economia Agrária como a parte da Economia que se preocupa em entender a produção, distribuição e o consumo de produtos agropecuários e as relações sociais presentes neste processo.

Economia Agrária ou Agrícola?

Não podemos nos confundir quanto a isto: a Economia Agrícola tem um foco mais específico voltado à produção propriamente dita, tentando responder a questões, como: *O que produzir? Onde produzir? Quanto produzir?* Já a Economia Agrária abre o leque de perguntas, inserindo questões como: *Quem produz? Quem consome? Como está organizada a produção? Quais as relações de trabalho presentes no campo?*

Em síntese, em Economia Agrícola, podemos dizer que a terra é um fator de produção que, somada ao capital e ao trabalho, gera mercadorias para satisfazer as necessidades humanas. Mas, dentre as preocupações da Economia Agrária, a terra não é apenas um fator de produção, é também um locus de produção e reprodução social, isto é, local onde se produzem mercadorias, vive-se, trabalha-se, onde as pessoas relacionam-se, moram, criam seus filhos e criam também uma identidade comum, compartilhada entre seus pares.

Quem são essas pessoas que vivem, trabalham e criam seus filhos na terra? Essa pergunta pode parecer simples, mas não é. Será um camponês, agricultor, empresário rural, fazendeiro, trabalhador sem terra, meeiro, sitiante, colono...? Muitos são os debates e controvérsias em torno dos que vivem e trabalham no mundo rural, debates estes que transcendem a Economia Agrária.

As ações e relações sociais de produção que se estabelecem no mundo rural não são exclusividade da economia. Outras ciências também têm esta preocupação, resultando daí o termo *Questão Agrária*, muito pesquisada em todo o conjunto de ciências humanas, da terra e sociais aplicadas.

Convencionou-se chamar de *questão agrária* o conjunto dos problemas relativos à produção e reprodução social no campo dentro do capitalismo. Nunca é demais reforçar que o capitalismo desenvolve-se historicamente como um modo de produção desigual e contraditório. A penetração do capitalismo no campo não poderia se dar em outros termos; portanto, o desenvolvimento capitalista da agropecuária – e das relações sociais de produção que permeiam o mundo rural – também é caracterizado pelo processo desigual e contraditório do capitalismo.

Buscar entender melhor estas questões será nossa tarefa nesta disciplina.

A FISIOCRACIA E A TERRA ENQUANTO ÚNICA FONTE DE GERAÇÃO DE RIQUEZA

Antes mesmo de existir uma teoria sistematizada que pudesse ser chamada de Economia, um grupo de pensadores franceses, aproximadamente na década de 1750, construiu uma teoria antimercantilista, focada na importância da produção, a fisiocracia, tendo como base de sua argumentação a ideia de que apenas a terra (ou a natureza) seria capaz de produzir riqueza.

Lembremos
que o mercantilismo
HEGEMONIZOU a prática política e
econômica das potências europeias até o século
XVIII. As principais características
do mercantilismo eram:

- a) balança comercial favorável, ou seja, exportar mais e importar menos, gerando superávit;
- b) um Estado protecionista, de modo a garantir este superávit, valendo-se para isso inclusive dos pactos coloniais;
- c) a ideia metalista que baseava a riqueza de uma nação pela quantidade de metais preciosos que ela possuía, especialmente ouro e prata.

HEGEMONIZOU

Diz respeito à dominação política e econômica de um povo sobre o outro.

Para a economia fisiocrata, só a agricultura gerava *produto líquido* – um excedente em relação aos custos agrícolas –, o qual, transferido aos proprietários fundiários na forma de renda da terra, seria a causa ou o motor do desenvolvimento de uma nação.

Em síntese, para os fisiocratas, como *François Quesnay* (1694-1774), seu principal expoente, existiam na economia três classes bem distintas. O quadro a seguir apresenta a caracterização delas nas palavras do próprio autor.

Quadro 1.1: Três classes na economia, segundo Quesnay

A classe produtiva	É a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários de terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação.
A classe dos proprietários	Compreende o soberano, os possuidores de terras e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da reprodução que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração.
A classe estéril	É formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram rendas da classe produtiva.

Fonte: Quesnay (1996, p. 211).

**Figura 1.1:** François Quesnay.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fran%C3%A7ois_Quesnay.jpg

Desta divisão entre classes e das transações comerciais e financeiras estabelecidas entre elas, Quesnay criou o *Tableau Économique* (do francês, quadro econômico). O *tableau* foi uma tentativa fisiocrata de demonstrar como o *produto líquido* gerado na agricultura se movimentava em toda a economia na forma de pagamentos de compras estabelecidas no circuito econômico.

Abaixo temos uma das ilustrações feitas pelo próprio Quesnay (1996, p. 21) para demonstrar sua argumentação:

FÓRMULA DO QUADRO ECONÔMICO

Reprodução total: 5 bilhões			
	Adiantamentos anuais da classe produtiva	Renda para os proprietários das terras, o soberano e os dizimelros	Adiantamentos da classe estéril
Somas que servem para pagar a renda e os juros dos adiantamentos primitivos	2 bilhões 1 bilhão 1 bilhão 1 bilhão	2 bilhões	1 bilhão 1 bilhão 1 bilhão
Despesa dos adiantamentos anuais	2 bilhões	Total	2 bilhões
Total	5 bilhões		dos quais a metade é retida por essa classe para os adiantamentos do ano seguinte

Figura 1.2: Tableau Économique – fórmula do quadro econômico.

Fonte: QUESNAY, 1996, p. 21)

A tentativa de explicar a maior ou menor riqueza de uma nação a partir do seu desenvolvimento agrícola tem seus méritos, e um destes é o fato de a análise estar pautada na observação empírica da realidade, o que propiciou um conjunto de políticas econômicas que tinha a produção agrícola como eixo central.

Outro mérito a considerar é o conteúdo antimercantilista, que, além de questionar a ideia de riqueza diretamente relacionada à quantidade de metais preciosos de uma nação, também representou uma dura crítica ao intervencionismo do Estado na economia, apresentando a política do *laissez-faire*, isto é, expressão política para um mercado que funciona livre e sem interferência, algo muito propalado até os dias atuais.

Atividade 1

Vimos que para os fisiocratas as três classes que existem na economia têm papéis muito bem definidos. Faça um pequeno texto sintetizando estes papéis.



Resposta Comentada

Para esta atividade, o poder de entendimento e síntese é fundamental. A primeira classe é a considerada produtiva, ou seja, aquela que trabalha na terra e é responsável pela riqueza do país, gerada pela venda dos produtos produzidos por ela às demais classes. A classe dos proprietários vive do aluguel de suas terras, ou renda da terra. Todo o resto da economia é representado, segundo a fisiocracia, pela classe estéril, que produz todas as outras mercadorias e serviços da economia.

Atividade 2

Por que os fisiocratas eram considerados antimercantilistas?



Resposta Comentada

Comece sua resposta lembrando que os fisiocratas foram pioneiros na defesa do liberalismo econômico e que os mercantilistas defendiam a intervenção do Estado para o desenvolvimento dos interesses mercantis da nação. Dito isso, uma resposta padrão poderia ser: Os mercantilistas se valiam da ação do Estado para favorecer os interesses dos exportadores e gerar uma balança comercial favorável, valendo-se também de fortes restrições à importação, contrariando o princípio fisiocrata do Laissez-faire ou, em outras palavras, mercado livre.

DAVID RICARDO E A RENDA DA TERRA

Em sentido oposto ao da fisiocracia, para *David Ricardo* (1772-1823) – um dos principais representantes do liberalismo econômico – o foco central da economia, em termos gerais, estava na eficiência da agricultura e no modo como esta eficiência condicionava salários e insumos industriais.

Podemos considerar a formalização teórica de Ricardo bem mais elaborada e consistente que a dos fisiocratas e, de Thomas Malthus (seu contemporâneo que estudaremos a seguir). Ricardo conseguiu, à sua época, identificar contradições do sistema econômico que, **EXACERBADAS**, levariam a uma crise profunda e generalizada; por isso ficou conhecido como um economista pessimista.

EXACERBADAS

É tornar mais intenso.

Para o autor, o deslocamento da produção agrícola para terrenos de menor fertilidade e mais distantes dos centros de consumo geraria um aumento nos custos de produção e um aumento do preço dos alimentos, o

que, por consequência, provocaria a necessidade de aumentar os salários dos trabalhadores para que estes conseguissem adquirir o necessário para a sobrevivência. Diante disto, Ricardo vai concluir que, com o aumento dos custos de produção e também o aumento dos salários, o resultado seria uma compressão da taxa de lucro dos capitalistas, que devido à concorrência não poderiam aumentar na mesma proporção os preços dos seus produtos.



Figura 1.3: David Ricardo.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:David_ricardo.jpg

No pensamento ricardiano, o produto da terra era a principal questão da Economia Política. Nas palavras do próprio Ricardo (1996, p. 19):

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – divide-se entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo.

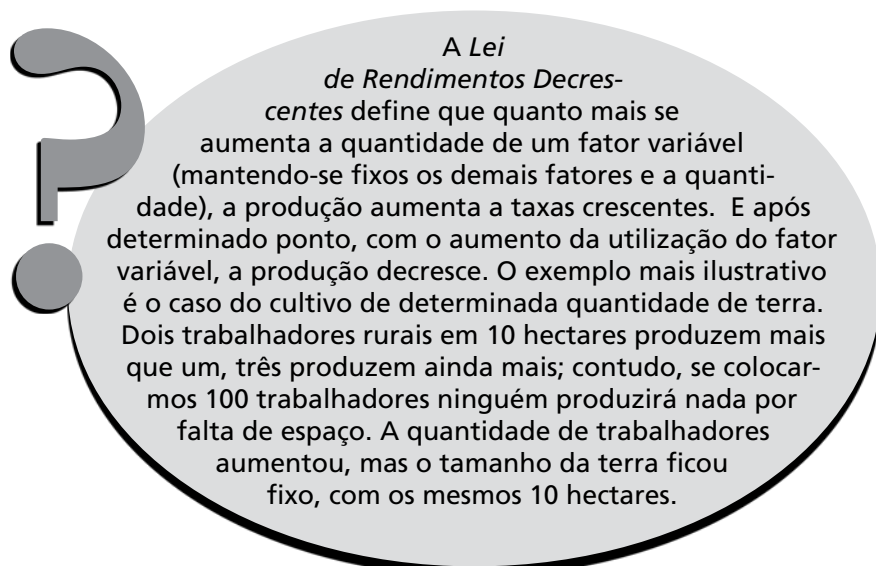
Outro avanço que podemos elencar em relação ao pensamento fisiocrata é a separação entre trabalhadores e donos do capital e também a identificação mais precisa dos ganhos das classes sociais do sistema capitalista. Veja a seguir como Ricardo identificou essas classes:

- 1) Os *donos da terra*, que recebem renda por sua condição de proprietários fundiários;
- 2) Os *capitalistas*, que têm o capital necessário ao cultivo da terra, recebendo lucros; e
- 3) Os *trabalhadores*, que, empregados no cultivo da terra, recebem salários por serviços prestados.

As proporções do produto total da terra destinadas a cada uma das classes (proprietário de terra, dono do capital e trabalhadores, designadas sob os nomes da renda, lucro e salário), eram essencialmente diferentes, dependendo principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população e, entre outros, dos instrumentos empregados na agricultura.

Pense no modelo de Ricardo e reflita sobre esta frase: *quem determina o preço dos produtos agrícolas é a terra de menor fertilidade e, portanto, com maior custo.*

Se partirmos da ideia de que as primeiras terras (Terra 1, depois Terra 2, depois Terra 3 etc.) sejam mais férteis e mais bem localizadas como queria Ricardo, fica fácil entender por que, para o autor, existia uma *Lei de Rendimentos Decrescentes* na agricultura que se estenderia por toda a economia, gerando uma queda na taxa de lucros dos capitalistas e, por fim, a crise. Quanto mais se avança nas terras de menor fertilidade por conta do crescimento econômico, aumento da população, entre outras variáveis, mais o custo aumenta.



Na verdade, o que acontece é que os produtores capitalistas acabam, por força da concorrência, tendo margens de lucros próximas. Quem acaba por se apropriar do valor a mais gerado pela diferença entre as diferenças de fertilidade é o dono da terra, ou, em termos atuais, o latifundiário. Em outras palavras: quanto maior o crescimento econômico, mais terras menos férteis são demandadas e, devido à produtividade decrescente da agricultura, menores são as parcelas de lucros em detrimento do aumento da renda apropriada pelos donos da terra.

Como já explicado nas páginas anteriores, para Ricardo existem três classes econômicas: o trabalhador, o capitalista e o proprietário. Ou seja, o proprietário da terra, que vive da renda da terra, não é o mesmo que cultiva a terra e vive de salários, nem o mesmo que emprega seus recursos financeiros (investimento) para o cultivo dela.

Por fim, lembremos que Ricardo é um dos principais representantes do liberalismo econômico; portanto, sua argumentação também colide com as restrições às importações de trigo que vigoravam na época, conhecidas como *Corn Laws*.



As *Corn Laws* surgiram na Inglaterra como uma forma de diminuir a concorrência do comércio de trigo ou milho da França e outros países. Se quiser saber mais detalhes sobre esse assunto, acesse o *link*: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/07/22/000.htm>.

Esta é uma simplificação muito limitada do modelo de evolução da renda fundiária de David Ricardo. Ela deixa claro que, para Ricardo, existia um limite ao crescimento econômico que seria dado pelos próprios limites da terra e dos recursos naturais, pois a continuidade do processo de produção e desenvolvimento nacional e o consequente aumento da população, impelem o cultivo de terras cada vez menos férteis, com custos crescentes ou rendimentos decrescentes.

Atividade 3

Com base no que você aprendeu até agora, trace um paralelo das diferenças principais entre o pensamento de Ricardo e dos fisiocratas, no que se refere ao papel da terra no crescimento econômico.



Resposta Comentada

Ricardo tem uma teoria bem mais elaborada que a de seus antecessores, a começar por identificar nas classes que compõem a economia o trabalhador e também a parte da renda de que cada classe se apropria, isto é, salários aos trabalhadores, renda da terra aos proprietários e lucros aos capitalistas. Outra marcante diferença é que, para os fisiocratas, a natureza ou a terra é a principal fonte de riqueza, sem necessariamente apresentar limites estruturais de estagnação. Já em Ricardo é a eficiência na produção agrícola que cumpre importante papel no crescimento; contudo, o necessário uso de terras cada vez menos férteis tende a aumentar os custos e reduzir os lucros não apenas da agricultura, mas em toda a economia, criando limites ao crescimento econômico.

MALTHUS, SUPERPOPULAÇÃO E A CRISE DE ALIMENTOS

Contemporâneo de David Ricardo, *Thomas Malthus* (1776-1834) foi o autor de umas das teorias mais popularizadas e conhecidas até hoje pelo senso comum: a *teoria populacional* ou *teoria da superpopulação*. Observando o crescimento populacional dos Estados Unidos, Malthus concluiu que a cada 25 anos a população dobrava, ao passo que a produção de alimentos na Grã-Bretanha cresceria a uma taxa bem menor no mesmo período. Segundo Malthus (1996, p. 246):

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética.



Figura 1.4: Thomas Malthus.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Malthus.jpg

O contexto de sua análise é o decorrente da Revolução Industrial. Influenciado por este contexto, marcado pelo crescimento da pobreza, de pestes e morte, o economista e demógrafo inglês concluiu que a população estava crescendo em progressão geométrica, entretanto, a produção de alimentos crescia em progressão aritmética, isto é, a produção de alimentos não acompanhava o crescimento da população, o que geraria aumento da pobreza e da mortandade. Podemos supor então que, em um dado espaço de tempo, para Malthus, o crescimento da população superaria em muito o crescimento da produção de alimentos. Podemos ilustrar isto no gráfico abaixo:

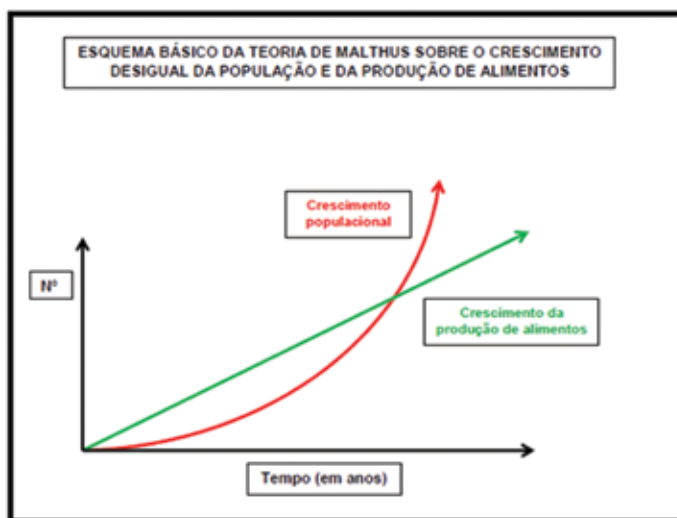


Figura 1.5: Gráfico de teoria de Malthus sobre o supercrescimento populacional.

Mesmo com estatísticas comprovadamente falhas, Malthus tem seus méritos ao deixar claro que, para os pensadores liberais, a pobreza é de responsabilidade dos pobres. Na apresentação que Sandroni (1999, p. 363) faz de Malthus, o autor destaca que “A única forma de evitar essas catástrofes seria negar toda e qualquer assistência às populações pobres e aconselhar-lhes a abstinência sexual, com o fim de diminuir a natalidade”. Infelizmente, essa é uma visão ainda corriqueira nos dias atuais. Quantas vezes já lemos ou ouvimos alguém dizer que o desemprego é culpa da preguiça do desempregado, ou que a pobreza está na alma do pobre, ou ainda que políticas sociais compensatórias, como por exemplo, o bolsa-família, estimulam os pobres a ter mais filhos? Vale a pena pensar sobre isso!

Voltando ao nosso assunto central, na visão malthusiana, com o crescimento populacional a quantidade de trabalhadores querendo trabalhar seria maior que a quantidade de emprego oferecida no mercado. Em linguagem econômica: a oferta de trabalho é maior que a demanda por trabalhadores. Com este desequilíbrio, os salários naturalmente cairiam e cabia aos trabalhadores entenderem e aceitarem tal situação.

Para piorar o contexto, com a população crescendo mais que a produção de alimentos, o preço da comida subiria. Em outras palavras: salários caindo e preço dos alimentos subindo, resultando em pobreza, fome e morte, tendo esta um papel especial para reequilibrar temporariamente a situação.

Muitas foram as mudanças ocorridas com a Revolução Industrial, tais como produção em massa, barateamento dos produtos e estímulo ao consumo, êxodo rural e produção agrícola direcionada à indústria. Outras tantas mudanças, nos séculos seguintes, no que se refere a adubos, fertilizantes e maquinários, alteraram radicalmente a produção e as formas de trabalho na agricultura. Essas mudanças foram determinadas e determinantes para que o capitalismo penetrasse no campo, com significativo aumento da produção e da produtividade e drásticas alterações nas relações de trabalho, tanto no espaço urbano quanto no rural.

Muitas das teses sobre o papel da terra e da agricultura para o desenvolvimento do capitalismo que vigoravam até esse período caíram em descrédito ou desuso, outras se fortaleceram; dentre elas destaca-se a de que a agricultura passa a ter um papel subordinado à grande indústria, impactando na existência dos camponeses, tema que estudaremos na próxima aula.

Atividade 4

Você acredita que podemos responsabilizar os pobres por sua própria pobreza, como queria Malthus?



Resposta Comentada

Obviamente, tal pergunta tem uma margem muito grande para possíveis respostas de diversas formas, entretanto acreditamos ser um equívoco culpar os pobres por sua condição de miséria. Os limites estruturais que o próprio capitalismo impõe a uma apropriação de riqueza mais igualitária deixam claras as dificuldades em eliminar a pobreza como um todo. Aqui a capacidade de argumentação e sustentação de sua resposta é mais importante do que uma resposta propriamente dita.

Atividade Final

A partir da leitura feita até aqui, o que podemos dizer sobre o papel da terra no desenvolvimento econômico para os autores estudados?



Resposta Comentada

A terra vista pelos fisiocratas era a variável mais importante para o desenvolvimento de uma nação. Isto se justifica quando contextualizamos os autores em seu tempo histórico. Com o desenvolvimento do próprio capitalismo, o modo de ver a importância da terra passou a estar conectado com os demais setores da economia. Entretanto, ainda analisando as contribuições que vimos até agora, o mundo ainda não conhecia tratores, insumos químicos e equipamentos modernos e por isso a fertilidade decrescente do solo ou um desequilíbrio entre a população e a quantidade de alimentos passou a ser uma temática recorrente e preocupante desses pensadores.

RESUMO

Uma das primeiras formalizações teóricas de relevância sobre o papel da terra e da agricultura na riqueza de um país pode ser encontrada na escola fisiocrata. Em grande medida, no pensamento dos economistas da escola fisiocrata era o excedente agrícola que gerava a riqueza e possibilitava a condução das outras atividades econômicas (consideradas atividades estéreis) de outros setores não agrícolas. David Ricardo, contrário a esta visão, considerou que o uso cada vez mais necessário de terras menos férteis determinaria custos maiores e lucros menores, o que resultaria em crise na economia. Por fim, Malthus, tão pessimista quanto Ricardo, previu que o crescimento da população superaria o da produção de alimentos, resultando também em crise, fome e morte.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, daremos continuidade ao estudo da importância da agricultura para o desenvolvimento capitalista, mas sob outra vertente: a de Marx e dos marxistas. Este debate é muito importante não apenas por seu peso histórico como por sua influência nas interpretações da questão agrária nacional desenvolvidas por grandes intelectuais brasileiros.

O papel da agricultura e o fim (ou não) do campesinato: contribuições de Marx e dos marxistas

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

2

Meta da aula

Apresentar as análises marxistas sobre a questão agrária e suas teses, que variaram entre pregar o fim do campesinato até sua análise como uma estrutura não capitalista.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar as principais contribuições de Marx e dos autores marxistas sobre a penetração do capitalismo na agricultura e suas consequências.
- 2 apresentar a ideia de economia camponesa como uma estrutura econômica não capitalista.
- 3 compreender o debate marxista sobre o fim ou não do campesinato no desenvolvimento do capitalismo.

objetivos

INTRODUÇÃO

Nesta aula, apresentaremos um importante debate, protagonizado por Marx e os marxistas de maior destaque no que tange à questão agrária. Este debate foi fundamental para que os problemas decorrentes da patente penetração do capitalismo no campo fossem enfrentados e ganhassem um corpo teórico que passou a ser denominado de *questão agrária*.

As diversas análises inseridas neste debate contribuíram de modo muito significativo para a compreensão das contradições inerentes ao próprio capitalismo de maneira mais geral e, de modo mais específico, como estas contradições manifestam-se no campo.

MARX E O PAPEL SUBORDINADO DA AGRICULTURA

Não é fácil apresentar o pensamento de *Karl Marx* (1818-1883) em poucas linhas, mas em um esforço de síntese vamos partir do mundo de ampla concorrência, desenhado por David Ricardo, com dois protagonistas: os capitalistas (aqueles que são donos dos meios de produção) e os trabalhadores (que têm apenas a força de trabalho para vender). Marx coloca-nos a pensar: *como haveria lucro, se todas as mercadorias fossem vendidas a um preço honesto e justo?*

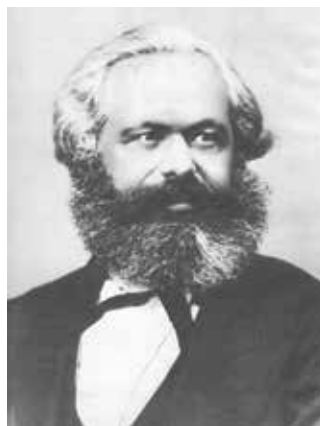


Figura 2.1: Karl Marx.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marx1867.jpg>

Sua obra ensina-nos que o lucro será extraído da mercadoria “força de trabalho”, uma vez que o trabalhador recebe apenas o necessário para sua subsistência, mas produz, com seu trabalho, mais valor

do que recebe. Ou seja, o trabalhador recebe menos do que produz e a diferença entre esses valores – conhecida como *mais-valia* – fica com o capitalista, na forma de lucros. Em outras palavras, o lucro tem origem no trabalho não pago, denominado *mais-valia*.

Em termos atuais, poderíamos dizer que, se os salários fossem justos, não haveria lucro; portanto, o trabalhador sempre recebe menos do que gera ao patrão.



A mais-valia “consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados. Marx, assim como Adam Smith e David Ricardo, considerava que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Sendo a força de trabalho uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador (alimentos, roupas, moradia, transporte etc.), se este trabalhar além de um determinado número de horas, estará produzindo não apenas o valor correspondente ao de sua força de trabalho (que lhe é pago pelo capitalista na forma de salário), mas também um valor a mais, um valor excedente sem contrapartida, denominado por Marx de mais-valia” (SANDRONI, p. 363).

Voltando ao raciocínio inicial, a competição entre os capitalistas faz necessário que eles expandam suas atividades econômicas para se destacarem em relação aos seus concorrentes.

Para Ricardo, como vimos na aula anterior, os salários tenderiam a subir e os lucros tenderiam a cair, mas na análise de Marx não. Para esse autor, os capitalistas passam a introduzir, no processo de concorrência, máquinas e equipamentos que, por sua vez, reduzem a utilização de mão de obra, gerando desemprego e um **EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA**, que tende a forçar os salários a níveis muito baixos.

EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

É uma expressão empregada por Karl Marx para designar o conjunto dos trabalhadores desempregados em decorrência do emprego de novas máquinas e equipamentos, de jovens que não encontram trabalho ou ainda de trabalhadores agrícolas expulsos do campo pela mecanização da agricultura.

O problema é que, se todos os capitalistas agirem assim, eles irão reduzir a quantidade de trabalhadores em suas firmas, reduzindo sua fonte do lucro – que é o trabalho não pago – e consequentemente gerando crises do sistema capitalista, crises estas que podem ser seguidas por períodos de crescimento, pois as firmas que entram em falência colocam à disposição máquinas e equipamentos baratos além de mais desempregados que pressionam os salários ao mínimo necessário à subsistência.

Mas o processo recomeça e as próximas crises sempre são mais profundas que as últimas, devido ao processo constante de concentração do capital, que consiste na compra de empresas menores por empresas maiores. Entretanto, todo este processo não se dá à revelia do campo e das atividades rurais, pelo contrário.

Na medida em que o desenvolvimento da indústria cria demanda de produtos específicos, como a lã, por exemplo, isso impacta diretamente no modo de produção camponês, que agora tem mais mercado para seu produto. Ao mesmo tempo, para ofertar lã com preço baixo que a indústria queira pagar, o camponês terá de aumentar sua produtividade, incrementando, por exemplo, os cuidados com as pastagens, trocando adubo orgânico (fezes de animais) por fertilizantes químicos.

O aumento da produtividade buscado pelo camponês é para que ele consiga ofertar sua matéria-prima com um menor preço, mais atrativo à indústria, contudo, neste processo seu custo tende a aumentar.

No final, para conseguir ter uma produção adequada aos interesses da indústria, o camponês terá de se especializar cada vez mais em uma única produção (no caso, ovelhas para a produção de lã) e vai acabar deixando de produzir, inclusive, gêneros alimentícios que antes ocupavam parte de sua terra e de seu dia de trabalho, tendo de os adquirir no mercado.

Figura 2.2: O processo de penetração do capitalismo no campo

A	A I	I A I
Antes a agricultura era autossuficiente. O que era produzido era consumido <i>in loco</i> pela família ou era usado para garantir a nova produção (agrícola ou pecuária).	Com a constituição do capitalismo, a agricultura passa a produzir gêneros agrícolas, especialmente alimentícios, para o mercado.	Com a consolidação do capitalismo industrial, a agricultura passou a ser uma ilha de produção. Primeiro tem que comprar insumos e ferramentas da indústria e depois vender a produção para a mesma.

IN LOCO

É uma expressão em latim que designa “no local”.

Se observarmos esta pequena história, percebemos que o camponês – que antes era autossuficiente, produzindo para si e sua família – agora vende um produto à indústria para, em seguida, com o dinheiro recebido, comprar outros produtos também da indústria.

Aos poucos, o camponês foi deixando de ser autônomo. Muitos não conseguiram se adequar às novas técnicas e acabaram sendo expulsos do campo, partindo para as cidades em busca de emprego na condição de proletários. No final, a grande propriedade que conseguiu assimilar novas técnicas e acompanhou o desenvolvimento da indústria foi a que se sobressaiu e que hoje tem sua produção subordinada aos interesses do capital industrial.

A partir da patente penetração do capitalismo no campo, com significativo aumento da produção e da produtividade e de drásticas alterações nas relações de trabalho, tanto no espaço urbano quanto no rural, Karl Marx vai concluir que, ao contrário do que os fisiocratas e Ricardo supunham, a agricultura passa a ter um papel subordinado à grande indústria. Para Marx:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que *aniquila* o baluarte da velha sociedade, o “*camponês*”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado (1996, p. 132, grifos nossos).

Com certeza, Marx é um autor bastante controverso e, mesmo não tendo tratado sistematicamente o tema da terra, a influência de sua obra foi maior do que a de muitos trabalhos completos sobre o tema e pode ser notada especialmente nas obras de Lênin, Kautsky e Chayanov. Esse debate, com seus diversos vieses, contribuiu para o avanço dos estudos agrários, especialmente por reconhecerem a *conflitualidade*, enquanto conceito importante para entender os determinantes estruturais da questão agrária no capitalismo.

Antes de analisarmos as principais contribuições dos autores dessa vertente teórica, é bom explicar o arcabouço ideológico por trás de suas contribuições. A renda da terra passou a ser discutida por teóricos marxistas, associada ao processo de diferenciação e de recriação do campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste sentido, destacaram-se os trabalhos de Kautsky (1986), Lênin (1985) e Chayanov (1981). Estes autores são socialistas, mas os dois primeiros acreditavam que o socialismo surgiria enquanto uma fase posterior do capitalismo e que seria mais forte quanto mais desenvolvidas estivessem as forças capitalistas, o último acreditava em uma economia camponesa não capitalista, como veremos mais adiante.

Por isso, estes autores e diversos outros de orientação marxista pregam o fim do campesinato como condição essencial para o pleno desenvolvimento das forças capitalistas no campo e, por consequência, na sociedade. Deste modo, com o pleno desenvolvimento das forças capitalistas operando, haveria espaço para a transição da sociedade capitalista para uma sociedade socialista.

LÊNIN E O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DO CAMPESINATO

Vladimir Lênin (1870-1924) foi o principal líder da Revolução Russa, influente pensador e autor de importantes obras sobre o desenvolvimento capitalista e suas contradições. Destaca-se, especificamente para nosso tema, a obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, escrita originalmente em 1899, na qual o autor marxista – e revolucionário – explica como o capitalismo, enquanto fase transitória para o socialismo, mudaria as relações sociais até então presentes na agricultura. Lênin via que a evolução do capitalismo no campo acelerava e aprofundava

as contradições na comunidade camponesa, destruindo-a, liberando, portanto, os camponeses (agora desempregados) para a formação do proletariado urbano.



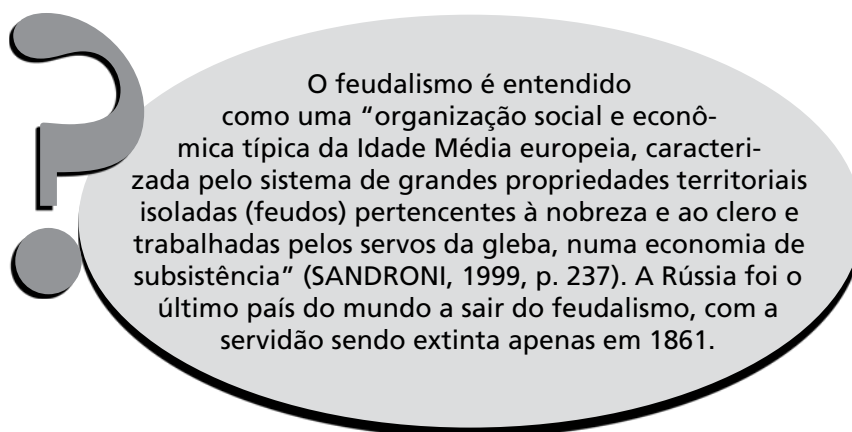
Figura 2.3: Vladimir Lênin.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bundesarchiv_Bild_183-71043-0003,_Vladimir_Iljitsch_Lenin.jpg

Este processo, denominado pelo autor como *diferenciação do campesinato*, consistia em uma ação do capitalismo que buscava criar seu próprio mercado onde antes ainda não havia penetrado. De modo esquemático, seria assim o processo gradual de diferenciação do campesinato no capitalismo:

- Os *camponeses ricos* – caracterizados como aqueles que empregam a força de trabalho de camponeses pobres e que poderiam se tornar capitalistas;
- Os *camponeses médios* – caracterizados como aqueles que podem ou não empregar a força de trabalho dos camponeses pobres, possuindo retorno suficiente para manter os seus estabelecimentos e atender às demandas de suas famílias;
- Os *camponeses pobres* – caracterizados como aqueles que são impelidos a vender sua força de trabalho a outros camponeses e tendem a ser desintegrados e a se transformarem em proletariado.

É bom saber que a Rússia em que Lênin escreve é um país com significativos resquícios feudais e com uma indústria muito incipiente. Este quadro propiciou o surgimento de muitos ativistas políticos, com os quais Lênin vai debater, que acreditavam que ali poderia nascer um país comunista sem necessariamente passar pela fase do capitalismo, como queria Marx, tese esta denominada *socialismo agrário*.



Este pensamento influenciou muitos militantes, membros da elite urbana, conhecidos como *narodniks* ou populistas russos. Para os populistas, a baixa produção e a quase autossuficiência do campesinato russo colocariam em risco o pleno desenvolvimento do capitalismo na Rússia, pela ausência de mercado interno para produtos industrializados. O crescimento do capitalismo industrial na Rússia, para os populistas, seria artificial e problemático na medida em que desarticulava a economia camponesa, limitando ainda mais o pequeno mercado interno (NETTO, 1985). Esta tese estava equivocada na medida em que Lênin

demonstra que a ruína dos camponeses não implica a liquidação do mercado interno para o capitalismo – ao contrário, é uma consequência necessária do processo de emergência e evolução do capitalismo que promove a industrialização e que acelera e aprofunda os antagonismos que, já existentes no bojo da comunidade camponesa, desintegram o campesinato e liberam massas para a formação do proletariado (NETTO, p. XV).

Observamos que, para Lênin, a desintegração do campesinato era certa e ocorreria na medida em que parte dos camponeses se transformaria em patrões e parte em operários agrícolas. Lênin, obviamente, estava ciente dos males que o desenvolvimento do capitalismo poderia gerar, como o aumento da concentração da riqueza e consequente aumento da pobreza. Contudo, pelo seu viés marxista, estava convencido de que para a melhor transição possível para o socialismo, a Rússia deveria ter uma agricultura mais eficiente, com maior produtividade, o que, pela marcante presença de relações feudais, não era possível, argumento este compartilhado, com algumas especificidades, pelo colega alemão Kautsky.

KAUTSKY E A TESE DE RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Karl Kautsky (1854-1938) foi um dos principais teóricos marxistas da Alemanha e teve forte influência na política de seu país. Sua principal obra foi *A questão agrária*, escrita em 1899, trabalho no qual ratifica que o desaparecimento do campesinato é uma condição para a implantação do socialismo, além de ser a primeira obra sistemática sobre como o capitalismo penetra na agricultura.



Figura 2.4: Karl Kautsky.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Kautsky_01.jpg

O autor estudou o desenvolvimento do capitalismo no campo em um período marcado pela crescente industrialização e fez questão de deixar claro que o grande estabelecimento agropecuário tem supe-

rioridade em relação ao pequeno no que tange à produtividade. É bom ter em mente que, ao contrário de Lênin, Kautsky está escrevendo em um país que apresenta elevado grau de industrialização e com intensas relações entre os meios urbano e rural.

As necessidades da sociedade e as condições impostas por essa mesma sociedade orientam o desenvolvimento no sentido da evolução para o grande estabelecimento social cuja forma suprema reúne em uma entidade firme e única a agricultura e a indústria. Em resumo, a tese central de Kautsky é a de que o desenvolvimento da agricultura segue o caminho da indústria.

Obviamente, isto é um processo e, partindo de uma análise marxista, o autor vai verificar que, na medida em que o capital apodera-se da agricultura, ele também a revoluciona, tornando insustentáveis as velhas e arcaicas formas de produção, favorecendo, em última instância, o grande estabelecimento agrícola.

Dentro desse contexto, o autor vai apresentar os grandes estabelecimentos rurais como superiores em relação aos pequenos, mas vai destacar as mazelas do latifúndio privado, tais como concentração fundiária, proletarização, expropriação e submissão do camponês. Podemos deduzir então que, para o autor, o estágio final deveria ser o grande estabelecimento agropecuário socialista (GIRARDI, 2008).

Mas, para Kautsky, o desaparecimento do campesinato não é algo natural, pois o processo de subordinação ao capitalismo gera um intenso processo de desintegração, mas não seu desaparecimento, pois ele é recriado. De modo contraditório, ao mesmo tempo que o avanço do capitalismo destrói a organização camponesa, acaba apresentando a necessidade de recriá-la – seja via arrendamento, venda ou outras formas – pois a expulsão dos camponeses acaba expulsando também a mão de obra de pobres que, mesmo com alguma terra, tinham de vender sua força de trabalho para sustentar sua família.

Para Kautsky, o capitalismo não promete o fim do grande estabelecimento (pelo contrário), mas também não promete o fim do pequeno. Este argumento do autor é extremamente interessante, pois ajuda a entender a convivência no mundo rural de duas formas de produção: a capitalista e a camponesa.

Uma passagem de Kautsky nos ajuda a entender a dramaticidade do dilema do camponês vivendo neste processo de constante fragmentação: “As boas colheitas que deveriam ser comemoradas somente pela sua produtividade biológica – mais grãos – agora podem ser sinais de preço baixo, uma contradição da nova fase industrial do capitalismo” (KAUTSKY, 1986, p. 41).

O camponês, nessa obra, é definido como o trabalhador que vende produtos agrícolas, mas não emprega mão de obra assalariada, a não ser em pequeno número. Ele é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade, vive do seu trabalho. Este argumento final – viver do trabalho – será o ponto central de outro importante autor que veremos a seguir, Alexander Chayanov.

Atividade 1

Quais as similitudes e diferenças nas contribuições dos autores até agora apresentados no que tange à penetração do capitalismo na agricultura?

Reposta Comentada

Devemos observar que, mesmo não tendo tratado sistematicamente a questão agrária, Marx conclui que, no pleno desenvolvimento das forças capitalistas, a agricultura passaria de um estágio de autossuficiência para um estágio de completa subordinação em relação à indústria e à consequente transformação do camponês em proletariado. Lênin concorda categoricamente com esta observação apresentando o processo de diferenciação do campesinato em patrão ou empregado. Já Kautsky apresenta a ideia de que vai existir um contínuo processo de recriação do pequeno estabelecimento agropecuário, mas que caberia ao Estado socialista o papel de caminhar para o grande – e mais eficiente – estabelecimento agropecuário.

CHAYANOV E O EQUILÍBRIO ENTRE CONSUMO E TRABALHO

Em sentido oposto à lógica do desaparecimento do campesinato, Alexander Chayanov (1888-1939(?)) propôs uma nova forma de ver a agricultura camponesa. Chayanov era um intelectual empirista e dirigiu a cadeira de Economia Agrícola na União Soviética até 1930, tendo contribuído com a publicação de mais de 4 mil volumes de trabalhos sobre a agricultura camponesa soviética.

Chayanov elaborou uma teoria que servia bem à realidade russa. Importante dizer que a realidade russa estudada por Chayanov não tinha a propriedade privada como elemento estruturante, pelo contrário, cada família recebia um pedaço de terra da comuna para seu uso. Em caso de desmembramento familiar, como o casamento do filho, nada mudava o tamanho da terra trabalhada, pois o novo casal solicitava à comuna seu pedaço de terra.

Em seu texto *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*, Chayanov explica que todos os fenômenos econômicos estavam exclusivamente sendo pensados em termos capitalistas, o que relegava à insignificância os tipos de economia não capitalistas, tais como a economia camponesa. Para ele, o modo de produção capitalista é predominante, mas não é o único. A economia camponesa deveria ser tratada como um sistema econômico próprio não capitalista, com análises e parâmetros diferentes dos habituais. Um exemplo para facilitar o entendimento: para Chayanov era inconcebível estimar lucro em um sistema camponês, uma vez que a quantidade de trabalho se dava em função do consumo das famílias e não da quantidade de lucro esperada.

Para justificar suas concepções distintas dos principais teóricos da época, Chayanov caracteriza o camponês como um sujeito que cria sua própria existência a partir do “equilíbrio” entre o trabalho e o consumo na medida certa para satisfazer as necessidades da família. Nas palavras do próprio autor:

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão de obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família (CHAYANOV, 1974, p. 101).

O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, trata-se de um sistema econômico sobre cuja existência é possível encontrar as leis de sua própria reprodução e desenvolvimento. Em outras palavras o camponês é flexível e pode contar com o trabalho acessório, isto é, quando precisar de dinheiro pode vender sua força de trabalho, sem com isso deixar de ser camponês. Por isso, sobrevive e se reproduz.

A resistência às ideias e ao trabalho de Chayanov foi dura. O próprio Josef Stalin (1879-1953) pronunciou-se, em discurso em 1929, colocando-se contra a teoria do equilíbrio e da estabilidade da pequena economia camponesa. Nas palavras do líder soviético: “A única coisa que não se compreende é o porquê dessa teoria anticientífica dos economistas “soviéticos” do tipo de Chayanov circular livremente em nossa imprensa” (STALIN, 1981, p. 172).



Figura 2.5: Josef Stalin.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portrait_of_Stalin_in_1936.gif

Em 1930, em meio à intensa perseguição stalinista, conhecida historicamente como **Grande Expurgo**, Chayanov e outros importantes cientistas agrários foram acusados de organizar um partido camponês “contrarrevolucionário” que, conforme se lê em Abramovay (2007, p. 64), foram os bodes expiatórios para explicar a grande escassez de alimentos, especialmente de carne. Depois de deportado, não se soube com exatidão a data de sua morte (fato que explica o ponto de interrogação entre parênteses no início deste tópico).

Expurgo é o termo histórico

que personifica a violenta perseguição de Stalin a seus opositores políticos. Segundo dados oficiais do governo russo, durante o governo de Stalin, foram aproximadamente 3 milhões de vítimas. Destas, pelo menos 800 mil foram acusadas de se oporem ao governo russo e, em seguida, executadas. Estudos independentes estimam que este número seja bem maior.

Atividade 2

Explique o que Chayanov queria dizer com sistema econômico não capitalista.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

Resposta Comentada

Para Chayanov, era equivocado pensar a economia camponesa como capitalista, porque na prática o camponês não se preocupava com o lucro. Ele possuía seu trabalho e sua família e tinha seu consumo familiar. Quanto maior fosse a necessidade de consumo, mais o camponês trabalharia; mas, ao contrário, quanto menor fosse a necessidade de consumo menos o camponês se sujeitaria a trabalhar.

Podemos concluir, é bem verdade, que as contribuições dos autores listados nesta aula são insuficientes para se entender as especificidades do caso brasileiro. Segundo Abramovay (2007, p. 31), a ampliação do trabalho assalariado no campo como consequência do desenvolvimento capitalista encontra pouco respaldo empírico, como queria Lênin. Por outro lado, a inferioridade econômica da agricultura de base familiar, como queira Kautsky, também não se confirma, especialmente nos países avançados. Já a herança do pensamento de Chayanov é bastante significativa: por um lado, ele foi fundamental para que entendêssemos que *a renda familiar de um camponês é um todo indivisível*, diferente de estruturas capitalistas; por outro lado, foi também fundamental sua explicação sobre a *autoexploração* que o camponês exerce em busca de um equilíbrio entre consumo e trabalho. Estes pontos nos ajudarão a entender, nas próximas aulas, a sobrevivência de camponeses tão desvalidos de estrutura e políticas públicas como os brasileiros.

Atividade Final

Podemos afirmar que a penetração do capitalismo no campo eliminou a economia camponesa ou os pequenos estabelecimentos agropecuários?

Resposta Comentada

Se observarmos o mundo atual, isso não se faz verdadeiro. Contrariando as previsões de seu desaparecimento, ainda existem e são significativos os estabelecimentos agropecuários onde o trabalho familiar é predominante – estes são hoje em dia comumente conhecidos como “agricultura familiar”. Com base nos argumentos apresentados na aula, pode-se perceber que houve, sim, um processo de subordinação da indústria sobre a agricultura camponesa; contudo, é inequívoco que esta ainda sobrevive e, em alguns países, pode ser bastante produtiva, como nos países avançados.

RESUMO

Lênin faz uma análise das classes sociais no campo, valendo-se como critério principal da compra ou da venda da força de trabalho, o que ele chamou de *diferenciação do campesinato no capitalismo*.

Kautsky chamou a atenção para a superioridade dos grandes estabelecimentos agrícolas em relação aos pequenos e, juntamente com Lênin, acreditava que o fim do campesinato era condição para o surgimento de uma estrutura mais produtiva e eficiente no campo e isto, por sua vez, era fundamental para a transição para o socialismo.

Para Chayanov, a economia camponesa não desapareceria e nem poderia ser pensada com os métodos que estudam o capitalismo, pois ela era uma estrutura não capitalista que fazia não um cálculo de lucro e, sim, de trabalho necessário para o consumo familiar.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Mas o que é camponês ou campesinato?

Nas páginas anteriores foram apresentadas algumas noções preliminares de como os autores caracterizavam ou até mesmo definiam “camponês”. Contudo, nem de longe existe consenso sobre o que vem a ser esta categoria, nem mesmo se ela existe ou não de fato ou se vai desaparecer com o avanço pleno do capitalismo no campo. Este será o tema de nossa próxima aula.

O fim do campesinato? Que campesinato?

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

3

Meta da aula

Descrever o processo pelo qual haveria o desaparecimento do camponês, questionado sobre sua validade.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar as dificuldades em definir camponês de modo estático;
- 2 caracterizar a visão marxista de desaparecimento do campesinato;
- 3 reconhecer os camponeses brasileiros em sua multiplicidade de formas.

INTRODUÇÃO

BALUARTE

É um termo polissêmico, isto é, possui vários significados. Neste contexto, *baluarte* significa “base”, “sustentáculo”.

*“Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário, à medida que aniquila o **BALUARTE** da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado”.*

Com esta passagem, Marx (1996, p. 132) estabelece um rico e controverso debate sobre o fim ou não do campesinato com o avanço do capitalismo. Curiosamente, o debate sobre o que seria um camponês veio depois e, por incrível que pareça, ainda está presente – e é fundamental –, nos estudos atuais que tratam da questão agrária.

Esta citação de Marx estava presente em nossa última aula e foi usada para apresentarmos como o autor descreveu o processo de subordinação da agricultura à indústria. Agora esta mesma passagem vai nos ajudar a entender como Marx descreveu o modo cruel de expropriação camponesa, ocorrida na Inglaterra. Mas, antes, é fundamental apresentar as dificuldades conceituais do que vem a ser *camponês* ou *campesinato*.

CAMPESINATO E CAMPONÊS: AS DIFICULDADES CONCEITUAIS

Podemos começar esta aula definindo campesinato. Segundo o *Novíssimo Dicionário de Economia*, campesinato é:

GLEBAS

São porções de terra destinadas ao trabalho agrícola.

O conjunto dos grupos sociais de base familiar que, em grau diverso de autonomia, dedica-se a atividades agrícolas em **GLEBAS** determinadas. Em termos gerais, caracteriza-se por produzir baseando-se no trabalho da família, empregando eventualmente mão de obra assalariada; por possuir a propriedade dos instrumentos de trabalho (enxadas, arados, animais de tração etc.); por ter autonomia total ou parcial na gestão da propriedade; por ser dono de parte ou da totalidade da produção (SANDRONI, 1999, p. 76).

Com a definição apresentada acima, poderíamos fazer um grande número de questionamentos, tais como: *Qual o tamanho das glebas determinadas? O que é considerado para a contratação de mão de obra? Modernas máquinas também não são instrumentos de trabalho? O que difere a autonomia parcial da total?* Estas perguntas já nos dão conta da complexidade do que vem a ser um camponês.

Poderíamos, inclusive, fazer muitas outras questões a este respeito. Entretanto, o que precisamos ter em mente é que, para este conceito, talvez a subjetividade e sensibilidade na análise sejam mais elucidativas que a objetividade de um conceito pronto.

Em outras palavras, é necessário ter precaução nas definições de categorias muito complexas, como é o caso de *campesinato*. Camponês só pode ser definido em termos dinâmicos, ou seja, camponês é aquele *que faz* e não aquele *que tem* ou *que é*. Como diria Teodor Shanin (2008), professor da Universidade de Moscou e um dos mais renomados estudiosos do tema: *camponês é, antes de tudo, um modo de vida*.



Figura 3.1: O que determina a condição de camponês é seu modo de vida.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belize_farming_gm.jpg)

File:Belize_farming_gm.jpg

Se aceitarmos que camponês é um modo ou jeito de viver, podemos entender as dificuldades conceituais inerentes a esta categoria, pois o jeito de viver dos russos é totalmente distinto do jeito de viver dos camponeses mexicanos, que, por sua vez, é também muito distinto do jeito de viver dos camponeses brasileiros. No próprio Brasil, observamos grandes diferenças: a vida camponesa de um nordestino se parece muito pouco com a vida camponesa de um gaúcho, por exemplo.

O campesinato já foi a base de todo o sistema social, antes de o capitalismo se consolidar como modo social de produção. Como vimos

na aula anterior, existem teorias que acreditam que a penetração do capitalismo no campo acabaria com o camponês e seu modo de vida. Mas em sentido contrário ao destas teorias, existem evidências reais de que o camponês não apenas está atualmente presente em nossa sociedade como também sua presença não é apenas residual.

É bem verdade que, quando estudamos a consolidação do capitalismo em seu país originário – a Inglaterra –, temos que assumir que ali os camponeses foram expropriados quase que por completo. Analisando a Inglaterra a partir do século XIV, Marx vai descrever minuciosamente o processo de expropriação da base fundiária dos camponeses. Baseado em seu texto, vamos trilhar o caminho que o autor percorreu. Sendo assim, a próxima seção é uma síntese das páginas 342 a 355 do volume II de *O Capital*.

Atividade 1

Por que definir camponês é algo tão complexo?



Resposta Comentada

Falamos que camponês é um conceito dinâmico, pois o camponês é fruto de seu tempo e das relações sociais que estabelece. Ou seja, os camponeses ingleses do século XV eram distintos dos camponeses ingleses do século XIX. Ainda no mesmo raciocínio, cultura, organização social, hábitos alimentares e tipos de cultivo do camponês russo de hoje em quase nada se assemelham ao atual camponês brasileiro. Portanto, é bastante difícil definir um camponês. Contudo, podemos dizer algo em comum destes camponeses: todos têm na economia e no trabalho familiar um ponto em comum.

O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA, DESCRITO POR MARX

Em fins do século XIV, com o fim da servidão inglesa, a maioria da população firmou-se como camponeses livres, economicamente autônomos, com acesso às terras comunais, onde, entre outras atividades, recolhiam lenha e pastavam os animais de sua propriedade. Também havia, é verdade, trabalhadores livres e assalariados no campo; contudo, estes trabalhadores eram também camponeses, com tempo livre para trabalhar em grandes propriedades. O século XV chega e com ele o florescimento das cidades e também das bases do que viria a ser o modo de produção capitalista.

No processo de desagregação do sistema feudal, com a sucessão de gerações de senhores feudais, o dinheiro passou a ter mais importância que o número de súditos sob sua proteção, o que explica em parte a violenta expulsão de uma massa de camponeses, que passa a se dirigir às cidades como proletários livres.

A raiz desse êxodo rural está na valorização da lã, com preços altos, que atendiam ao mercado manufatureiro europeu em expansão. Nas palavras do próprio Marx (1996, p. 343), a nova burguesia “era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa”.



Figura 3.2: As pastagens de ovelhas obtiveram grande impulso na época.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tasburgh%27s_ancient_earthworks_enclosure_-_now_sheep_pasture_-_geograph.org.uk_-_1355699.jpg?uselang=pt-br

Os donos das terras, na tentativa de aumentar as pastagens e acelerar o processo de expulsão dos camponeses – que ainda residiam em suas vastas áreas –, passaram a demolir casas, igrejas e até vilas inteiras instaladas em suas terras. A destruição foi tamanha que até o Rei Henrique VII, em Decreto Real, no ano de 1489, teve de intervir, proibindo a demolição de casas, com o argumento de que as massas populares, nas cidades, estavam ficando incapazes de sustentar a si e suas famílias. Mesmo com o apoio de Henrique VII, manifestado no Decreto Real, e das queixas do povo, a expulsão dos camponeses continuou de forma acelerada.

Gradativamente, com o avanço do capitalismo no campo, a terra deixava de ser um local de moradia das famílias camponesas, passando a ser apenas um fator de produção de matéria prima (a lã), e o camponês expulso transformava-se em outro fator (trabalhador assalariado da indústria). Como resultado desse longo processo, podemos observar que os camponeses independentes, que foram bastante numerosos no final do século XVII, tinham desaparecidos por volta de 1750.

Os proprietários rurais (uma nova aristocracia fundiária que surgia na mesma velocidade em que desapareciam os antigos senhores feudais) estavam aliados ao recém-nascido sistema financeiro e também aos grandes manufactureiros. Os capitalistas burgueses contribuíram sobremaneira com esse processo, uma vez que, dia a dia, a terra passava a ter caráter de mercadoria, usada duplamente: primeiro para expandir as áreas de exploração agrícola e, segundo, para multiplicar a oferta de proletários livres (e pobres) provenientes do campo.

Se, no século XV, o rei tentou impedir a demolição das casas dos camponeses, no século XVIII, ao contrário, o Estado contribuiu para este violento processo de expulsão. Segundo Marx (1996, p. 348), “O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados”. Em outras palavras, por decretos, os grandes proprietários fundiários poderiam eles mesmos executar a expropriação do povo de suas terras comunais para acelerar os seus **CERCAMENTOS** visando à produção agrícola em larga escala.

CERCAMENTOS

(do inglês *enclosures*) Fenômeno ocorrido na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, que consistiu na expulsão dos servos camponeses de terras comunais para seu posterior arrendamento para pastagens de criação de ovelhas.

No século XIX, a propriedade comunal, onde servos e pequenos agricultores independentes produziam seus meios de subsistência, já não existia mais. Em vez disso, as grandes extensões de terras, nas mãos de uma pequena burguesia agrária, passaram a necessitar de cada vez menos trabalhadores. Aumentou expressivamente o número de miseráveis nas cidades que, em busca de trabalho, chegavam a aceitar, na maioria das vezes, valores tão baixos por seus serviços que eram suficientes apenas para satisfazer suas necessidades vitais.

E assim o mosaico social composto por burguesia e proletariado foi se moldando. Derivam daí muitas das análises que se baseiam na polarização social, ou seja, de um lado os donos dos meios de produção (burgueses) e de outro aqueles que vendem sua força de trabalho para viver (proletários). Estas interpretações desconsideram, portanto, a presença do modo de produção camponês.



Vale a pena assistir *Germinal*. Este filme, baseado no romance de mesmo nome de Émile Zola, passa-se na França do século XIX e mostra bem as condições de trabalho dos proletariados daquele período.

Outro excelente filme é *Daens, um grito de justiça*. Ele é ambientado no norte da Bélgica do século XIX e mostra as condições deploráveis de trabalhadores da indústria de tecidos.

Atividade 2

O que aconteceu com o campesinato inglês, na visão de Marx?



Resposta Comentada

Para Marx, houve um processo histórico de expulsão do camponês que trabalhava a terra comunal. A terra passou a ser utilizada como pasto para ovelhas, por conta da produção de lã, e os trabalhadores migraram para as cidades em busca de trabalho nas fábricas, recebendo salários baixos e trabalhando em péssimas condições.

CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

Por conta da grande importância que o pensamento marxista tem para o conjunto das ciências sociais, sua análise do caso inglês acabou sendo generalizado para outros países. Muito por conta disso, é comum achar no pensamento econômico argumentos e análises que tomam o campesinato por residual ou que até mesmo desconheçam sua presença e importância histórica, o que no Brasil é muito frequente. Neste sentido, o campesinato passou a ser entendido como:

uma categoria esquecida, [...] o sinônimo do atraso, da fragilidade política e da dependência; acrescia-se a essas fragilidades a noção da ineficiência econômica, técnica, resultante do seu tradicionalismo e aversão ao risco (WELCH, 2009, p. 23).

Por outro lado, existem também autores que tratam o desenvolvimento econômico da agricultura com toda a sua diversidade social dentro de um grande *guarda-chuva* denominado *agronegócio*. Nesta perspectiva, ignoram-se as diferenças sociais e econômicas dos atores sociais, tais como agricultores pobres e suas famílias, face à grande empresa rural. Esta visão, como veremos em aulas posteriores, é bastante ideológica e enviesada.

Entretanto, em sentido radicalmente oposto surgiu uma importante obra coletiva, denominada *História Social do Campesinato no Brasil* – um conjunto de dez volumes, elaborados por um grande número de importantes pesquisadores do tema, com a intenção de colocar à disposição do grande público parte das lutas e resistências, a diversidade dessa categoria camponesa e, entre outras coisas, a trajetória histórica do campesinato brasileiro.



Esta grande coletânea sobre o campesinato no Brasil – além de outras obras de igual importância – pode ser baixada gratuitamente no site do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) no endereço: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/PublicacoesCompleatas.aspx>. O link para o primeiro volume da coletânea é: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/71/Camponeses%20Brasileiros%20vol%201%20NEAD.pdf>.

A partir do que podemos apreender da leitura desta coletânea e de outras obras de igual importância sobre os camponeses, no caso brasileiro, a situação e o reconhecimento da condição camponesa é bastante difícil desde sua formação.

Os primeiros camponeses no Brasil – um conjunto composto de portugueses pobres, indígenas e africanos – fizeram parte da formação social brasileira, mas com o processo de integração da economia nacional (tanto em termos internos quanto internacionais) e o início do processo de industrialização, as terras camponesas foram se reduzindo de modo significativo. Os privilégios concedidos aos grandes latifundiários, que sempre estiveram bem representados no Estado, ratificaram o latifúndio monocultor de produtos exportáveis, o que, por seu turno, comprometeu sistematicamente a produção e reprodução social camponesa no Brasil (WELCH, 2009, p. 24).

MAS, EM TERMOS EMPÍRICOS, QUEM SÃO OS CAMPONESES BRASILEIROS?

O campesinato entendido em termos mais gerais, como categoria analítica e histórica, “é constituídos por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo” (WELCH, 2009, p. 9). Mas, em termos específicos, quem são os camponeses do Brasil?

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais, como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos, assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH, 2009, p. 11).

Vimos uma infinidade de possibilidades do ser camponês e, por isso, começamos a entender como é difícil definir de forma objetiva essa categoria. Mas, em que pese a multiplicidade de formas sociais que podem ser identificadas como camponesas, é importante termos claro algum norte que nos ajude a qualificar o camponês. Esse sentido pode ser buscado na mão de obra familiar ou, nas palavras do professor Shanin, na economia familiar: “a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade” (2008, p. 34).

Atividade Final

Existem camponeses no Brasil? Quem são?



Resposta Comentada

É comum achar análises do nosso desenvolvimento que consideram que não temos mais camponeses, mas eles existem e têm importância significativa para nossa história. Eles são os poliprodutores que comumente chamamos de posseiros, povos das florestas, agroextrativistas, pescadores, ribeirinhos, pequenos arrendatários não capitalistas, quilombolas, assentados de reforma agrária, dentre outros agricultores familiares mais especializados.

RESUMO

A busca pelo entendimento do que vem a ser *camponês* ou *campesinato* deve vir acompanhada das devidas digressões e análises históricas para que não incorramos no erro de tentar explicar uma categoria dinâmica e mutável a partir de um olhar estático. A elevada quantidade de formas sociais de organização que podem ser caracterizadas como camponesas aumenta a complexidade para estudos do tema. Neste sentido, *camponês* deve ser entendido como um modo de vida.

A descrição de Marx sobre o desaparecimento do camponês acabou sendo generalizada para além da Inglaterra e do seu tempo histórico, contribuindo para análises que veem o modo de vida camponês como algo residual ou em extinção. No Brasil, por exemplo, podemos perceber que, além de *perene*, o *campesinato* está presente de modo múltiplo, diverso, resiliente e fortemente alicerçado na economia familiar.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, nosso foco recai sobre a questão agrária e agrícola no Brasil. Primeiro, vamos nos ater no papel das atividades agrícolas na formação e integração do território nacional e no modo de organização social que se conformou nesse processo.

A economia, o território e a agricultura no Brasil primário exportador

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

4

Meta da aula

Apresentar uma análise da formação e integração do mercado interno nacional, destacando os ciclos econômicos e os impactos sociais derivados da apropriação privada do território nacional.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 avaliar as principais etapas da ocupação territorial brasileira, identificando os elementos estruturais de cada ciclo econômico;
- 2 descrever as principais interpretações sobre o setor de subsistência presentes no campo brasileiro;
- 3 descrever o processo de transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial.

objetivos

INTRODUÇÃO

É comum nas aulas de história do Ensino Médio o aluno aprender as diferenças básicas de colonização da América. Nesta etapa, geralmente se diz que, ao contrário dos Estados Unidos, que tiveram uma colonização de povoamento, o Brasil teve uma colonização de exploração. Esta primeira exploração do território brasileiro marcou drasticamente a forma como se organizou a economia, notadamente baseada no setor primário, e como foi se moldando um mosaico social baseado na desigualdade econômica, social e territorial neste país.

O debate sobre a questão agrária brasileira está intimamente ligado ao processo histórico de colonização do país. A posse e o uso da terra sempre foram um tema, além de relevante, extremamente atual para entender o subdesenvolvimento nacional desde nossa inserção, mesmo como colônia, no capitalismo internacional.

A forma de ocupação do território brasileiro foi explicitamente desigual e antissocial e trouxe, por consequência, como veremos nesta aula, intensas migrações rurais e entre o rural e o urbano, com grandes deslocamentos de trabalhadores pobres em busca de terra e trabalho.

O sistema de produção implantado no Brasil-Colônia, alicerçado na monocultura em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada quase exclusivamente ao mercado internacional, adaptou-se convenientemente às novas terras, reduzindo custos e facilitando a colonização, em um sistema denominado *plantation*.

Nesta aula apresentaremos um conjunto de elementos da história do Brasil; contudo, não é nosso objetivo o aprofundamento desses temas. Interessamos sim entender o processo de ocupação do território nacional, a fim de verificar as relações de causalidade entre a dinâmica maior da economia e as relações sociais de produção estabelecidas no campo. Neste sentido, é importante que façamos uma recuperação da história econômica do Brasil, começando pela chegada dos portugueses.

OS PRIMEIROS PASSOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL

No Brasil, ao contrário da América Espanhola, não se encontrou ouro em um primeiro momento. Aliás, nenhum metal ou outra mercadoria economicamente interessante para gerar, nos primeiros anos de exploração, um interesse maior de Portugal. A terra não era considerada mercadoria, e por isso não tinha valor nenhum. Isso explica por que Portugal não apresentou interesse maior nas três primeiras décadas após a sua chegada às novas terras.

Como a ocupação das terras era mais eficiente que os tratados internacionais para garantir a posse das colônias no século XVI, a extração do pau-brasil foi mais uma atividade para garantir a ocupação das terras brasileiras do que uma atividade econômica propriamente dita. A madeira era extraída para a produção de corante de cor avermelhada que seria usado na tintura de tecidos e produção de tintas na Europa.



Figura 4.1: Pintura feita no ano de 1519, retratando a exploração do pau-brasil.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:AtlasMiller_BNF_Brasilis_pau-brasil.jpg?uselang=pt-br

Segundo Kageyama (2008, p. 85), após a rápida decadência da exploração do pau-brasil, teve início a efetiva ocupação da colônia com o cultivo de cana-de-açúcar e a divisão do território em *capitanias hereditárias*, em um sistema organizado a partir da grande propriedade monocultora com trabalho escravo.

As capitanias hereditárias eram, segundo Sandroni (1999, p. 82),

grandes extensões de terras do Brasil colonial, doadas à exploração hereditária pela Coroa portuguesa. Dom João III, rei de Portugal, implementou as capitanias com a perspectiva de defender o território recém-descoberto e desenvolvê-lo mediante a colonização, pois os custos eram muito elevados. A Coroa passou então a doar as capitanias (quinze ao todo) aos membros da corte, comerciantes ricos etc. As capitanias eram regidas pela Carta de Doação, instrumento por meio do qual se atribuíam os direitos e deveres do donatário. A crise do sistema deu-se devido à falta de capital dos donatários para desenvolver, povoar e defender as capitanias e à rebeldia dos colonos. O sistema de capitanias hereditárias vigorou de 1534 até a época pombalina (1750- 1777).



Figura 4.2: A divisão das capitanias hereditárias no Brasil.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capitanias.jpg?uselang=pt-br>

Só com a introdução da cana é que Portugal aumentou o interesse nas terras da sua colônia americana. A cana-de-açúcar foi a primeira cultura agrícola introduzida nas colônias sul-americanas e adaptou-se bem às condições de solo e clima aqui presentes. Além disso, um conjunto de fatores pode ser elencado para o sucesso da produção de açúcar no Brasil:

- A experiência e a tecnologia adquiridas na produção de cana nas ilhas do Atlântico;
- a organização comercial, derivada da parceria com os holandeses responsáveis pela comercialização do açúcar brasileiro;
- a elevada demanda internacional pelo açúcar brasileiro;
- as boas condições de financiamento também decorrentes da parceria dos capitais holandeses que financiaram a comercialização, produção e transporte da produção nacional;
- a utilização de mão de obra escrava, que também contribuiu com a economia da metrópole, haja vista os lucros obtidos com o tráfico negreiro.

O século XVII foi um período de dificuldades. A primeira metade foi caracterizada pela ocupação holandesa e, na segunda, o preço do açúcar caiu. A decadência do açúcar está diretamente relacionada à ocupação holandesa no Brasil, durante o período de 1630 a 1650. Os holandeses entraram em guerra com a Espanha durante os anos de 1580 a 1609 e, com a absorção portuguesa pela coroa espanhola, os holandeses foram impedidos de participar das atividades açucareiras.

Segundo Furtado (2005), esta ocupação permitiu aos holandeses obter conhecimento dos aspectos técnicos e organizacionais da produção de açúcar, permitindo que montassem sua própria produção no Caribe. Com o aumento da oferta de açúcar holandesa, produzida no Caribe, o volume de exportações do Brasil caiu, caindo também os preços internacionais do produto, reduzindo, segundo Furtado, a renda real a um quarto da renda durante os melhores períodos de produção.

A ocupação holandesa deu mais prejuízo a Portugal do que ao Brasil. Parte da renda dos holandeses era retida no Brasil, o que ajudou a desenvolver a vida urbana. Só a partir de 1700, com a descoberta de ouro, a economia voltaria à atividade novamente.

Atividade 1

Apresente as diferenças econômicas e territoriais entre a extração do pau-brasil e o ciclo da cana-de-açúcar.



Resposta Comentada

A extração do pau-brasil deu-se unicamente na costa e foi uma atividade de exploração mais voltada para garantir a ocupação do novo território. A madeira retirada tinha como finalidade a extração de corante avermelhado para produção de tintas e a tintura de tecidos. Efetivamente foi a cana-de-açúcar a primeira atividade econômica propriamente dita na colônia. A cana foi plantada em grande parte do litoral nordestino e mais ao interior da faixa costeira foi possível desenvolver a atividade pecuária. O sistema era o plantation, ou seja, baseado no latifúndio monocultor com trabalho escravo e destinado exclusivamente ao mercado internacional.

O CICLO DA MINERAÇÃO E A INCIPIENTE INTEGRAÇÃO DO MERCADO INTERNO

A busca de metais preciosos como ouro e prata foi o maior dos objetivos que impulsionou Portugal e Espanha à colonização da América; contudo, ao contrário da Espanha, Portugal não encontrou facilidades nesta empreitada no início da exploração em que a metrópole submeteu sua colônia. A descoberta de diamantes e ouro no Brasil só seu deu no fim do século XVII, em Minas Gerais.



Figura 4.3: Escravo sendo açoitado em Minas Gerais na época do ouro (1770).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juliao14.jpg>

Do ponto de vista territorial, cerca de 70% do ouro extraído do Brasil concentraram-se em Minas Gerais. O restante ficou disperso principalmente nos Estados de Mato Grosso e Goiás, mas a mineração desencadeou efeitos positivos à pecuária do Sul, ao comércio de São Paulo e do Rio de Janeiro. Criou-se neste ciclo grande aparato burocrático e militar; contudo, tudo isso se deu de forma muito precária (CANO, 2002).

É importante deixar claro que o ciclo da mineração, notadamente no século XVIII, ocupou papel pioneiro na formação e integração de um mercado interno. Nas palavras de Wilson Cano (2002, p. 29):

Com efeito, ela [a mineração] exerceu papel mais importante do que a economia açucareira, neste sentido, integrando a seu espaço atividades econômicas novas e antigas de outros espaços regionais, como o Nordeste pecuário, São Paulo agrícola e comercial, o comércio e a urbanização do Rio de Janeiro e o gado sulino. Mais que isso, esse processo, dada a centralidade geográfica de Minas Gerais no país, obrigou a criação de infraestrutura de transporte (ainda que rudimentar). Esta possibilitou, então, as ligações entre Minas Gerais com parte do Nordeste, com o Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente, com o extremo Sul do país, em face dos negócios do gado.

O ouro de aluvião

O ouro brasileiro era encontrado no barranco das margens dos rios ou em seu leito. Recebe essa denominação porque se misturava a outras substâncias, como argila e areia, acumuladas pela erosão.

A exploração do ouro de aluvião dispensava o trabalho de prospecção (sondagem profunda). Empregava técnicas rudimentares, usando-se poucos equipamentos:

- bateia: peneira de madeira em forma de cone;
- carumbi: vasilha para transportar o cascalho; e
- almocafre: enxada utilizada na mineração.

Fonte: http://www.cienciashumanas.com.br/resumo_artigo_221/artigo_sobre_ouro_de_aluviao



Figura 4.4: Homens usando bateia (1906).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:PSM_V69_D283_Final_concentration_and_wash_up_in_bateias.png?uselang=pt-br

Uma característica digna de nota é que o ouro no Brasil era de aluvião. Isso gerou maiores oportunidades para indivíduos de pequenas posses se arriscar na busca do metal, o que por seu turno gerou um efeito multiplicador maior da mineração em relação ao ciclo anterior do açúcar. A própria Coroa contribuiu enviando “ajuda técnica” para achar ouro. Houve uma mudança do eixo econômico dinâmico do Nordeste para o Sudeste do país, com deslocamento de fatores de produção, principalmente escravos e também imigração portuguesa espontânea.

O ouro propiciou uma modesta, mas real produção interna de produtos manufaturados. Isto se deveu primeiro pelo aumento da demanda de produtos utilizados na atividade mineradora e segundo porque as grandes distâncias das áreas mineradoras aos portos encareciam os produtos importados. Entretanto, esta produção interna não foi capaz de gerar industrialização, mesmo que pequena, no Brasil, e a causa principal possivelmente foi – além de Portugal proibir a implantação de atividades manufatureiras no Brasil – a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável. À medida que o sistema descapitalizava-se, ou seja, a atividade mineradora perdia fôlego, o que havia era uma reversão à subsistência, ou seja, uma divisão do trabalho ao contrário.

Atividade 2

Por que podemos dizer que o ciclo da mineração teve um papel pioneiro na integração do mercado interno?



Resposta Comentada

Em primeiro lugar, a descoberta do ouro em Minas Gerais mudou o eixo dinâmico da economia, que saiu do Nordeste e se concentrou no Sudeste. Em segundo lugar, permitiu que um conjunto de pessoas passasse a se dedicar a outras atividades subsidiárias ao ouro como suporte. A distância com os portos aumentou o custo dos produtos importados e isso também contribuiu para o desenvolvimento de uma gama de atividades paralelas que, somadas à criação de infraestrutura de transporte necessária para o escoamento do ouro, também pôde ligar ao Sudeste regiões como a Nordeste e Sul no intercâmbio de mercadorias.

O COMPLEXO CAFEIEIRO E SEUS EFEITOS PARA A ECONOMIA

A cafeicultura no Brasil teve início nas regiões próximas ao litoral fluminense e paulista, abrangendo as regiões de Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba e Caraguatatuba, também sendo importante o cultivo dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Mas foi o Vale do Paraíba paulista que concentrou grande parte das lavouras até o século XIX (KAGEYAMA, 2008, p. 88). Com o declínio da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, em meados do século XIX, os produtores de café começaram a buscar novas terras mais a oeste no Estado de São Paulo, que partindo de Campinas chegava até Ribeirão Preto.



Figura 4.5: O café gerou tanta riqueza durante o séc. XVIII, que foi chamado de “o ouro negro”.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/delarisse/4509144529/>

A forma como o sistema, denominado por Cano como “complexo cafeeiro”, organizou-se política e economicamente propiciou tanto a garantia de alta lucratividade quanto a sua própria superação em favor da indústria, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo, onde ganharam expressiva importância setores mais dinâmicos e capitalizados, mesmo que ainda não dessem a tônica do crescimento.

Com a imigração, principalmente a partir de 1880, essas cidades foram se consolidando como centros comerciais e de consumo, dado o entrelaçamento de atividades agrícolas, comerciais, bancárias, de transporte (ferroviárias) e outros serviços. Os primeiros migrantes vieram de Minas Gerais, estado em decadência por causa da crise do ciclo do ouro, trazendo consigo, principalmente, a atividade pecuária (CARVALHO, 2007).

Grosso modo, esse complexo cafeeiro apresentava, além da sua atividade principal – o café –, uma gama de outras atividades a ela relacionadas. Cabem como exemplo a agricultura tradicional, produtora de alimentos e matérias-primas, a incipiente atividade industrial, em especial a do beneficiamento, a implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário, as atividades de comércio, com destaque às atividades ligadas a importações e exportações e todo um conjunto de infraestruturas como ferrovias, portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações. Destaquem-se ainda as atividades ligadas à participação governamental na economia local, principalmente via gasto público (CANO, 1998).

As necessidades de novas máquinas, equipamentos, insumos, entre outros, fizeram com que se extrapolassem, para além das fazendas de café, as atividades complementares, como bancos, estradas de ferro, fábricas têxteis etc. Essas atividades foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes financeiros do próprio complexo cafeeiro (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A transição entre a economia baseada no complexo exportador cafeeiro e a industrialização deu-se nos anos de 1920 e teve:

extraordinário desenvolvimento capitalista não apenas expandindo o café, mas também alterando sua estrutura produtiva: crescem e se diversificam a agricultura, a indústria de transformação, os bancos nacionais e várias atividades terciárias (CANO, 2000, p. 162).

Em síntese, a dinâmica da ocupação do território brasileiro, caracterizada no mapa a seguir, demonstra que no século XVI apenas a costa brasileira foi ocupada, primeiro com a extração do pau-brasil e depois com a introdução da cultura da cana-de-açúcar e a pecuária como atividade subsidiária e de menor importância.

Atividade 3

O que entende por “complexo cafeeiro”?



Resposta Comentada

Podemos entender por complexo cafeeiro uma forma de organização política e econômica que durante o ciclo do café apresentava, além da sua atividade principal – o café –, uma gama de outras atividades a ela relacionadas. Como exemplo destas atividades, temos o beneficiamento do grão do café, a implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário, as atividades de comércio, com destaque às atividades ligadas a importações e exportações e todo um conjunto de infraestruturas como ferrovias, portos, armazéns, transportes urbanos, comunicações. Este mosaico de atividades propiciou tanto a garantia de alta lucratividade quanto a sua própria superação em favor da indústria, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo.

No século XVII, houve uma maior penetração rumo ao interior do país. Aumentou-se a importância da pecuária, tanto no Nordeste como no Sul do Brasil e também expedições longas em busca de especiarias medicinais, ouro e pedras preciosas, bem como investidas na busca de índios para serem escravizados.

No século XVIII, ocorre uma efetiva ocupação do território brasileiro, com a criação de vilas, fortes, estruturas no interior que fortalecem a criação de gado, além de muitas cidades fundadas para dar suporte às zonas de mineração (GANCHO *et al.*, 1998, p. 23-25). O século XIX indubitavelmente é o século do café, abrangendo Minas Gerais, Espírito Santo, mas especialmente o interior dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

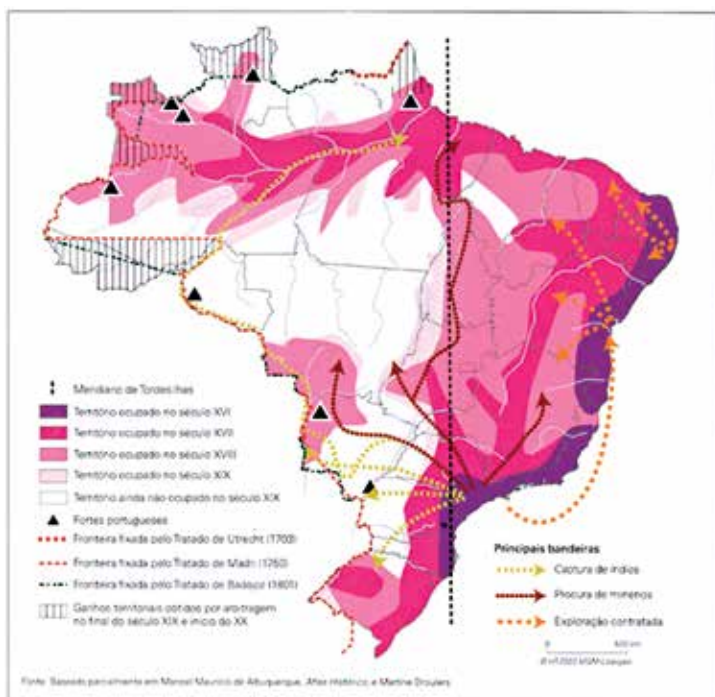


Figura 4.6: Mapa da ocupação do território brasileiro entre os séculos XVI e XIX.

Fonte: Théry e Mello, 2005, p. 33.

DA NEGAÇÃO DO TRABALHO À ECONOMIA E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

O período agrário-exportador (1500-1930) é marcado por um conjunto de transformações políticas e econômicas de muita importância para o conjunto da nação. Os movimentos nativistas, os movimentos de libertação nacional, as rebeliões, o processo de independência e a emergência da República são alguns dos exemplos das transformações citadas. Para o que nos interessa neste apanhado vamos ressaltar a Lei de Terras de setembro de 1850 e a Lei Áurea, que aboliu a escravidão em maio de 1888.

A Lei de Terras, de 1850, constituiu o impedimento legal e econômico de acesso a terra por parte da população pobre, negra e indígena. Segundo sua própria apresentação, veio para disciplinar o uso das terras devolutas no Império. Em seus dois primeiros artigos, com a grafia da época, se lê:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Esta população, que com a lei ficou sem posse e sem recursos financeiros para comprar terra, acabou se dirigindo aos centros urbanos, concretizando o primeiro êxodo rural com significância na história do Brasil. Este êxodo foi agravado quando, em 1888, aboliu-se a escravidão no país sem nenhuma resposta à questão do trabalho dos negros na nova realidade. Aliás, o papel das migrações de europeus, incentivada pelo governo, foi uma resposta de que a nova sociedade que se organizava não tinha pretensões de inserir os afrodescendentes na nova organização do trabalho, notadamente nas atividades rurais. Isto mostra que o êxodo rural é um fenômeno antigo no Brasil.

Este êxodo não foi caracterizado pela busca de melhores condições sociais e econômicas, mas sim porque era uma das poucas alternativas. Ou se buscava a sobrevivência em subocupações urbanas ou se buscava a sobrevivência praticando uma agricultura de subsistência.

Em outras palavras, a perda de oportunidades no campo não ocorreu concomitantemente ao aumento de oportunidades na cidade, causando, inclusive, com o aumento da oferta de trabalho e contingente populacional, uma redução nos rendimentos recebidos e encarecimento dos espaços urbanos, obrigando aos excluídos do campo também uma segregação socioespacial nas cidades.

A crescente generalização da propriedade privada da terra, a partir de 1850, com a confirmação do poder político dos grandes proprietários nas décadas seguintes e a emergência do trabalho livre a partir de 1888 se deram antes da urbanização da sociedade, de modo que pode-se afirmar que, para Maricato:

A tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto, tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888) (2001, p. 18)

Com o fim do trabalho escravo e a introdução da Lei de Terras no Brasil passamos a uma situação marcada pelos *homens livres do trabalho compulsório e terra escrava compulsoriamente do capital*. Assim, criava-se um mercado consumidor amplo, consolidando efetivamente um capitalismo interno, mesmo que dependente e associado aos interesses externos e marcado por graves problemas estruturais que jamais seriam enfrentados.

Segundo Benjamim *et al.*,

Assim como a solução das elites para a questão da escravatura se desdobrou em questão agrária a partir da segunda metade do século XIX, a questão agrária jamais solucionada se desdobrou em questão urbana na segunda metade do século XX (1998, p. 87).

O êxodo rural brasileiro, portanto, foi precoce. Com a limitação financeira ao acesso às terras, houve um fortalecimento, de modo legal e estrutural, ao latifúndio no campo brasileiro. O contingente de ex-escravos passou a ter nos núcleos urbanos algumas poucas oportunidades de trabalho.

Obviamente, não foi o espaço urbano o depositário de todo o contingente populacional que saiu dos latifúndios, muito menos as atividades urbanas foram as únicas alternativas para uma massa de despossuídos. Neste sentido, Delgado (2004) faz uma importante reflexão sobre o setor agrícola de subsistência. Para demonstrar a relevância desse setor, o autor recuperou três dos principais pensadores nacionais que trataram do tema em suas diferentes interpretações, a saber: Caio Prado Júnior, Faoro e Furtado.

O setor de subsistência, para Delgado (2004), é um conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação a parte expressiva da população. Entretanto, tais relações não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho e não são, *a priori*, pensadas para fins lucrativos. O autor ainda adverte que tal conceito – economia de subsistência – foi tratado de modo residual por grande parte dos autores, sendo, muitas vezes, considerado apenas um apêndice dos setores dinâmicos e modernos do capitalismo.

Para Caio Prado Júnior, a economia de subsistência estava à parte do tripé que sustentava a economia colonial, isto é, *latifúndio*, *monocultura* e *trabalho* escravo. Sendo assim, o setor de subsistência, na obra de Caio Prado, é tão somente atividade subsidiária, transitória historicamente e sem dinâmica própria. Faoro enxerga no latifúndio, quando da contração econômica deste, um eixo gravitacional no qual gira um conjunto de *sem-terra*. Nesse sentido, o setor de subsistência ganha dimensões extraeconômicas; contudo, o latifúndio, capturando a renda da terra, ganha dimensões econômicas novas, mesmo em períodos de contração econômica (DELGADO, 2004, p. 11).

Em Furtado, o setor de subsistência ganha maior relevância, pois é associado ao setor produtor de pequeno excedente monetário que, mesmo precário e de baixo nível técnico, é considerado como parte constitutiva da economia, primeiro colonial e depois nacional. A contribuição de Furtado é fundamental para o entendimento mais completo de uma importante associação histórica: a economia de subsistência e a agricultura itinerante (CANO, 2002).

O processo de formação e consolidação da empresa agrícola de exportação, para Furtado, conviveu bem com outras formas de agricultura que, segundo ele, moldaram a formação da maior parte de nossas estruturas sociais. A abundância de terras, associada à concentração da propriedade e à rarefação da população livre, permitiu que o avanço da fronteira agrícola fosse o meio utilizado para a maior acumulação desse capital mercantil com pouca introjeção de progresso técnico, fortalecendo as relações sociais alicerçadas no patrimonialismo, na submissão e na marginalidade social (CANO, 2002).

O setor de subsistência, alicerçado nas relações com o latifúndio monocultor, passou quase incólume às crises de exportação e às diversas mudanças de rota da política econômica nacional, como por exemplo o processo de industrialização levado a cabo pelo Estado a partir de 1930.

A clara manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo, em meio a mudanças políticas significativas, confluiu para que, no início dos anos de 1930, surgissem os primeiros debates sobre a necessidade de reformar a estrutura agrária do país.

Atividade 4

A partir das interpretações apresentadas na aula, explique o que se pode entender por setor de subsistência.



Resposta Comentada

O setor ou agricultura de subsistência pode ser entendido como a agricultura praticada por aqueles que são alijados dos processos formais de trabalho ou não estão inseridos na economia capitalista propriamente dita como produtores de alguma mercadoria e acabam tendo sua força de trabalho superexplorada numa relação que muitas vezes é extraeconômica.

Esse conceito é tratado de modo diferenciado entre os principais autores que se preocuparam com a formação econômica do Brasil, mas em linhas gerais podemos dizer que, para Caio Prado Júnior, o setor de subsistência é uma atividade transitória historicamente e sem dinâmica própria. Já Faoro a enxerga como a atividade praticada por um conjunto de despossuídos sem-terra. É Furtado que dá mais ênfase na agricultura de subsistência, considerando-a parte da economia, mas que é praticada por produtores de baixo nível técnico e gerador de pequeno excedente econômico.

A partir do que foi apresentado podemos dizer que é a agricultura praticada por aqueles que foram penalizados pela elevada concentração da terra e pelas relações sociais calcadas na força do poder político ou econômico, tendo de trabalhar (ou produzir) quase que exclusivamente para manter condições mínimas de sua sobrevivência.

ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-1930: DA ARTICULAÇÃO COMERCIAL À INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

A Crise de 1929 teve impactos de extrema relevância para o conjunto da economia nacional pós-30. Do ponto de vista interno, quebra-se a “espinha dorsal” do *modelo primário-exportador*, limitando bastante o poder econômico e político da então elite dominante. Do ponto de vista internacional, as restrições causadas pela crise, em especial as limitações de créditos e as dificuldades de importação, conferem à industrialização nacional prioridade para a política econômica, na busca de maior autonomia (CARVALHO, 2007).

Levando-se em conta as dificuldades na consolidação de uma indústria mais robusta, composta por setores conhecidos como Departamento de Bens de Produção e Capital na economia brasileira naquele momento, a recuperação econômica realiza-se sob o comando do setor industrial, sendo São Paulo o local onde se concentrava a quase totalidade dos investimentos industriais. Paralelamente estava em curso também a expansão e diversificação de uma agricultura mercantilizada e moderna.

Da Crise de 1929 até meados da década de 1950, a mudança mais significativa na economia brasileira foi a suplantação do setor agroexportador pelo setor industrial, setor este que passa a ser determinante para a reprodução da força de trabalho, cabendo destaque para a produção de bens de consumo não duráveis que determinavam o crescimento dos outros setores, em um processo conhecido como *industrialização restringida*.

Na segunda metade dos anos 1950, rompem-se os constrangimentos à industrialização nacional em bases mais capitalistas, típicos da fase anterior, dados pela fragilidade das bases técnicas e financeiras do capital (CARDOSO DE MELO, 1975). O período que se inaugura – o da *industrialização pesada* – a partir de 1956 trouxe mudanças extremamente relevantes para a dinâmica econômica, implicando também alterações na agricultura brasileira, como veremos nas próximas aulas.

Modelo primário-exportador ou modelo agrário-exportador é geralmente caracterizado pelo período de 1500 a 1930, no qual a economia tem como atividade principal a agricultura monocultora voltada para a exportação. O mercado interno é modesto e sem dinâmica própria, dependendo quase que exclusivamente da dinâmica externa que demandava nossas exportações.

Industrialização restringida é entendida como o processo de internalização da dinâmica econômica que ocorreu entre os anos de 1930 e até a introdução do Plano de Metas, em 1955. Este processo tem na indústria sua principal força, contudo ela ainda apresenta bases técnicas e infraestruturais limitadas, produzindo bens de consumo, sendo ausentes as indústrias voltadas, por exemplo, aos bens de produção como máquinas e equipamentos.

Industrialização pesada é o processo que ocorre no Brasil após o Plano de Metas e consiste em internalizar a indústria de bens de produção, retirando os entraves à expansão das demais indústrias nacionais. Como exemplo podemos citar a instalação de usinas siderúrgicas, metalúrgicas, petrolíferas, além de usinas hidrelétricas e, entre outras, as indústrias voltadas para a produção de máquinas e equipamentos.

Podemos concluir, a partir da digressão que fizemos ao longo da história econômica do Brasil, que nossa colonização foi baseada na exploração tanto das riquezas naturais quanto dos nativos e escravos para cá trazidos de modo desumano. Obviamente aí estão as raízes da elevada disparidade na distribuição da renda, da riqueza e da propriedade que coloca o Brasil entre as nações com os maiores índices de desigualdade do mundo.

Mesmo com o considerável processo de urbanização e industrialização que o Brasil conheceu, articulando e integrando as diversas regionais nacionais, o sistema produtivo inicialmente introduzido aqui, baseado no latifúndio monocultor com gêneros agropecuários destinados ao mercado internacional, produzidos com alta exploração da mão de obra, ainda persiste no país, mantendo uma perene segregação social que precisa ser enfrentada.

Atividade Final

Apresente, em linhas gerais, a transição pela qual passou a economia brasileira de agrário-exportadora para industrializada.

3

Resposta Comentada

Os efeitos multiplicadores do complexo cafeeiro que estimularam diversos outros setores e atividades da economia foram fundamentais para dar peso ao setor industrial em formação. Com a Crise de 1929, internamente o poder político e econômico das oligarquias rurais foi abalado e isto, somado às restrições internacionais causadas pela crise, contribuiu sobremaneira para que o governo de Vargas pudesse dar prioridade às políticas voltadas à industrialização propriamente dita. Até meados da década de 1950 assistimos à consolidação do processo de industrialização nacional caracterizado pela indústria de bens de consumo como eixo dinâmico da economia nacional.

RESUMO

No período compreendido entre os anos de 1500 a 1930, o Brasil foi caracterizado como uma economia primário-exportadora ou agrário-exportadora, tendo como principais eixos econômicos primeiro a cana-de-açúcar, depois o período da mineração, sendo substituído pelo complexo cafeeiro. Em que pese a existência de alguns produtos de importância regional, o denominador comum desse período foi o latifúndio monocultor. As alterações na organização do trabalho (de escravo para livre) não contribuíram com a diminuição da concentração da propriedade. Por fim, vale ressaltar que o complexo cafeeiro foi fundamental para que a renda oriunda das atividades rurais transbordasse para outros setores da economia, iniciando, a partir da década de 1930, um processo de industrialização nacional que começa restrito, mas avança para uma industrialização pesada em meados do século XX.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos nos deter no debate sobre a questão agrária nacional levado a cabo por intelectuais, organizações sociais e partidos políticos, com fortes implicações sobre as análises da problemática agrária que se deram posteriormente.

As visões clássicas sobre a questão agrária nacional

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

5

Meta da aula

Apresentar os autores e as análises consideradas clássicas sobre a questão agrária nacional, destacando especialmente a importância da reforma agrária para o desenvolvimento brasileiro.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar as principais contribuições dos autores apresentados sobre os problemas agrários;
- 2 estabelecer as relações aparentes entre questão agrária e crise urbana, notadamente na obra de Ignácio Rangel;
- 3 compreender como a estrutura agrária analisada por Celso Furtado poderia dificultar a industrialização nacional.

objetivos

INTRODUÇÃO

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um expressivo debate sobre a questão agrária nacional. Esse período também foi caracterizado pela crescente organização social, enfretamentos políticos, tensões militares e elevadas pressões inflacionárias. Esse debate, encabeçado por intelectuais de expressivas contribuições, tais como Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Celso Furtado, tinha como pergunta básica: *o que fazer diante da realidade agrária nacional?* É verdade que muitos foram os autores que se debruçaram sobre este tema; entretanto, para os objetivos desta aula os autores tratados aqui podem ser considerados os pioneiros nas interpretações das relações sociais e de produção na agropecuária brasileira.



Artur i Karol S

Figura 5.1: “O que fazer diante da realidade agrária nacional?”

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/715634>

Os diferentes entendimentos sobre a natureza do problema agrário brasileiro geraram verdadeiras teses sobre os objetivos e a importância da reforma agrária. Nesta aula, apresentaremos algumas dessas teses e seus respectivos autores. Cabe ressaltar, mesmo que não seja alvo de nossos comentários nesta aula, que, além destes intelectuais e suas teses, o ideal cristão de reforma agrária também foi bastante difundido pela vertente mais progressista da Igreja Católica, representada pela “Teologia da Libertação”.

ALBERTO PASSOS GUIMARÃES E OS RESTOS FEUDAIS NO CAMPO BRASILEIRO

Alagoano, nascido em Maceió, Alberto Passos Guimarães (1908-1993) estudou Economia, História e Demografia. Dedicou-se à luta pela reforma agrária, mas suas ideias tiveram bastante resistência, mesmo em grupos de esquerda notadamente contrários à orientação do PCB.



Figura 5.2: Alberto Guimarães trabalhando no IBGE – 1975.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alberto_Passos_Guimar%C3%A3es_at_work.jpg

Para Guimarães, a estrutura latifundiária brasileira era feudal ou semifeudal, e este é o ponto de maior debate com outros autores considerados clássicos para a questão agrária nacional. O autor partiu da ideia de que em pleno século XVI Portugal, mesmo tendo transitado do estágio da economia natural para a economia mercantil, ainda era uma nação feudal. Seus argumentos servem para negar a ideia de uma colonização nos moldes capitalistas no Brasil.

Em outras palavras, partindo do ponto de vista de que o regime econômico implantado no Brasil-Colônia fosse capitalista, reforçava-se uma visão evolucionista, na qual o desenvolvimento gradual e sem reformas baseado em mais adubação, mais mecanização ou, em síntese, mais capital, causaria por si só uma aceleração do progresso agrícola sem a necessária reforma de base, incluindo reforma agrária. Segundo Guimarães, o viés que partia da premissa capitalista no campo recaía no conservadorismo, pois,

caso a colonização do Brasil fosse inicialmente capitalista, estaria implícita uma solução inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária.

Defensor de uma reforma agrária democrática, Guimarães esclarece que seria objetivo fundamental de uma reforma agrária:

EXTRAECONÔMICO

O termo, para os autores clássicos, está associado às relações de coação dos latifundiários sobre aqueles que estavam sob sua tutela, geralmente moradores em suas áreas, agregados, meeiros, colonos, trabalhadores sem terra etc.

destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência do imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder **EXTRAECONÔMICO**, político e 'jurídico' da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país.

A origem da questão agrária, em Alberto Passos Guimarães, apresentava-se nos resíduos das relações arcaicas de produção associadas à rigidez da estrutura fundiária. O trabalho escravo e a produção comercial eram as duas características distintas do feudalismo europeu, contudo não deixavam de marcar a colonização brasileira como feudal. Esse caráter feudal e o poder extraeconômico dos latifundiários limitavam, segundo o autor, o desenvolvimento industrial e a expansão do mercado interno. A estrutura agrária no Brasil, para Guimarães, era incompatível com o desenvolvimento capitalista no país e, portanto, a reforma agrária era essencial.

De modo resumido, o problema agrário nacional não estava na transformação rápida e desequilibrada da agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado, e sim nos obstáculos impostos a essa transformação pela herança do latifúndio feudal presentes no Brasil. Desse modo, o que havia era uma estrutura marcada pelo dualismo entre o latifúndio agrícola de exportação e a agricultura de subsistência tanto camponesa quanto capitalista (KAGEYAMA, 1993).

Para Guimarães, a negação ou mesmo a subestimação do viés feudal presentes no latifúndio brasileiro retiraria da reforma agrária sua vinculação histórica e seu conteúdo dinâmico e revolucionário. Ou seja, a reforma agrária seria fundamental para destruir as relações tipicamente feudais no Brasil. Em outras palavras: se a colonização brasileira já fosse capitalista, não seria necessária uma reforma agrária para democratizar o acesso à terra.

CAIO PRADO JÚNIOR E A AGRICULTURA CAPITALISTA NACIONAL

Caio Prado Júnior (1907-1990), advogado, político e historiador paulista que elaborou importantes estudos sobre a formação histórica do Brasil, participou ativamente da Revolução de 1930, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no mesmo período. Foi eleito deputado federal nos anos 1940, mas teve seu mandato cassado por ser marxista. Também foi militante e vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Sua história é marcada por militância, perseguições, prisões e exílios, mas sua produção intelectual marcou decisivamente as interpretações do desenvolvimento brasileiro.



Figura 5.3: Para Caio Prado Júnior, não havia nada de feudal em nosso processo de colonização.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caio_Prado_Junior.jpg

Discordando categoricamente de Alberto Passos Guimarães, para Caio Prado Júnior não havia nada de feudal em nosso processo de colonização. O trabalho escravo, a produção mercantil e as relações de trabalho baseadas na meação e parcerias, mesmo que desiguais em desfavor do trabalhador, eram suficientes para não configurar a produção colonial como feudal.

Segundo Kageyama (1993, p. 8) a questão agrária em Caio Prado Júnior tem dois momentos demarcados pelos acontecimentos de 1964. Antes da ditadura militar (e da opção produtivista, que veremos na próxima aula), os seus escritos caminhavam no sentido de situar as causas

da miséria da população rural na concentração da terra, que impedia os pobres do campo de exercer suas atividades de modo livre. Para Caio Prado Júnior, nesse primeiro momento a questão agrária brasileira estava na relação de efeito e causa que se tem entre a miséria da população rural e o tipo latifundiário e monopólico da estrutura agrária do país, ou seja:

Ela se resume nisto: que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligado à terra e nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disponibilidade da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência (PRADO JÚNIOR *apud* KAGEYAMA, 1993, p. 9).

O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira não aumentaria, para o autor, os padrões de vida da massa trabalhadora. “Essa elevação somente virá através da luta desses trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza de remuneração que recebem, por melhores condições de trabalho e vida” (PRADO JÚNIOR, p. 79).

A reforma agrária seria, para o autor, uma alternativa derivada do enfrentamento por parte do governo do uso especulativo das terras, enfrentamento este dado pela sobrecarga tributária. A reforma agrária também ajudaria o mercado de trabalho rural, especialmente para aqueles que ofertam a força de trabalho. A reforma agrária era uma opção, sim, contudo, melhor opção seria, segundo o autor, a luta por reivindicações imediatas por melhores condições de trabalho.

Este diagnóstico baseado na luta por melhores condições de trabalho e vida por parte da classe trabalhadora não é unânime entre os autores que estamos vendo, contudo maior controvérsia surge quando Caio Prado Júnior apresenta os mecanismos dos quais o Estado deveria se valer para a superação dessa realidade que, segundo ele, parte da tributação da terra. Esse diagnóstico foi apresentado como argumentação crítica ao PCB, quando este partido considerou reformistas as posições defendidas pelo autor no tocante à tributação da terra como forma de dificultar seu uso especulativo e, portanto, barateá-la.

Caio Prado desenvolveu seu argumento de modo a mostrar que a tributação territorial forçaria o barateamento e a mobilização comercial da terra, tornando-a acessível à massa trabalhadora, e indiretamente melhorando as condições de vida dos trabalhadores. Sendo assim, e a

partir do aumento de investimentos no campo, o resultado seria o desenvolvimento capitalista da agropecuária. Tal desenvolvimento, resultante desse processo, seria acompanhado, segundo o autor, por uma melhora na posição dos trabalhadores rurais em sua luta por melhores condições de vida, em processo crescente de estímulos ao progresso capitalista.

É bom ressaltar que isso só seria possível caso não houvesse nenhuma ação de estatização ou mesmo coletivização do uso da terra, que, segundo ele, dada a conjuntura político-econômica da época, não era possível. Mas não podemos esquecer os princípios marxistas do autor, sendo bom ressaltar também que este desenvolvimento capitalista, que para ele passava pela valorização da força de trabalho, de modo dialético, levaria a economia agrária para sua transformação socialista. Nesse sentido, o autor é taxativo: “É assim que em termos marxistas e revolucionários se propõe a questão agrária no Brasil e no atual momento histórico” (2005, p. 87).

Em síntese, em sua primeira fase a questão central era a exploração dos trabalhadores rurais e o desamparo legal dos mesmos. Portanto, a reforma agrária nesses marcos deveria se dar não nos marcos de uma transformação instantânea e sim em áreas de meação e/ou parceria e também na regulamentação das relações de trabalho para eliminar o poder extraeconômico dos proprietários latifundiários.

Na segunda fase do pensamento de Caio Prado Júnior, notadamente no pós-1964, a ênfase recaiu com mais intensidade nas baixas condições de vida e nos baixos salários da classe trabalhadora rural e na completa falta de legislação trabalhista. O autor partiu da premissa de que já existia na agricultura brasileira um mercado de trabalho capitalista e, portanto, eram necessárias melhores condições de emprego e renda. A análise se dá nos traços capitalistas da questão agrária nacional. De modo esquemático, temos:

1. As relações de produção capitalista deterioram os padrões materiais de existência da classe trabalhadora;
2. isto é um grande obstáculo ao desenvolvimento, pois restringe o mercado interno e a industrialização;
3. a solução, portanto, não está na reforma agrária e sim na melhoria das condições de emprego da classe trabalhadora, notadamente, a rural.

Atividade 1

Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior discordaram sobre a forma como se deu a colonização no Brasil. Argumente sobre essas diferenças e como elas influenciaram no modo desses autores verem a importância da reforma agrária.



Reposta Comentada

Para Guimarães, o regime econômico implantado no Brasil foi feudal e por isso a reforma agrária no Brasil deveria conter elementos antifeudais e, caso ela não tivesse estes elementos, não seria nem dinâmica e nem revolucionária.

Para esse autor, caso o sistema latifundiário no Brasil fosse capitalista seria supérfluo fazer reforma agrária, pois o capitalismo era a etapa imediatamente anterior à transformação socialista.

Caio Prado Júnior discordou categoricamente da análise feudal sobre a colonização; para ele, a produção mercantil e o trabalho escravo já eram elementos suficientes para refutar essa visão. Prado Júnior aceitava a reforma agrária como um elemento importante para a melhora das condições de vida dos trabalhadores rurais, contudo em sua opinião isso deveria se dar a partir da venda de terras de latifundiários por conta de uma sobrecarga tributária que, ao mesmo tempo que abaixasse o preço das terras, evitaria a posse especulativa das mesmas. O central, em Caio Prado, era melhorar as condições de vida e trabalho no campo por meio de uma maior abrangência da legislação trabalhista.

IGNÁCIO RANGEL, A QUESTÃO AGRÁRIA E A CRISE URBANA

Nascido em São Luís, Maranhão, Ignácio Rangel (1914-1994) foi o expoente maior de uma visão mais integradora entre as temáticas que partem da questão agrária e culminam na crise urbana. Rangel trouxe uma visão não estanque dos problemas rurais, colocando-os, em última

instância, no bojo do movimento do capital. Ele ainda foi, segundo Kageyama (1993), o pioneiro em levantar componentes especulativos, a exemplo do preço da terra, como um dos principais problemas agrários nacionais.



Figura 5.4: Para Ignácio Rangel, os verdadeiros problemas que configuravam uma questão agrária nacional estavam na relação entre produção e superpopulação rural.

Nas palavras do próprio autor, “Entre os que negam a existência de uma questão agrária grave e os que a afirmam, estamos com estes últimos”. Estas poucas linhas trazem a convicção de Rangel para a problemática questão agrária nacional, mas podem ser geradoras de confusões, uma vez que, para esse autor, a reforma agrária era uma hipótese bastante remota para a resolução dos problemas do campo brasileiro. Posicionando-se do lado daqueles que aceitam a existência de uma questão agrária grave no país, ele continua:

Mas não podemos inferir daí que tenha chegado o momento para uma mudança revolucionária no estatuto existente da terra, consubstanciado num vasto corpo de direito fundiário, por vezes contraditório, mas, talvez por isso mesmo, suficientemente plástico para comportar a introdução de uma tecnologia muito superior à já aplicada em nossa agricultura (RANGEL, 2000, p. 184).

A raiz da argumentação de Rangel partiu de sua constatação de que o latifúndio, à época, não era o verdadeiro problema agrário do Brasil. O latifúndio só seria problema em países onde a terra era fator agudamente limitado, com o caso da Holanda e do Japão, entre outros. Para

ele, o “essencial, portanto, é tornar acessíveis e habitáveis as terras que antes não o eram e pesquisar os meios e modos de tornar agricultáveis as terras que também não o eram” (RANGEL, 2000, p. 176).

Os verdadeiros problemas que configuravam uma questão agrária nacional, para Rangel, não estavam na concentração fundiária e sim na relação entre produção e superpopulação rural. Em síntese, para ele, define-se uma questão agrária quando o setor agrícola libera em excesso mão de obra necessária à expansão dos demais setores da economia ou, pelo contrário, não libera (KAGEYAMA, 1993, p. 7).

Além das clássicas funções da agricultura, tais como produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria, caberia ao setor rural, segundo Rangel (2000, p. 191), não apenas o papel de liberar mão de obra para as atividades urbanas, mas também, se necessário fosse, reter ou reabsorver esse contingente.

É fato que entre o processo de liberação de força de trabalho do campo para as cidades e as reais necessidades das atividades urbanas houve um descompasso, a saber: um contingente populacional liberado em excesso, denominado por ele “superpopulação”, somado à “superprodução”, isto é, elevada produtividade do trabalho agrícola além das necessidades internas e da capacidade externa de absorção.

Em outras palavras, elevada produtividade do trabalho rural, êxodo rural e desemprego urbano estavam correlacionados em uma sequência lógica que desembocaria na redução da taxa de salários e por consequência na incapacidade de crescimento equilibrado da economia como um todo.



Figura 5.5: O fato é que entre o processo de liberação de força de trabalho do campo para as cidades e as reais necessidades das atividades urbanas houve um descompasso.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/33146126@N03/3276466664/>

Fica claro, portanto, que, para Ignácio Rangel, o processo de industrialização que o Brasil conheceu, no início dos anos de 1960, acabou por gerar uma crise agrária, oriunda da não realização de uma reforma agrária prévia. A ausência dessa política impactou na distribuição funcional da renda, gerando um expressivo contingente de mão de obra em busca de oportunidades nas atividades urbanas industriais (CRUZ, 2000, p. 241). “Noutros termos, não foi só a economia agrícola que, ao modernizar-se, deixou sem emprego parte da mão de obra da família trabalhadora. As atividades urbanas também” (RANGEL, 2005, p. 228).

Em que pese deixar claro que a urbanização é um fenômeno perfeitamente normal, o autor defende que o ritmo do processo de urbanização brasileiro implicou criar, nas cidades, uma oferta de força de trabalho para além das necessidades demandadas pela industrialização.

Consolidada a agricultura capitalizada, o setor passou a se interessar “apenas por parte do tempo de trabalho de parte dos membros da família camponesa” sendo isso a raiz, segundo o autor, do processo de êxodo rural e, portanto, da urbanização acelerada, configurando somente um fenômeno normal dentro de uma economia em processo de industrialização. Entretanto, para Rangel, “O que não é normal é o ritmo que imprimimos ao nosso processo de urbanização, que implica em criar, nas cidades, uma oferta de mão de obra em descompasso com a demanda que a industrialização vai criando”.

Ignácio Rangel, em sua clareza, já tinha diferenciado questão agrícola de questão agrária. Para ele, a primeira estava dada quando o setor agrícola não conseguisse aumentar a produção para fornecer à indústria matérias-primas e alimentos para os residentes urbanos. Por outro lado, se a agricultura liberasse muita ou pouca mão de obra em descompasso com o processo de industrialização configuraria uma questão agrária, traduzida por uma urbanização exagerada ou insuficiente.

Enquanto grande parte dos autores pecebistas estava discutindo o feudalismo (ou não) do processo de colonização nacional, Rangel partiu de outro prisma, mais estrutural, qual seja: o rompimento de um sistema “feudal” da agricultura que se caracterizava como oligopólios no campo, supridores das cidades. Portanto, poder-se-ia ter um latifúndio feudal para dentro, todavia, para fora o mesmo seria eminentemente um latifúndio comercial.

Atividade 2

Para Ignácio Rangel, a questão agrária brasileira culmina com a crise urbana. Disserte sobre isso.



Reposta Comentada

Para Rangel, o setor agrícola, quando libera muita mão de obra, esta se dirige às cidades e, sem oportunidades, passa a engrossar as massas miseráveis urbanas. O contrário também poderia gerar problemas, isto é, quando o setor agrícola não libera mão de obra isso refletiria nos salários urbanos. Para o autor, o processo de industrialização nacional, no início dos anos 1960, acabou por gerar uma crise agrária, oriunda da não realização de uma reforma agrária prévia. A ausência desta política gerou um expressivo contingente de mão de obra em busca de oportunidades nas atividades urbanas industriais.

CEPAL

Organismo vinculado à ONU, foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Foi graças ao diagnóstico da Cepal que o subdesenvolvimento latino-americano em geral – e brasileiro em específico – foi enfrentado, com políticas que estimularam estes países a se industrializar num processo que visava a substituição de importações pela produção interna de produtos industrializados.

CELSO FURTADO E A INELASTICIDADE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

Celso Furtado (1920-2004), com certeza, é o mais célebre de todos os economistas brasileiros. Nascido em Pombal, Paraíba, foi mais que um economista, foi um pensador sobre o Brasil. Seu pensamento, além de original, ainda contribuiu para a consolidação do arcabouço teórico da **COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)**.

Celso Furtado partiu do diagnóstico de que a oferta de alimentos tinha caráter inelástico às pressões de demanda urbana e industrial, ou seja, a quantidade produzida de alimentos, dada a estrutura fundiária e o nível tecnológico da época, não aumentava na mesma velocidade que o aumento da demanda urbana por alimentos e a demanda industrial por matérias-primas. Deste modo, para evitar gargalos futuros do setor agrícola nacional, eram necessárias mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo.



Figura 5.6: Para Furtado, a produção do campo não aumentava na mesma velocidade que o aumento da demanda urbana por alimentos e a industrial por matérias-primas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Celso_Furtado.jpg

Portanto, a reforma agrária, para Celso Furtado, era indispensável. Mais do que a simples distribuição de terras, eram necessários também, segundo Cano (2002, p. 143),

assistência técnica, financiamento e progresso técnico adequados, que pudessem aumentar a produtividade rural e garantir melhor apropriação de seus frutos pelos trabalhadores rurais, o que resultaria em maior demanda de seus produtos no próprio setor rural.

Contudo, chama a atenção que isto exige também uma expansão da economia urbana, acompanhada de redistribuição progressiva da renda, que resulte em aumento do emprego e do salário urbanos, estimulando também maior consumo de produtos agrícolas.

Em caso de permanência da estrutura vigente, o setor agrícola poderia não só comprometer o processo de industrialização e abastecimento do setor urbano como também ser uma fonte de pressão inflacionária sobre a economia em geral (DELGADO, 2005). Em outras palavras, quanto maior a concentração populacional urbana, maiores seriam os preços dos alimentos e, por consequência, maiores tenderiam a ser os salários.

Para Furtado (1989, p. 6): “Sem um estudo aprofundado da estrutura agrária, não é possível explicar a tendência à concentração de renda, nem tampouco a rigidez de oferta de alimentos geradora de pressões

inflacionárias.” Em síntese, as conclusões de Furtado foram no sentido de mostrar que a estrutura agrária brasileira, extremamente concentrada, limitava o processo de industrialização do país. Isso por sua vez representava dois pontos importantes: o primeiro era o estrangulamento na oferta de alimentos aos setores urbanos, dada a inelasticidade do setor agrícola. Em segundo, a arcaica forma de produção agrícola nacional tendia a uma forma de autossuficiência, limitando por consequência a ampliação do mercado interno.

Atividade 3

Apresente sucintamente como Celso Furtado acreditava que a inelasticidade da produção agrícola poderia atrapalhar o processo de industrialização nacional.



Resposta Comentada

Furtado acreditava que a produção agrícola, como ela se encontrava em meados do século XX, não aumentava na mesma proporção da demanda urbana, isto é, ela era inelástica. Sendo assim, o aumento da demanda das matérias-primas industriais e de alimentos por parte dos trabalhadores não encontrariam satisfação imediata, surgindo problemas no nível geral de preços dos produtos e dos salários. Por outro lado, o baixo grau tecnológico no campo também era um agravante, pois impedia maior consumo das populações rurais. Isto era considerado um gargalo para o processo de industrialização nacional, segundo Furtado.



Você já ouviu falar do site: <http://www.interpretesdobrasil.org/> ? Nesta página, além de encontrar mais informações sobre os autores citados nesta aula, poderá conhecer outros grandes pensadores que, como eles, nos ajudaram a entender a realidade social em que cada um de nós está inserido.

Resposta Comentada

Foram quatro os autores apresentados nesta aula. Para Alberto Passos Guimarães havia no Brasil, derivado de nossa colonização, resquícios feudais, ou seja, uma estrutura social não capitalista em que os donos da terra valiam-se do poder extraeconômico para impor sua força e nesse contexto o país deveria passar por uma profunda reforma agrária de modo a romper com os laços pré-capitalistas no campo e rumar para um modelo mais desenvolvido.

Caio Prado discordou categoricamente dessa visão. Para este autor, a reforma agrária era importante, mas não essencial, pois o país passou por uma colonização capitalista e por isso era necessário estender ao campo instrumentos de proteção legal ao trabalhador rural de modo a formalizar as relações de trabalho presentes no mundo rural e melhorar o padrão de vida dos trabalhadores.

Para Ignácio Rangel, a reforma agrária ganhou uma dimensão nova ao se mostrar ser também uma forma de contribuir para questões urbanas como o desemprego e a informalidade nas cidades, ou seja, contribuiria para evitar o êxodo rural e o adensamento populacional e os baixos salários urbanos.

Por fim, Furtado identificou na estrutura agrária nacional um componente de limitação ao desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que, para ele, a produção agropecuária era inelástica à demanda urbana por alimentos e matérias-primas, e por isso a reforma agrária era também necessária.

RESUMO

Os quatro conjuntos de argumentações apresentados nesta aula podem assim ser resumidos: primeiro os defensores de uma reforma agrária antifeudal, defendida pelos intelectuais do PCB, dentre eles Alberto Passos Guimarães, baseada na ideia de que persistiam no Brasil restos feudais e por isso a reforma agrária deveria destruir o latifúndio, pois este era a expressão do feudalismo nacional. Outra corrente tinha como centro da análise uma reforma agrária anticapitalista, defendida por dissidentes do PCB, dentre eles Caio Prado Júnior, que, discordando do viés feudal da agricultura brasileira, propuseram alterações nas estruturas de poder no campo para beneficiar a classe trabalhadora em detrimento da burguesia agrária. Por outro lado,

também tínhamos os defensores de uma reforma agrária como alavanca para o mercado interno nacional, advogada por economistas ligados à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), entre os quais se destacava Celso Furtado. Segundo esta vertente de pensamento, umas das amarras do subdesenvolvimento nacional era a ausência de um mercado interno amplo, e, neste sentido, a reforma agrária poderia transformar camponeses pobres em pequenos proprietários com poder de consumo (STÉDILE, 1997, p. 15). O debate contou também com uma importante contribuição de Ignácio Rangel, autor que buscou mostrar as relações entre a questão agrária e a questão urbana e associar a concentração da estrutura agrária brasileira com o subemprego ou trabalho precário nos centros urbanos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

A próxima aula terá como contexto o Brasil no período posterior à implantação da ditadura militar, ou seja, pós-1964. Foi nesse período que o modelo baseado no aumento da produção e produtividade sem alterações na estrutura fundiária passou a ser a opção e o foco das políticas públicas nacionais.

A lógica produtivista da ditadura militar: da modernização conservadora à formação dos complexos agroindustriais

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA 6

Meta da aula

Apresentar o processo e os impactos socioeconômicos que se iniciam com a modernização conservadora e vão até a consolidação dos complexos agroindustriais na agricultura brasileira.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer o processo de modernização agrícola e as consequências derivadas desse modelo;
- 2 identificar as inovações institucionais ocorridas no período;
- 3 compreender o processo que deu origem à formação dos complexos agroindustriais no Brasil.

objetivos

INTRODUÇÃO

Em nossa última aula apresentamos o debate considerado clássico sobre a questão agrária nacional. Usamos uma citação de Carvalho Filho (2008) para sintetizar não apenas o debate como também o período. Vamos recuperar o último trecho da citação: “O debate foi sufocado e as organizações de trabalhadores foram reprimidas. A política agrícola implantada resultou na chamada ‘modernização conservadora’, com mudanças na base técnica e integração aos mercados internacionais”. Este pequeno trecho demonstra que o período que se inaugurou no Brasil a partir de 1964, com a ditadura militar, foi marcado por grande modernização agrícola por um lado e grande conservadorismo agrário de outro.



Figura 6.1: A política agrícola no Brasil, a partir de 1964, passou por um período de mudanças em suas bases técnicas e integração aos mercados internacionais, resultando em grandes áreas de monocultura altamente tecnificadas.

Fonte: www.freeimages.com/photo/1022638

REVOLUÇÃO VERDE E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O termo “modernização agrícola” está associado a modificações nas bases técnicas de produção com a introdução de máquinas, equipamentos, insumos com elevado grau de incorporação tecnológica, entre outros. O Brasil conheceu essa modernização a partir da década de 1960, quando passou a adotar políticas agrícolas voltadas para o aumento da produtividade no campo, desconsiderando, diga-se de passagem, a complexa realidade agrária nacional, marcada pela multiplicidade de formas de organização camponesas.

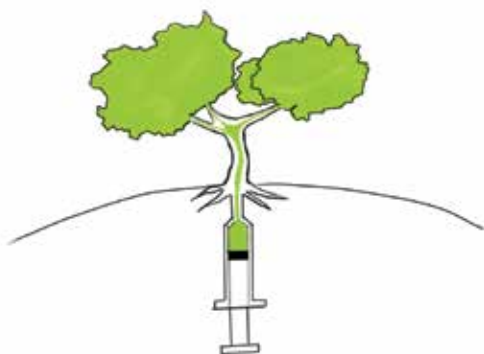


Figura 6.2: A partir de 1960, o Brasil começou a adotar técnicas de modernização no campo visando à elevação da produtividade com introdução de máquinas, equipamentos e insumos com elevado grau de incorporação tecnológica.

A adoção de políticas agrícolas ditas produtivistas, ou seja, voltadas apenas para o aumento da produção agrícola, só foi possível graças ao conjunto de inovações que surgiram no mundo especialmente a partir da década de 1950, em um processo que ficou conhecido como Revolução Verde.

A Revolução Verde foi um processo de criação de novas sementes e a inovação de práticas agrícolas com o intuito de aumentar a produtividade de cereais básicos como trigo, arroz e milho. A modernização da base agrícola derivada desse conjunto de inovações, notadamente financiadas com capital norte-americano, trouxe, para países pobres como o Brasil, alterações drásticas nas relações sociais de produção, tanto no campo quanto na cidade.

Como vimos nas aulas anteriores, o Brasil era um país latifundiário, monocultor, voltado para a exportação; contudo, tinha, nas pequenas propriedades, uma agricultura assentada em bases tradicionais que praticava a diversificação da lavoura, mas com técnicas rudimentares. Essas propriedades passaram a ceder rapidamente espaço para a agricultura capitalista, caracterizada cada vez mais por suas fortes relações intersetoriais com a indústria, geralmente em uma nítida relação de subordinação.

Mais uma vez o latifúndio se sobressaiu, pois a viabilidade do modelo empresarial de agricultura preconizada por essa modernização privilegiou a grande propriedade e a monocultura pelo seu caráter extensivo, que, ao mesmo tempo que se mecanizava, negava trabalho.

Segundo dados dos Censos Agropecuários elaborados pelo IBGE, houve um crescimento muito mais significativo de tratores do que de trabalhadores. Em 1960 existiam aproximadamente 254 trabalhadores para cada trator em uso; já em 1980, por exemplo, eram apenas 39 por trator. Podemos perceber o crescimento do número de tratores no Brasil pelo gráfico a seguir:

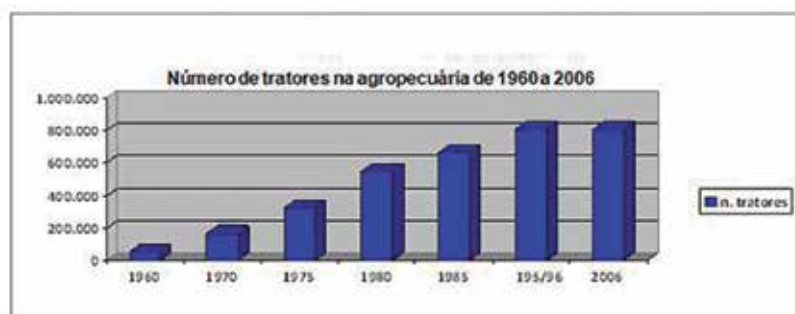


Figura 6.3: O gráfico representa o crescimento do número de tratores na agropecuária entre os anos de 1960 a 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1960/2006 *apud* Carvalho (2011)

Em síntese, como resultado desse denso processo de alteração na base técnica da agricultura, a produção passou a depender cada vez menos dos recursos naturais propriamente ditos e passou a depender cada vez mais do setor industrial. Em outras palavras, o uso de máquinas e equipamentos, fertilizantes, defensivos químicos, corretivos do solo, rações e concentrados passaram a ser fundamentais para o crescimento agropecuário.

É fato que a utilização de máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química e consequente aumento da produtividade são características dessa modernização agrícola, mas precisamos ressaltar que os aumentos da produção e da produtividade não diminuem a concentração da terra e da renda no Brasil, muito menos a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Mesmo apresentando significativas inovações no modo de produção do setor agrícola, a modernização da agricultura deve ter um escopo de análise maior que a simples incorporação tecnológica. Como já foi

dito aqui, essa modernização trouxe alterações drásticas nas relações sociais de produção, tanto no campo quanto na cidade.

A negação de trabalho no campo, com a maior utilização de insumos, máquinas e equipamentos, teve impactos que transcenderam os limites das propriedades rurais. Essa modernização desembocou na criação de um nutrido contingente de volantes ou boias-frias, inseridos precariamente na economia urbana, “em busca de uma das variadas formas de subemprego ou de trabalho na chamada ‘economia informal’” (RANGEL, 2005, p. 228).

A rápida inversão demográfica entre a população rural e urbana é um bom exemplo dos impactos da modernização da produção agrícola no país. Quando observados os dados populacionais das décadas de 1940 e 1950, o país apresentava 69% e 64% de residentes no meio rural do total nacional, respectivamente. A transição para um país majoritariamente urbano se deu entre as décadas de 1960 e 1970. No censo de 1970, o Brasil registrava 56% de residentes urbanos, contra 44% rurais. Entre as décadas de 1960 e 1970, a taxa de crescimento rural foi de apenas 0,5% e, no auge da modernização agrícola, entre 1970 e 1980, ficou negativa (– 0,6%), sendo 4,4% o crescimento da população urbana no mesmo período, segundo informações dos censos do IBGE. De modo mais ilustrativo tem-se o gráfico a seguir.

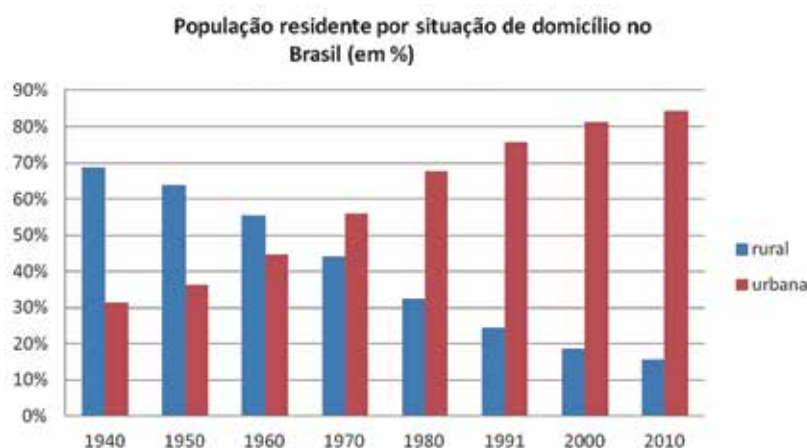


Figura 6.4: O gráfico demonstra o crescimento populacional do Brasil entre as décadas de 1940 a 2010. Observe o momento em que o país deixa de ser considerado rural para se tornar majoritariamente urbano.

Fonte: IBGE apud Carvalho (2011)



Apenas para efeito comparativo, segundo o Censo de 2010, o Brasil conta hoje com 190,7 milhões de habitantes, dos quais 84% residem na área urbana e apenas 16% estão na área rural. Para mais informações demográficas do Brasil, ver o site do IBGE: www.ibge.com.br.

É fato que o êxodo rural é um fenômeno antigo, mas com o processo de modernização da agricultura ele adquiriu maior intensidade e passando a ser, para os trabalhadores expulsos do campo, uma alternativa de sobrevivência. Isto por sua vez contribuiu com o aumento da informalidade nas atividades urbanas, gerando verdadeiros amontoados nas grandes e médias cidades (BENJAMIN, 1998, p. 88).

Atividade 1

Faça uma análise crítica do processo de modernização da agricultura e suas consequências.



Reposta Comentada

É notório que o processo de modernização da agricultura trouxe efetivas melhoras para a produção e produtividade rural. Introduziram-se novas bases técnicas, novas máquinas e equipamentos que ajudaram a aumentar a produção; entretanto, estas inovações foram introduzidas desconsiderando a estrutura agrária existente no país marcada pela multiplicidade de formas camponesas. Nesse sentido, as consequências mais visíveis foram o desemprego rural, o aumento da concentração fundiária, o êxodo rural e, decorrente disto, o aumento do desemprego e a informalidade nas áreas urbanas. Por ser um processo de modernização que ratificou a concentração da renda, da riqueza e da propriedade, ficou conhecido como modernização conservadora.

O ESTATUTO DA TERRA

No bojo dos acontecimentos de 1964, foi decretado o Estatuto da Terra, considerado a primeira lei de reforma agrária no Brasil. A partir do Estatuto da Terra novos conceitos surgiram. A pequena propriedade incapaz de sustentar uma família ficou caracterizada como minifúndio. Módulo rural passou a ser a mínima área para o sustento familiar, variando de região para região. Segundo o Estatuto, uma empresa rural seria a propriedade que não excedesse 600 vezes o módulo da região, tendo pelo menos 50% de área total agricultável. Caso fosse ociosa, seria um latifúndio de exploração (ou melhor, latifúndio improdutivo). Toda a propriedade rural maior que os 600 módulos rurais era considerada, independente de seu uso, um latifúndio por dimensão. De maneira mais esquemática, temos:

- Minifúndio – a área que não corresponde a um módulo;
- Empresa rural – o imóvel rural cuja área seja de até 600 vezes o módulo e no qual pelo menos metade da área cultivável seja explorada de forma racional;
- Latifúndio por exploração – as propriedades com as mesmas dimensões da empresa rural, mas cuja área explorada é inferior ao que seria admitido racionalmente;
- Latifúndio por dimensão – o imóvel cuja área ultrapassa 600 vezes o módulo.

O maior avanço da Lei estava no Imposto Territorial, inexistente até então, e nas formas de desapropriação, com a introdução do conceito função social da terra, que condicionou o uso da terra a uma exploração racional, caso contrário as terras poderiam ser alvo de desapropriação e destinadas à reforma agrária.

Tecnicamente, o Estatuto foi um grande avanço na forma de ordenamento territorial. Do ponto de vista estratégico, ele serviu para amenizar conflitos sociais ou surgimento de novos movimentos organizados na luta pela reforma agrária, a exemplo das Ligas Camponesas, Master, Ultab no pré-1964. Entretanto, sua implantação nunca se efetivou, dado seu caráter progressista para a época, marcada pelo conservadorismo de uma elite dominante que se cristalizou no poder com o golpe dos militares.



Figura 6.5: Do ponto de vista estratégico, o Estatuto da Terra serviu para amenizar conflitos sociais ou surgimento de novos movimentos organizados na luta pela reforma agrária.

A voz dos trabalhadores: as Ligas Camponesas, Master e Ultab.

O movimento das Ligas Camponesas é, sem dúvida, o principal movimento de luta pela reforma agrária no país até o golpe de 1964. Sua importância no embate político fica patente quando se analisa a capacidade de articulação e movimentação social de que as Ligas foram capazes. Nascidas em Pernambuco, logo se estenderam para a Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, entre outras regiões e tiveram forte influência no período compreendido pelos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O Master surgiu no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, e já em 1962 começou a organizar acampamentos no estado, recebendo apoio político de Leonel Brizola, então governador. O movimento era composto por assalariados, parceiros e também pequenos proprietários. Com o golpe militar de 1964, foi aniquilado pela ditadura.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab) foi fundada em São Paulo, em 1954, por Lindolfo Silva, militante do PCB. A partir de 1960, as associações ligadas a Ultab foram se transformando em sindicatos, culminando com a criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Com o golpe de 1964, foi oficialmente extinta.

Em suma, o Estatuto serviu como instrumento estratégico para controlar lutas sociais e desarticular conflitos. Isso pode ser observado pelo saldo do período: entre 1965 e 1981, foram realizadas apenas oito desapropriações, em média, por ano, ao passo que ocorreram pelo menos 70 conflitos por terra anualmente (MORISSAWA, 2001). Era óbvio, com o engavetamento do Estatuto da Terra, que as deficiências estruturais

na concentração de renda e da propriedade rural no Brasil não seriam enfrentados. O que de fato aconteceu foi um **RECRUDESCIMENTO** da concentração fundiária, fiscal e financeira pela via da modernização. Isto foi possível também graças aos benefícios financeiros concedidos pelo governo através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

RECRUDESCIMENTO

Aumento com grande intensidade.

SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL - SNCR

Para dar suporte financeiro ao modelo produtivista de agricultura por que o governo brasileiro tinha optado, um novo sistema de crédito rural foi instituído no mesmo ano do golpe de Estado, pela Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Todavia, a organização institucional do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi efetivamente montada pela Resolução 69 do Conselho Monetário Nacional, de 22 de setembro de 1967. Seu caráter seletivo e concentrador foi marcado não só pela concentração de renda como também pela concentração regional, tendo como seus maiores beneficiários os grandes produtores, a agroindústria e, de modo regional, a região Centro-Sul.

O SNCR estabelecia regras para que os recursos captados pelos bancos comerciais pudessem ser aplicados na agricultura. Os bancos eram obrigados a emprestar 10% dos depósitos à vista para as atividades agrícolas ou repassar os recursos para o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (KAGEYAMA *et al.*, 1990).

O período em que a política de crédito agrícola foi indubitavelmente expansionista se deu entre os anos de 1967 e 1976. Nas palavras de Delgado (1985, p. 80),

os limites concedidos por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado complexo agroindustrial.

Vamos recuperar um ponto central da citação: as taxas reais negativas. Isso significa dizer que o governo emprestava a determinada taxa de juros nominal, mas essa taxa de juros era inferior à inflação, ou seja, o latifundiário devedor pagava um valor menor que o que recebera do governo. Veja o gráfico a seguir.

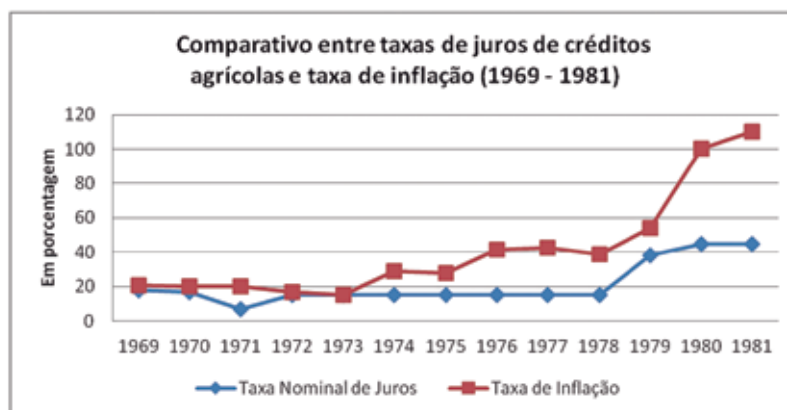


Figura 6.6: Gráfico demonstrando que a taxa de juros nominal era menor que a inflação, ou seja, pagava-se menos do que se recebia emprestado.

Fonte: Delgado (1985) *apud* Carvalho (2011)

É fato que o movimento de modernização da agricultura não poderia estar descolado dos movimentos gerais da economia nacional e internacional e, assim, também foi duramente afetado pela crise da década de 1980, como veremos nas aulas seguintes. Entretanto, em seu período de vigência, o crédito rural foi um instrumento fundamental para a montagem e consolidação de uma agricultura moderna e capitalista no Brasil, mas que, por privilegiar os grandes capitais, ratificou o latifúndio, desconsiderando, portanto, o fato de ser a questão agrária brasileira marcada pela desigualdade de acesso à terra e, por consequência, a financiamentos.

É explícito hoje que a modernização conservadora não alterou o padrão de crescimento da agricultura brasileira, marcado pela expansão extensiva. O crédito rural subsidiado permitiu uma expansão desproporcional da produção agropecuária, além de infraestrutura de suporte e apoio, expansão esta que se adequou convenientemente aos interesses mais imediatos, tanto do governo quanto dos grandes produtores, e que, contudo, gerou um crescimento de fôlego curto que, a partir dos anos 1980, mostrou seus limites e explicitou seus impasses (SZMRECSÁMYI; RAMOS, 1997, p. 242).

Atividade 2

Do ponto de vista institucional, quais as inovações que foram introduzidas no período militar para dar suporte ao processo de modernização da agricultura?



Resposta Comentada

Foram duas as principais inovações. A primeira é o Estatuto da Terra, que pode ser considerado como a primeira lei de reforma agrária no país. Com ele, foram introduzidos, entre outros, os conceitos de latifúndio e minifúndio e também a possibilidade de desapropriação pelo não cumprimento da função social do uso da terra. Contudo, sua implantação nunca se efetivou, dado o caráter progressista para a época, tendo sido usado basicamente para amenizar os conflitos sociais decorrentes da má distribuição da terra no país. Já o Sistema Nacional de Crédito Rural foi o suporte financeiro para sustentar a opção produtivista adotada pelo país, pois, por ele, os grandes proprietários recebiam recursos financeiros muitas vezes com juros negativos, para fazer investimentos, custear a produção entre outros fins, o que favoreceu o sobremaneira o latifúndio como modelo de propriedade rural no Brasil.

A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

O chamado complexo agroindustrial (CAI) tem como marco de constituição o final da década de 1960. Este processo, segundo Delgado (1984, p. 30), foi caracterizado pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura ao mesmo tempo que se expande o mercado demandante de produtos industrializados de

origem agropecuária. Em outras palavras, passou a ocorrer uma junção dos processos produtivos agrícolas e industriais, em que a agricultura, de modo subordinado, começou a demandar produtos industriais para produzir produtos agrícolas e a ofertar produtos agrícolas para serem processados pela indústria.

A constituição do CAI no Brasil foi possível porque houve uma transformação dos meios de produção na agricultura, que deixaram de ser “naturais” e passaram a ser industriais, como o adubo, por exemplo. Por outro lado, a introdução de máquinas e equipamentos ratificou essa constituição. Sendo assim, no CAI é visível um ramo industrial a montante (que se dirige a produção agropecuária) e um ramo a jusante (que processa produtos vindos do campo). Estes setores a montante e a jusante não se consolidariam no país de modo tão ativo sem o apoio claro das políticas públicas voltadas ao modelo produtivista que privilegiou a formação de cadeias agropecuárias complexas, conforme vimos no primeiro tópico desta aula.

Podemos dizer então que o CAI é o resultado da constituição de uma industrialização de bens de produção *da e na* agricultura.

As consequências dos CAIs foram: a primeira foi a verticalização da produção agrícola, voltada à consolidação de complexos agroindustriais internacionalizados; a segunda foi a formação de nichos regionais de especialização produtiva; e a terceira foi o elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital. Ademais, os CAIs foram incapazes de amenizar a pobreza rural, agravando sobremodo as discrepâncias da estrutura agrária nacional, sendo um processo altamente excludente de determinados grupos sociais e regiões econômicas (KAGEYAMA *et al.*, 1990; DELGADO, 1985).

Todavia, o movimento de modernização da agricultura não poderia estar descolado dos movimentos gerais da economia nacional e internacional e, assim, foi duramente afetado pelos choques de liquidez, com as crises do petróleo, sendo a última (1979) um divisor de águas para iniciar uma década de crescimento pífio a ponto de ser chamada de perda, como veremos na próxima aula.

Atividade Final

Descreva sinteticamente o processo que deu origem à formação dos complexos agroindustriais no Brasil.



Resposta Comentada

A formação e a consolidação dos complexos agroindustriais no Brasil, notadamente na década de 1970, remontam as inovações contidas no pacote da Revolução Verde, que duas décadas antes gerou um conjunto de inovações de produtos e de processos agrícolas que, aplicados no Brasil, especialmente em meados da década de 1960, conseguiu aumentar a produção e a produtividade agrícolas. Soma-se a isso a criação de uma política de crédito adequada aos interesses dos grandes fazendeiros que, ao mesmo tempo que fortalecia a agricultura, concentrava a propriedade fundiária e a industrializava de modo a gerar uma cadeia agrícola complexa e industrializada, tanto a montante como a jusante.

RESUMO

As grandes alterações pelas quais passaram a propriedade e a produção agropecuária no Brasil, que derivam da Revolução Verde, encontraram o respaldo – financeiro e político – necessário nas políticas agrícolas dos governos militares, de modo a consolidar algo que passou a ser denominado complexos agroindustriais (CAIs). Houve, no país, inegável aumento da produção e da produtividade agrícola decorrente de uma mudança na base técnica da agropecuária nacional, com a introdução de modernas máquinas e equipamentos e insumos químicos. Se por um lado isso contribuiu para a industrialização do campo, por outro gerou aumento da concentração da renda e da propriedade rural no país, com impactos inclusive nas áreas urbanas, como, por exemplo, aumento do desemprego e da informalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula veremos como a crise econômica da chamada década perdida impactou as políticas agrícolas dos anos 1980.

Década perdida: a política agrícola e a questão agrária em um contexto de recessão econômica

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

7

Meta da aula

Apresentar o contexto econômico geral dos anos de 1980, conhecidos como década perdida, dando destaque ao papel da agricultura e às consequências socioeconômicas para o mundo rural nesse período.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer os determinantes gerais da crise da década de 1980;
- 2 identificar as relações entre a política econômica geral e as políticas voltadas para a agricultura;
- 3 avaliar as consequências gerais da crise da década de 1980 no desenvolvimento socioeconômico agropecuário.

objetivos

INTRODUÇÃO

A década de 1980 apresentou, conforme veremos, índices baixos de crescimento em um contexto de alta inflação e elevado endividamento externo. As especificidades desse processo recessivo devem ser buscadas na fase anterior pela qual passou a economia brasileira para, a partir daí, tentar dimensionar a profundidade da crise em uma década que ficou conhecida como “década perdida”.

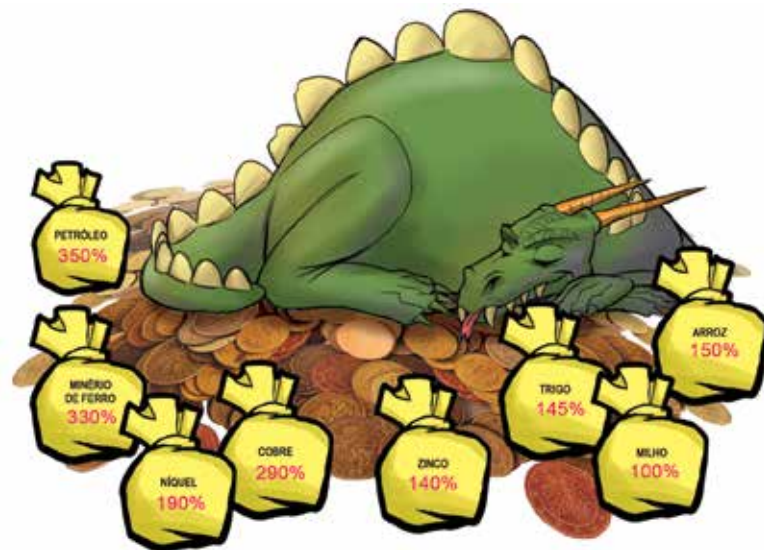


Figura 7.1: “A Década Perdida” – baixo crescimento, alta inflação e endividamento externo.

A partir do entendimento dos condicionantes estruturais da mencionada crise e também da apresentação, mesmo que sintética, do contexto econômico da década, faremos nesta aula uma apresentação da política agrícola e dimensionaremos os novos elementos da questão agrária nacional.

DO “MILAGRE ECONÔMICO” À “DÉCADA PERDIDA”

Em 1968, inicia-se um período bastante significativo na economia brasileira, conhecido como “milagre econômico”. Esse período, que se estende até 1973, apresentou uma invejável taxa de crescimento, que, em média, foi superior a 10% ao ano. Dentre outros motivos, esse grande crescimento se deveu a uma situação econômica externa bastante favorável, o que possibilitou elevados investimentos diretos estrangeiros

(IDE), investimentos esses que contaram ainda com vultosos financiamentos públicos, além dos investimentos públicos em infraestrutura, na construção civil, expansão do crédito para habitação e ao consumidor e crescimento das exportações.

Esse período, denominado “milagre”, tem seu esgotamento notadamente a partir de 1974 devido, principalmente, à crise do petróleo ocorrida no ano anterior. Em breves linhas, essa crise, também conhecida como primeiro choque do petróleo, se deu quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicaram o preço do barril de petróleo e estabeleceram um cartel internacional que prejudicou bastante os países em desenvolvimento, como o Brasil. Cabe lembrar que, nesse período, o Brasil importava aproximadamente 80% do petróleo que consumia.

Organização dos Países Exportadores de Petróleo



Rjcastillo

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Balanc%C3%ADn_petrolero_II.jpg

Seu objetivo é unificar a política petrolífera dos países membros, centralizando a administração da atividade, o que inclui o controle de preços e do volume de produção, estabelecendo pressões no mercado. É o exemplo mais conhecido de cartel. Foi criada em 14 de setembro de 1960, como uma forma de os países produtores de petróleo se fortalecerem frente às empresas compradoras do produto, em sua grande maioria pertencentes aos Estados Unidos, Inglaterra e Países Baixos, que exigiam cada vez mais uma redução maior nos preços do petróleo.

Atualmente, os países pertencentes à OPEP são: Angola, Argélia, Líbia, Nigéria, Venezuela, Equador, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Catar.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, marca a resposta brasileira ao fim do “milagre”, com o Estado assumindo parte do papel de produção e a quase totalidade do financiamento do investimento, ou seja, uma estratégia de crescimento baseada no endividamento do Estado.



O II PND foi uma resposta à crise econômica decorrente do primeiro choque do petróleo, no fim do chamado “milagre econômico brasileiro”. Sua carta de diretrizes se inicia assim: “O Brasil se empenhará até o final da década em manter o impulso que a Revolução vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Essa próxima etapa será, necessariamente, marcada pela influência de fatores relacionados com a situação internacional, principalmente quanto a crise de energia.” Quer conhecer o plano na íntegra? Então, acesse o endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF e boa leitura!

Com os aumentos das taxas de juros internas e internacionais, esse padrão de financiamento estatal se mostrou perverso, podendo ser caracterizado como um período de “crescimento com endividamento”. Entretanto, seus limites de sustentar o crescimento nacional se mostraram quando houve o segundo choque do petróleo, em 1979, devido à paralisação da produção do Irã, por conta da Revolução Islâmica.

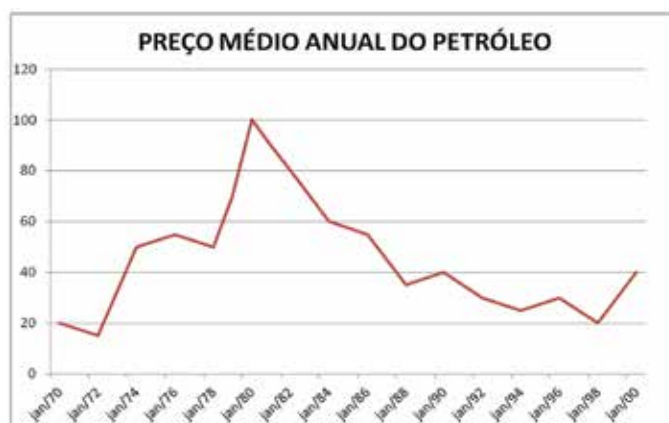


Figura 7.2: Preço médio anual do petróleo, em dólares do ano 2000, inflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor dos EUA.

Fonte: Federal Reserve

Em síntese, o contexto em que foi constituído o II PND era, sem dúvida, pouco favorável. Tinha chegado à exaustão da capacidade de crescimento sustentada pelo endividamento estatal, e o segundo choque do petróleo, em 1979, foi o golpe final. Ele inaugura uma nova etapa na economia brasileira, que terá, como herança, elevada dívida externa e interna, além da aceleração da inflação.

O movimento de modernização da agricultura, visto na aula anterior, não poderia estar descolado dos movimentos gerais da economia nacional e internacional e, assim, também, como veremos, foi duramente afetado pelos choques do petróleo. Esses acontecimentos foram um divisor de águas para iniciar uma década de crescimento pífio, ao ponto de ser chamada de “perdida”.

NOTAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980

A “década perdida” foi marcada por grandes problemas de caráter econômico e, dentre eles, os principais foram, indubitavelmente, a escalada da dívida externa e a da inflação. Para melhor compreensão, vejamos com mais detalhes estes processos:

Dívida externa

A década de 1980 foi marcada pelos esforços do governo em manter o crescimento econômico e pagar a dívida externa. Como vimos, no período anterior, para manter elevadas taxas de crescimento, o governo optou pela via do endividamento, isto é, financiava a si mesmo e os agentes privados com empréstimos que fazia. Com o aumento das taxas de juros internacionais, como decorrência dos choques do petróleo, essa tentativa de compatibilidade não demorou a se mostrar um fracasso.

O volume de recursos que foi transferido ao exterior para pagar a dívida externa criou um constrangimento ao desenvolvimento da economia nacional, pois, dentre outras coisas, comprometia o caixa para a importação de bens necessários à manutenção da produção nacional, ou seja, criava-se um teto ao crescimento nacional.

Para garantir o pagamento da dívida externa, houve deterioração das finanças públicas na década de 1980, devido aos cortes de gastos de investimento e manutenção de subsídio e incentivos às exportações,

SERVIÇOS DA DÍVIDA

É uma expressão utilizada para expressar o pagamento tanto de juros quanto de parcelas de uma dívida que, no caso, é a dívida externa.

a fim de gerar dólares e garantir superávits utilizados para fazer frente aos **SERVIÇOS DA DÍVIDA**.

Apesar do esforço do governo, apenas no ano de 1984 houve um superávit expressivo; contudo, nos demais anos, apesar da ocorrência de superávits, eles não foram suficientes. Em síntese, a década de 1980, generalizada, grosso modo, não teve padrão de financiamento sustentável.

A inflação brasileira da década de 1980

Para garantir o contínuo envio de recursos para o exterior, garantindo o cumprimento de obrigações com os credores internacionais (pagamento da dívida externa), a política econômica alterava-se permanentemente. Esta instabilidade gerou, infelizmente, uma flexibilização (para cima) das margens de lucros das empresas. Com o aumento das margens de lucro aliado ao impacto nos custos das empresas causado pelas maxidesvalorizações de 1979 e 1983, teve-se uma aceleração inflacionária.

Em outras palavras, o Brasil criou barreiras à entrada de produtos importados – o que contribuiu para diminuir a concorrência interna e elevar as margens de lucro das empresas.

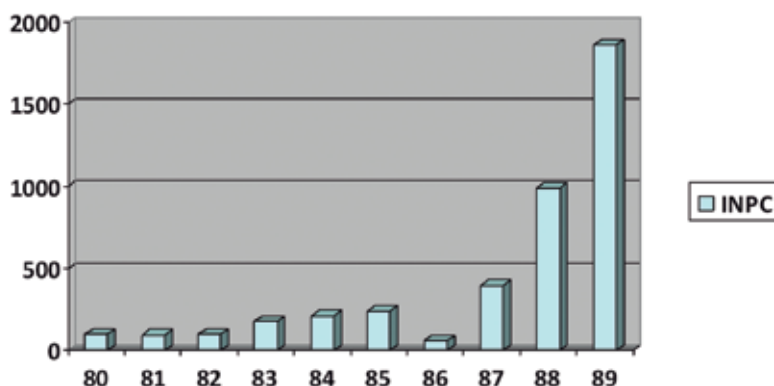


Figura 7.3: Gráfico mostrando o índice de inflação acumulado nos anos 80, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Fonte: IBGE

Os cinco primeiros anos da década são marcados pela duplicação da inflação. Não é nosso objetivo, nesta disciplina, fazer uma discussão sobre os planos de estabilização econômica desse período, mas, como exemplo, foi nesse contexto, em fevereiro de 1986, que surgiu o Plano Cruzado, plano

que consistia, entre outras coisas, em fazer reforma monetária através do congelamento de preços, buscando a estabilização econômica. Seu êxito durou apenas seis meses, mas seu fracasso gerou um conjunto de expectativas (que foram repassadas aos preços) de novos congelamentos – que de fato ocorreram, agravando ainda mais a inflação, com o aumento dos preços.

Atividade 1

Faça uma síntese dos problemas econômicos pelos quais o Brasil passou durante a década de 1980.



Reposta Comentada

A década de 1980 foi bastante peculiar na história econômica nacional, pois após um período longo de crescimento o país passou a apresentar índices de crescimento baixos acompanhados de inflação alta e elevado grau de endividamento externo. As alterações do ambiente macroeconômico, que passou a sofrer as restrições decorrentes dos choques do petróleo, contribuíram para a redução dos investimentos no país e também para o aumento do endividamento decorrente do aumento da taxa de juros em escala nacional. A escalada de preços, com taxas crescentes de inflação, também foi decisiva para piorar a situação nacional, notadamente para as classes de mais baixa renda, além de também comprometer as finanças públicas e diminuir o raio de ação do governo frente aos problemas econômicos.

A POLÍTICA AGRÍCOLA NOS ANOS 1980

Como vimos, houve, nos anos 1980, uma deterioração global da situação econômica da América Latina e, em especial, do Brasil. Conhecida como a década da “crise da dívida”, se olhada em retrospectiva, percebemos o forte movimento de transferências de recursos reais ao exterior para o pagamento

da dívida externa (CARNEIRO, 2002). Entretanto, em que pesem as dificuldades enfrentadas pela economia nacional nesse período, a política agrícola foi direcionada para a geração de superávits na balança comercial, o que, por sua vez, impeliu o governo a manter os subsídios e incentivos às exportações, a fim de gerar dólares a serem transferidos ao exterior.

Em resumo, podemos dizer que a política agrícola da década de 1980 foi orientada para estimular a exportação para que, com os recursos oriundos dessa exportação, o governo pudesse garantir os pagamentos dos serviços da dívida. Mas não podemos deixar de mencionar que houve também um incentivo, mesmo que insuficiente, para a produção de gêneros alimentícios para consumo doméstico, em função dos riscos de desabastecimento interno.

Em geral, os bons números da atividade agrícola na década de 1980 se devem em parte a: I) melhoria da produtividade; II) política cambial favorável às exportações; III) política agrícola ativa e direcionada (HOMEM DE MELLO, 1990, p. 23). Infelizmente, isso não evitou que, ao final da década, os produtores com maior endividamento e menor capitalização fossem penalizados.

Se, por um lado, o governo reduziu os recursos destinados ao financiamento rural como parte de uma política maior de redução do gasto público e combate a inflação, por outro lado buscou estimular a produção agropecuária com uma política ativa de preços mínimos, por meio da reativação da PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos).

Cabe ressaltar que a PGPM estava inserida no arcabouço institucional criado em meados de década de 1960. Esse arcabouço consistia no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que buscava propiciar aos agricultores linhas de crédito acessíveis e baratas e políticas de garantias de preços mínimos (PGPM) com dois mecanismos básicos: I) a AGF (Aquisição do Governo Federal) e II) o EGF (Empréstimo do Governo Federal). O AGF eram compras feitas, pelo governo, de produtos com preços prefixados que visavam a estocar e vender em momentos de escassez no mercado. O segundo (EGF) financiava a estocagem do produto pelo agricultor.

A Política de Garantia de Preços Mínimos ganhou uma importância maior na década de 1980. Já em 1979, os preços passaram a ser fixados de acordo com os custos de produção e, a partir de 1986, para evitar problemas de desabastecimento, o governo aumentou o valor dos preços mínimos dos alimentos básicos.

Infelizmente, no tocante à PGPM, os problemas operacionais acabaram por comprometer seu funcionamento, especialmente pelo atraso ou não realização das aquisições por parte do Governo Federal, além das liberações de empréstimos com atraso.

A década de 1980 termina com a clara intensão do Governo Federal em deixar o setor privado cumprir as funções antes de sua responsabilidade, notadamente no financiamento da produção, comercialização e regulação. Em outras palavras, o setor agrícola, diante da redução dos recursos de financiamento, passa a buscar mecanismos de autofinanciamento, tais como vendas antecipadas e créditos não governamentais oferecidos pelas empresas do agronegócio.

Obviamente, os problemas não tardariam a aparecer; dentre eles, cabe destaque a oscilação dos preços agrícolas, com o consequente aumento do risco para os produtores rurais, notadamente os mais descapitalizados, ou seja, o agricultor familiar.

Atividade 2

De que modo a crise econômica da década de 1980 afetou as políticas agrícolas do período?



Resposta Comentada

A agricultura acabou por sentir menos, em termos de crescimento, os efeitos deletérios da crise que afetou o conjunto da economia brasileira. Isso se deve em parte pelos incentivos que o setor teve para continuar exportando e gerando superávit, ou seja, recursos financeiros em dólares para serem usados no pagamento da dívida externa. Por outro lado, o risco de desabastecimento de alimentos no mercado interno fez com que o governo também direcionasse políticas específicas para a produção destinada ao consumo doméstico. Cabe destaque para a política de garantia de preços mínimos, que serviu como um redutor de riscos à produção agropecuária do período.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1980

Apresentado o contexto mais geral da economia brasileira na década de 1980, podemos afirmar, em resumo, que, na tentativa de garantir o pagamento da dívida externa, houve por parte do governo a manutenção, pelo menos em parte, de subsídios e incentivos às exportações, contribuindo uma vez mais para a manutenção da estrutura latifundiária do país. Entretanto, esse processo não se deu de modo pacífico. A capitalização da agricultura não ocorreu sem traumas – haja vista o elevado grau de exclusão, concentracionismo e desigualdade envolvido no processo –, trazendo consigo o ressurgimento da mobilização social, seguida de repressão e assassinatos (MENDONÇA, 2006).

Segundo Delgado (2005, p. 38),

De fato, os anos 1980 terão sido para a questão agrária brasileira um momento de transição e contradição. Com o fim do regime militar, abre-se uma temporada de oxigenação às forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura. Durante o regime militar, o debate da “questão agrária” não teve espaço para se exercitar, nem teórica nem politicamente.

Com a consolidação da redemocratização, não havia mais possibilidade de “maquiagem” da realidade agrária nacional. Tornaram-se visíveis os novos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária, bem como institucionalizaram-se e tornaram-se mais fortes os movimentos contrários às reformas no campo. Esse é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR), respectivamente. Segundo Oliveira (2001, p. 197),

A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra.

O ressurgimento das discussões sobre a estrutura agrária no Brasil não é responsabilidade apenas dos novos movimentos organizados no campo, notadamente o MST, muito menos um modismo acadêmico. É resultado de um processo **IDIOSSINCRÁTICO** ao longo do tempo que, à medida que dava respostas à questão agrícola, agravava a questão agrária (CARVALHO, 2011, p. 36).

IDIOSSINCRÁTICO

Peculiar, particular.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a UDR

O MST começa a se formatar como é hoje a partir do final da década de 1970, quando contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas, ressurgindo a ocupação de terras como instrumento de pressão dos trabalhadores rurais para conquistarem terras. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam as ocupações de terras e o enfretamento direto por melhores condições de vida no campo organizaram um encontro nacional na cidade de Cascavel, no Paraná. Data daí o surgimento do MST como movimento nacional organizado para lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil (MST, 2010, p. 9).

É difícil afirmar o exato momento do surgimento da União Democrática Ruralista (UDR); contudo, pelas informações disponíveis, pode-se dizer que essa agremiação nasceu em 1985, a partir de reuniões com importantes pecuaristas de Goiás. Nasceu com o objetivo de organizar a classe proprietária e assessorá-la, entre outras coisas, contra a desapropriação de suas terras.

Outra versão dá conta de que a UDR também se envolvia em compra de armamentos e formação de milícias privadas, visando a responder violentamente às ações dos movimentos sociais em prol da reforma agrária, notadamente às ocupações de terras (MENDONÇA, 2006, p. 126).



Wilson Dias/Abr

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MST_06142007.jpg

Desde o início da Nova República, houve um aumento expressivo das mobilizações sociais em torno de questões nacionais relevantes; dentre elas, a reforma agrária. Contudo, a repressão sobre os movimentos sociais, especialmente sobre os movimentos camponeses, foi maior que a envergadura do debate sobre a necessidade de mudanças na legislação e na Constituição.

É nesse contexto que nasceu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), coordenado por José Gomes da Silva e uma equipe notoriamente favorável à reforma agrária.

O PNRA beneficiava posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. Contudo, diante da intervenção direta da UDR, o plano aprovado pelo governo Sarney, alguns anos depois, era muito distinto do que tinha sido proposto por Gomes da Silva, o que, por sua vez, impediu legal e institucionalmente a efetiva distribuição de terras. Se, por um lado, a Constituição de 1988 garantiu a inclusão da função social da propriedade, por outro dificultou a utilização dos instrumentos de desapropriação. Contradição essa que, em síntese, beneficiou o latifúndio improdutivo, prevendo indenizações em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real independentemente do grau de produtividade da propriedade.

O primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), levado a cabo durante o primeiro governo da Nova República (1985-1989), tinha como princípio básico para a sua realização a função social da propriedade. Contudo, revelava o caráter contraditório das políticas fundiárias nacionais, reforçando o direito à propriedade, garantindo a não desapropriação das empresas rurais, além de desapropriações pagas mediante indenizações.

Um olhar mais detalhado sobre o I PNRA nos dá a dimensão limitada das ações estatais em prol da reforma agrária.

Tabela 7.1: Metas do PNRA na Nova República

Metas do PNRA na Nova República (1985 – 1989)	
Anos	Metas de famílias assentadas
1985/86	150.000
1987	300.000
1988	450.000
1989	500.000
Total	1.400.000

Fonte: MIRAD *apud* Vasconcelos (2007, p. 60).

As metas eram ambiciosas: assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos. Infelizmente, o programa não foi acompanhado nem por vontade política nem por verbas públicas condizentes, resultando em apenas 515 projetos com capacidade de assentamento de 83.625 famílias.

Atividade Final

Quais as consequências da crise e das políticas de enfrentamento da crise para a dinâmica agrária nacional?



Reposta Comentada

Do ponto de vista agrícola, os produtores mais capitalizados conseguiram melhor desempenho no período, pela manutenção dos subsídios ao setor para manter elevadas as exportações. Entretanto, a redução gradativa da ação estatal no enfrentamento da desigualdade de acesso à terra foi visível. Se, por um lado, a temática entra na pauta do governo como Programa Nacional de Reforma Agrária, por outro lado sua inércia culmina com o aumento dos conflitos agrários e com a polarização das forças no campo, expressa pelo surgimento do MST e da UDR. As metas ambiciosas de assentamento do governo não foram cumpridas e a reforma agrária foi abandonada como política pública de desenvolvimento socioeconômico.

RESUMO

Após um período de elevado crescimento econômico, iniciamos os anos de 1980 com um crescimento do endividamento externo e da inflação, ao passo que as taxas de crescimento da economia passam a ser inexpressivas. A opção governamental foi garantir o pagamento do endividamento externo e, para isso, valeu-se de estímulos à exportação agrícola; entretanto, a incapacidade de manter crescimento nesse contexto foi patente. Ao final do período, a grande produção agrícola mais uma vez foi beneficiada com estímulos do governo, mas o setor não resolveu as questões seculares que o perseguiram, como a concentração e o empobrecimento dos pequenos produtores. A década terminou com a saída gradativa do Estado e a assunção do mercado nas funções de estímulo à produção agropecuária com as contradições inerentes a isso.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, focaremos nossa análise na política agrícola e nas manifestações da questão agrária em um contexto marcado pela orientação neoliberal na condução da política econômica mais geral. Entender os mecanismos que contribuíram para o fortalecimento do agronegócio no país será uma das preocupações centrais.

Comportamento agrícola a partir da década de 1990: neoliberalismo

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

8

Metas da aula

Apresentar os fatos mais marcantes que afetaram diretamente a agropecuária brasileira e também destacar alguns números do setor.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer as alterações do modelo de acumulação de capital no setor agrícola;
- 2 identificar a magnitude da luta pela terra, as ocupações e a violência decorrente deste processo;
- 3 avaliar as ações públicas em um contexto marcado pelo neoliberalismo.

objetivos

INTRODUÇÃO

A adoção de políticas neoliberais, notadamente a partir dos anos 1990, trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade. Este quadro de agravamento se deu concomitantemente com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional.

É fato que, com a opção neoliberal, ocorreram alterações na capacidade de ação estatal e isto, por seu turno, acarretou rebatimentos sociais significativos que, para o que nos interessa, podem ser expressos no agravamento da realidade agrária, no aumento de ocupações e, infelizmente, no aumento da violência no campo. Esta aula se deterá nisto: apresentar a luta pela terra e as respostas do poder público em um contexto de políticas neoliberais e estruturação do agronegócio.

NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO NA AGRICULTURA: O AGRONEGÓCIO

Como vimos na aula passada, a década de 1980 foi marcada pela persistente retração econômica. A resposta brasileira para anos de recessão e crise foi o alinhamento às políticas neoliberais, já em voga no continente sul-americano no início dos anos 1990.

Segundo Sandroni (1999), o neoliberalismo é uma doutrina político-econômica com bases liberais e que se pauta na crença de que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais. O Estado, segundo os neoliberais, deve assegurar que o ambiente macroeconômico para a tomada de decisões seja financeira e monetariamente estável. Nas palavras do autor:

Atualmente, o termo [neoliberal] vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial (SANDRONI, 1999, p. 421).

Assim como na escola de pensamento liberal, os neoliberais propõem a não participação do Estado na economia, pois a liberdade do mercado garante, segundo seus defensores, não apenas o crescimento

econômico de um país como também o desenvolvimento social de seu povo. Este discurso se mostrou meramente retórico.

No Brasil, o ajuste estrutural neoliberal impôs uma abertura comercial que fragilizou a produção interna, uma desregulamentação do mercado financeiro que favoreceu os capitais especulativos em detrimento do capital produtivo e, entre outras coisas, um processo de privatização que acabou por desnacionalizar antigas empresas estatais.

Estes princípios de plena liberdade de mercado, com nenhuma ou quase nenhuma intervenção do governo, no plano da agricultura também são recorrentemente defendidos.

Como observamos nas aulas anteriores, no Brasil, o avanço do capitalismo no campo transformou a agricultura tradicional em um ramo da indústria que tanto fornece matérias-primas como consome insumos também de origem industrial. Isso não é uma exclusividade do Brasil. Este processo aconteceu em diversos países ricos e pobres, abaixo ou acima da linha do Equador.

Para o que nos interessa nesta aula, vamos verificar as especificidades do caso brasileiro, quando o desenvolvimento da agricultura superou a fase dos complexos agroindustriais, já descrita em aulas anteriores, e avançou para uma fase na qual o capital financeiro passa a ser decisivo no processo de acumulação de capital na agricultura, processo este que chamaremos de agronegócio. Ou seja, estamos apresentando o agronegócio como resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, a grande propriedade e o capital financeiro.

A modernização da agricultura, ligada a importantes cadeias do agronegócio internacional, aumentou a vulnerabilidade da produção agropecuária nacional às determinações externas, colocando o Brasil, mais uma vez, como exportador de *commodities* de baixo valor agregado, especialmente grãos, carnes e minérios.

Não é nosso foco aqui, mas é importante ter em mente que esse período é marcado pela política de estabilização monetária no bojo do Plano Real, que, em sua engenharia financeira, valeu-se da elevação dos juros como parte do processo de combate à inflação. Isto acabou por comprometer os produtores rurais que tomaram empréstimos, afetando mais os pequenos e médios produtores.

Outro fator de agravamento da realidade dos produtores rurais menos estruturados foi a facilidade de importação de gêneros agrícolas, dentre eles inclusive alguns produtos subsidiados pelos seus países de origem. A ideia era pressionar os preços para baixo; contudo, isto enfraqueceu bastante os produtores rurais, especialmente os que produziam feijão, milho, soja, algodão, batata, laranja, arroz, café, bovinos, suínos e frangos (GRAZIANO, 1998, p. 251).

A contribuição do governo para a estruturação do agronegócio no Brasil foi notória. Segundo Delgado (2010, p. 94), o governo adotou como prioridade o investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento” que, na verdade, foram corredores de exportação para facilitar o escoamento da produção rumo aos mercados externos; também direcionou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio. Além disso, ainda diminuiu o controle sobre áreas devolutas e trabalhou com políticas cambiais de modo funcional ao interesse do agronegócio.

Estamos trabalhando com o entendimento de que o agronegócio é a associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro. Entretanto, o conceito de agronegócio é foco de sérias controvérsias e por isso merece uma maior atenção nossa.

Trataremos mais detalhadamente disto na próxima aula, mas inquestionavelmente o agronegócio no Brasil é um dos mais modernos do mundo. Contudo, não resolveu os problemas sociais no campo e não arrefeceu a necessidade de uma reforma agrária mais ampla e de caráter mais social.

Neste sentido, vamos analisar a luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

Atividade 1

Disserte sobre o atual modelo de acumulação de capital no setor agrícola conhecido como agronegócio.



Resposta Comentada

O agronegócio é mais do que simplesmente a somatória das atividades econômicas da agricultura. Ele é um modelo de acumulação de capital, ou melhor, é a forma como a economia capitalista tem trabalhado no campo na busca por lucros cada vez maiores. Nesse sentido, ele avançou no Brasil sem a necessidade de mudanças na estrutura agrária e tem, como característica central, a predominância do capital financeiro como articulador deste processo de acumulação.

A LUTA PELA TERRA: OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

A luta de trabalhadores rurais por terra e trabalho demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira. A ocupação de terras, como estratégia principal de ação de movimentos sociais organizados, como o MST, é mais do que um sinal de que os ganhos de produtividade da agricultura brasileira ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo. Elas também indicam que a crise social pela qual passou o país, por conta das consequências das políticas neoliberais, foi expressiva, acabando por materializar-se no grande número de ocupações que eclodiram em todo o território nacional, principalmente a partir de 1995.



Figura 8.1: Gráfico representando a variação do número de ocupações de terra entre os anos de 1988 a 2011 no Brasil: consequência das políticas neoliberais.

Fonte: Dataluta – Banco de dados da Luta pela Terra, 2012

Segundo dados do Dataluta, de 1988 a 2011 ocorreram 8.536 ocupações de terras no Brasil envolvendo 1.198.513 famílias nos diversos estados brasileiros e se assentaram, nesse mesmo período, 1.045.069 famílias em 8.951 assentamentos.

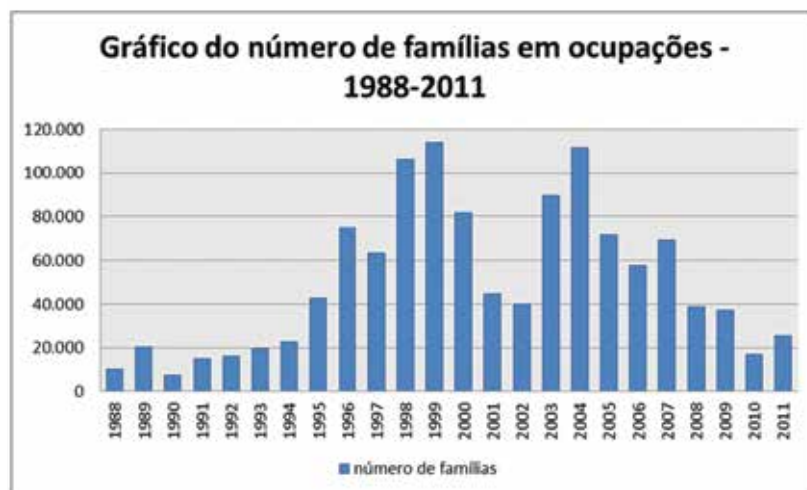


Figura 8.2: Gráfico do número de famílias assentadas em ocupações no período de 1988 a 2011 no Brasil.

Fonte: Dataluta – Banco de dados da Luta pela Terra, 2012

A criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, mas a partir dos dados apresentados nas figuras podemos perceber a magnitude da luta pela reforma agrária no Brasil.

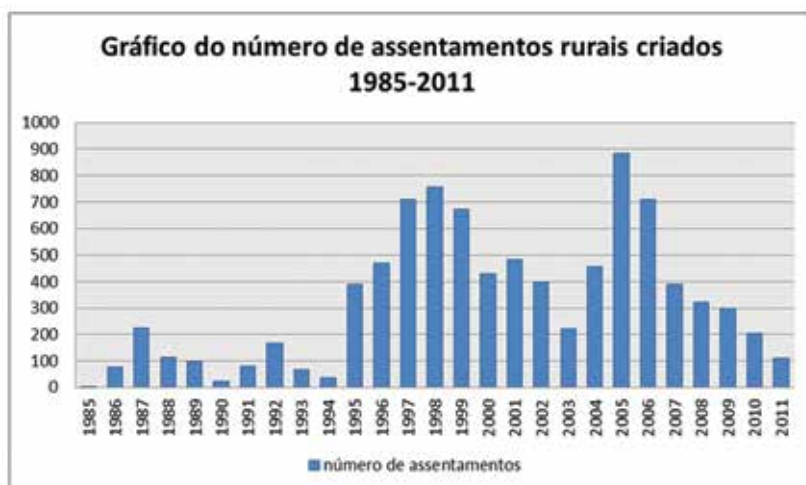


Figura 8.3: Gráfico do número de assentamentos rurais criados no período de 1985 a 2011 no Brasil.

Fonte: Dataluta – Banco de dados da Luta pela Terra, 2012



Figura 8.4: Número de famílias assentadas em assentamentos nos anos de 1985 a 2011 no Brasil. Mostra a magnitude da luta por terras.

Fonte: Dataluta – Banco de dados da Luta pela Terra, 2012

Os números de ocupações e a criação de assentamentos rurais são concomitantes com a estruturação de movimentos sociais de luta pela terra no país e as pressões oriundas desses movimentos. São esses movimentos que, por suas ações, mantêm o tema da reforma agrária em evidência.

Existem hoje mais de 100 movimentos de luta pela terra em todo o país. Contudo, indubitavelmente, o MST, além de ser o mais representativo em termos de ações práticas, é o mais completo em termos de estrutura organizacional. Já em meados dos anos 1990, estava

presente em 23 estados brasileiros e contava com apoio de diversas organizações internacionais.

O Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente. São mais de 13 anos de pesquisa com temas que versam sobre Geografia, Questão Agrária, Ocupações, Assentamentos, Movimentos Socioterritoriais, Estrutura Fundiária, Territorialização, Espacialização e Manifestações. As informações estão disponíveis ao grande público no site: <http://www2.fct.unesp.br/nera>.

Um olhar sobre o comportamento da luta pela terra deixa claro que ela não é um fato isolado de uma determinada região, sendo expressiva em todos os estados do Brasil. Infelizmente, cresceu, ao mesmo tempo, a violência contra trabalhadores rurais e camponeses também em todas as regiões.



Figura 8.5: Gráfico do número de assassinatos em conflitos agrários no Brasil no período de 1980 a 2005. Cresce também a violência contra trabalhadores rurais.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT) / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) *apud* Carvalho (2011)

Cabe lembrar que a violência não é expressa somente no número de mortes; ela deve ser entendida de maneira mais ampla de modo a incluir ameaças de morte, tentativas de assassinato e agressões físicas,

expulsões por parte de grileiros e fazendeiros ou despejos executados pelo Estado. Entretanto, quanto mais concentrada a estrutura agrária, maior é o poder econômico e extraeconômico dos donos da terra, gerando lastimáveis fatos que marcaram a história recente do país, conforme podemos ver na tabela a seguir, que ilustra apenas alguns dos muitos fatos ocorridos na história recente do país.

Tabela 8.1: Massacres em conflitos agrários que marcaram a história do Brasil.

Massacre de Corumbiara	Ocorrido em agosto de 1995, no município de Corumbiara, em Rondônia, onde, em confronto com a polícia, 12 pessoas foram mortas.
Massacre de Eldorado dos Carajás	Ocorrido em abril de 1997, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde, em confronto com a polícia, 19 trabalhadores rurais foram assassinados.
Massacre de Felisburgo	Ocorrido no município de Felisburgo, Minas Gerais, em 2004, onde, em confronto com pistoleiros armados, 5 trabalhadores rurais foram assassinados e mais 20 gravemente feridos.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), documenta os conflitos no campo desde 1985. Em sua base de dados, podem ser encontradas informações como despejos, expulsões, assassinatos, ameaças de morte, prisões, trabalho escravos, entre outros importantes dados para pensar a amplitude da questão agrária nacional. O endereço do site é: <http://www.cptnacional.org.br/>.

Mesmo com a intensificação da luta pela reforma agrária, não houve uma redução significativa da concentração fundiária entre 1985 e 2006, de modo a se tornar perene a expropriação, a expulsão e o desemprego, que continuam configurando como elementos centrais da questão agrária nacional com rebatimentos sociais significativos.

Tabela 8.2: Índice de Gini da distribuição da posse de terra no Brasil

Índice de Gini			
Ano	1985	1995	2006
Gini	0,858	0,857	0,856

Fonte: Hoffmann; Ney, 2010

Em que pese a diminuição da concentração da terra em alguns estados e municípios, a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. O comportamento do índice de Gini, desde 1985, demonstra bem a elevada concentração da posse da terra no Brasil. Este índice varia de zero (ausência total de concentração) a um (concentração total, na qual apenas uma pessoa seria dona de todas as terras). Observemos que o índice de Gini no Brasil sempre esteve acima de 0,85 e, portanto, muito próximo de um.

Atividade 2

É correto dizer que com o avanço do agronegócio diminuíram as tensões e conflitos nas áreas rurais brasileiras?



Resposta Comentada

Se observarmos os dados, vamos perceber que, ao mesmo tempo que aumentam as ocupações de terras, aumentam também as conquistas dos trabalhadores rurais, materializadas na formação de assentamentos rurais. Contudo, a violência no campo é constante em todo este período e aumenta, inclusive, no período conhecido como redemocratização. Nas duas últimas décadas, período em que o agronegócio se estruturou, a violência não diminuiu, muito menos as dificuldades econômicas e sociais da agricultura de base familiar.

OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO

O Censo Agropecuário é um levantamento abrangente sobre a agropecuária. Ele é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde a década de 1920 e, atualmente, tem periodicidade de 10 anos. É a principal fonte de dados dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e sua análise ajuda a entender as transformações pelas quais tem passado o setor agrícola nacional.

O Censo Agropecuário de 2006 deu visibilidade a algumas das alterações e tendências do rural brasileiro. Dentre as principais conclusões a que o censo chegou, podemos destacar a redução do pessoal ocupado e a manutenção da elevada desigualdade da propriedade fundiária.

Segundo os números, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,4% da área total, ao passo que os estabelecimentos maiores que 1.000 hectares concentravam 44% do total (Tabela 8.3). Já quanto ao número de estabelecimentos, 47% tinham menos que 10 hectares e os estabelecimentos maiores que 1.000 hectares representavam 1% do total.

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)					
	1985	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	9.986.637	3%	7.882.194	2%	7.798.607	2%
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	19%	52.693.585	15%	62.893.091	19%
De 100 ha a menos de 1.000 ha	131.432.667	35%	123.541.517	36%	112.696.478	34%
1.000 ha e mais	163.940.667	44%	159.493.949	46%	146.553.218	44%
Total	374.924.421	100%	343.611.246	100%	329.941.393	100%

Tabela 8.3: Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil - 1985/2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

A redução das oportunidades de emprego também foi gigantesca. Nos últimos 10 anos, mais de 1,3 milhão de pessoas abandonaram as atividades rurais. Analisando-se os últimos 20 anos, tem-se um número mais expressivo ainda: 6,8 milhões de trabalhadores ou uma redução de quase 30% do pessoal ocupado.



Figura 8.6: Gráfico do pessoal ocupado na agricultura nos anos de 1985 a 2006. Uma redução de oportunidades significativa.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/2006.

Evidentemente, são muito importantes as inovações no modo de produção do setor agrícola no Brasil. Contudo, longe de arrefecer as desigualdades socioeconômicas presentes no campo, tais inovações acabaram por aprofundar o já elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital.

A FALSA RESPOSTA: A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

Com o aumento da organização da luta pela terra no Brasil e a partir do ideário das políticas neoliberais, com o aval do Banco Mundial, a partir de 1995, a luta pela terra no Brasil passou a dividir espaço com um tipo diferente de reforma agrária, mais conhecida como Reforma Agrária de Mercado.

Nessa “reforma agrária” de mercado, os trabalhadores organizam-se em associações voltadas à compra da terra. Essa associação tem respaldo jurídico para fazer empréstimos em uma agência financeira determinada pelo Governo Federal e, com esses recursos, os demandantes de terras compram diretamente do proprietário. O vendedor recebe à vista e os trabalhadores rurais assumem o pagamento do crédito fundiário, no valor estabelecido entre as partes.

O programa sofreu algumas alterações desde que foi criado, especialmente no nome: primeiro, Cédula da Terra; depois, Banco da Terra; e agora Crédito Fundiário. Entretanto, a essência não se alterou, ou seja,

houve uma inversão na lógica ao enfrentamento do secular problema da concentração da renda e propriedade no país, isto é, o afastamento do Estado do processo de reforma agrária. O resultado tem sido claro nos assentamentos realizados por esse tipo de política: a maioria dos beneficiários está inadimplente.

O PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa que financia projetos (individuais ou coletivos) que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. As condições de acesso ao Pronaf, incluindo as formas de pagamento, foram elaboradas para serem de fácil acesso, inclusive aos agricultores mais necessitados. Por isso, apresenta as taxas de juros mais baixas para os financiamentos rurais.

Em síntese, o Pronaf, como o próprio nome indica, visa fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda para a agricultura familiar. Com taxas subsidiadas, apresenta linhas de crédito mais adequadas à realidade dos agricultores familiares. Para ter acesso ao Pronaf, é necessário, dentre outras características, que o proprietário trabalhe na terra, em áreas inferiores a quatro módulos rurais, explorados com mão de obra predominantemente familiar.

É indubitavelmente uma importante política pública voltada para a agricultura familiar; entretanto, o que temos hoje em termos de recursos ao alcance do programa entre outras conquistas foi resultado de um longo processo.

No ano de sua implantação, em 1995, os créditos eram concedidos a uma taxa de 16% ao ano. No ano seguinte, os juros foram reduzidos para 12% ao ano. Em 1997, houve a inclusão de novos beneficiários, como pescadores artesanais, aquicultores e seringueiros extrativistas e uma nova redução da taxa de juros para 6,5% ao ano e criação de novas linhas.

Contudo, nesse período, Graziano da Silva (1998, p. 251) alertava que o valor liberado, que, segundo seus dados, foi de R\$ 350 milhões, se dividido pelo público potencial naquele ano, daria menos de R\$ 120,00 por ano para cada família de agricultores rurais para a aquisição de máquinas, equipamentos, melhorias em infraestrutura, compra de mudas e animais etc. Isto ajuda a demonstrar as limitações do programa.

A redução da taxa de juros continuou nos anos seguintes. Também foram constantes os aumentos do volume de crédito concedido, a ampliação das possibilidades dos usos dos recursos e o prazo de carência.

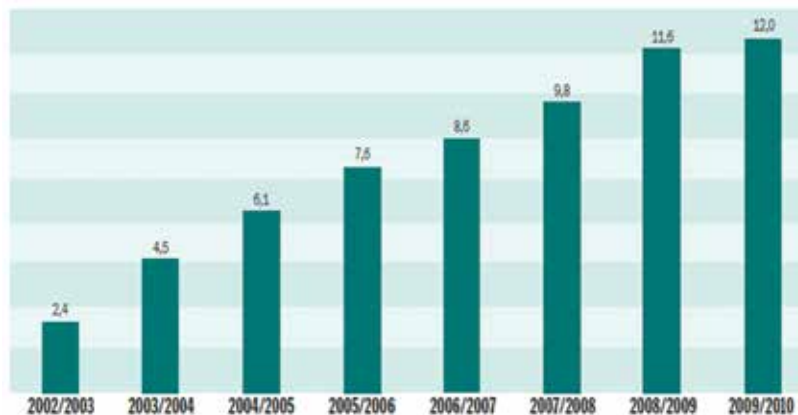


Figura 8.7: Gráfico da evolução do crédito do Pronaf por ano agrícola. Brasil 2002/2003 – 2009/2010 (em R\$ bilhões).

Fonte: DIEESE, 2011, p. 211

No ano de 2012, segundo o *Anuário Estatístico do Crédito Rural*, o Pronaf negociou 1.823.210 contratos em suas diversas modalidades e disponibilizou mais de 16 bilhões de reais em créditos.

Atividade 3

Dentro do contexto neoliberal, o governo adotou medidas que privilegiaram o mercado em detrimento de uma ação mais incisiva do Estado, a exemplo da reforma agrária de mercado. Faça uma análise crítica dessa política.

Resposta Comentada

O neoliberalismo tem, como ideia central, a soberania do mercado em detrimento de políticas públicas de cunho econômico e social. Nesse sentido, enquanto os trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais se manifestavam em prol da reforma agrária, o governo adotou uma política, no mínimo contraditória, uma vez que jogou ao mercado à responsabilidade da reforma agrária. Em síntese, tentou criar um mercado de terras que, via compra e venda, atendesse aos demandantes de reforma agrária. Mas o público-alvo da reforma agrária são os pobres trabalhadores sem terra que, diante da especulação fundiária e das condições de pagamento impostas, acabaram por ficar na inadimplência.

RESUMO

Vimos nesta aula as manifestações da questão agrária em um contexto marcado pela orientação neoliberal na condução da política econômica mais geral. Nesse contexto, o agronegócio, entendido como a associação do grande capital, notadamente o financeiro e o latifúndio, se estruturou, mas agravou as tensões e conflitos por terra no país. O censo agropecuário de 2006 deixou patentes os fortes impactos da política neoliberal sobre a agropecuária nacional: redução do pessoal ocupado, redução de estabelecimentos agropecuários e o avanço do agronegócio. A concentração fundiária mais uma vez foi escancarada, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,4% da área total, ao passo que os estabelecimentos maiores que 1.000 hectares concentravam 44% do total.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

A próxima aula se deterá em alguns conceitos e controvérsias sobre o entendimento do que vem a ser agronegócio e agricultura familiar. Mais do que conceitos distintos, o que se buscará mostrar é que são modelos distintos de desenvolvimento rural.

Agronegócio e a agricultura familiar no Brasil: conceitos básicos e debates controversos

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

9

Meta da aula

Apresentar os conceitos e as controvérsias do que venha a ser agronegócio e agricultura familiar.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer as divergências em torno do conceito de agronegócio;
- 2 identificar os avanços do conceito de agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

Perguntas como o que é um agricultor familiar ou o que é agronegócio podem, à primeira vista, parecer triviais, mas responder a estas questões não é tão simples assim. Na aula passada, dissemos que o agronegócio é a manifestação de uma associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro e, também, é a maneira que o capitalismo tem usado para a acumulação de capital no campo, em sua busca de lucros cada vez maiores. Entretanto, esta não é uma afirmação consensual; aliás, arriscamos dizer que nem é a mais aceita.



Figura 9.1: O que é o agronegócio?
O que é um agricultor familiar?

Por outro lado, o recorte metodológico para definir agricultura familiar que temos hoje não é o mesmo de dez anos atrás e, por isso, o peso ou importância da agricultura familiar variava a depender da metodologia que se usava para defini-la. Partindo dessas questões, esta aula tem como foco problematizar estes conceitos que, para nós, não podem ser vistos como meras definições e, sim, como elementos caracterizadores de uma realidade social imersa em uma disputa ideológica.

O AGRONEGÓCIO COMO DERIVAÇÃO DE AGROBUSINESS

Muitos estudos tratam o termo agronegócio como uma simples derivação de *agrobusiness*. O termo em inglês foi cunhado por dois economistas norte-americanos, em 1957, no trabalho *A concept of agribusiness* e seria a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles.

Dentro desta visão sobre agronegócio, teríamos três momentos principais: o primeiro, conhecido como “antes da porteira” e representado por insumos, bens de produção e serviços para a agropecuária; o segundo seria o chamado “dentro da porteira” fazendo referência à produção agropecuária propriamente dita; e, por último, o “depois da porteira”, referindo-se ao processamento agroindustrial e distribuição (PIZZOLATTI, 2004, p. 4).



Figura 9.2: Dentro da visão norte-mericana de agronegócio, teríamos três momentos principais: antes, dentro e depois da “porteira”.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/bombeador/258172747/>

Seguindo esta linha de raciocínio, diversas entidades, centros e institutos de pesquisa divulgam estimativas sobre a importância do agronegócio para a economia brasileira. Um dos mais respeitados é, sem dúvida, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

O Cepea divulga mensalmente o PIB do agronegócio, considerando este como a soma de quatro segmentos:

- (a) insumos para a agropecuária;
- (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”;
- (c) agroindústria (processamento);
- (d) distribuição.

A análise desse conjunto de segmentos é feita para o setor agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtêm-se dados que, comparados, geram uma base quantitativa para fazer diversas análises do agronegócio (CEPEA, 2012, p. 7).

Como ilustração, a partir dos valores de 2011, feito este cálculo e comparando com o PIB total do Brasil, o Cepea chegou à conclusão de que o PIB do agronegócio é 22,15% de todo o PIB do país.

Valendo-se dessa metodologia, muitas outras inferências podem ser feitas; por exemplo, do ponto de vista das exportações fica patente a importância do agronegócio na geração de recursos financeiros para o Brasil. De 2000 a 2012, conforme podemos ver no gráfico a seguir, o crescimento foi de 460,83% em saldo comercial. Somando os valores líquidos gerados, foram acumulados, nesse período, US\$ 481 bilhões, sendo US\$ 79 bilhões só em 2012 (BARROS; ADAMI, 2013, p. 4).



Figura 9.3: Evolução do saldo comercial do agronegócio brasileiro (índice: 2000 = 100).
Fonte: Cepea/Esalq-USP

A principal compradora internacional dos produtos exportados pelo agronegócio, em 2012, foi a Europa, ou melhor, a Zona do Euro, e os produtos mais vendidos para lá foram os cereais, as leguminosas

e as oleaginosas. Em segundo lugar, ficou a China com mais da metade de suas compras concentradas nesses mesmos itens. Os Estados Unidos vêm em terceiro lugar, comprando produtos florestais, cana e derivados e café (BARROS; ADAMI, 2013, p. 8).

Se o agronegócio é entendido como mera derivação do termo *agro-business*, ele passa a representar um setor que não leva em consideração as diferentes realidades sociais dos produtores. O mero desenvolvimento do agronegócio seria então, ao mesmo tempo, a solução dos problemas agrícolas e agrários no país.

Acreditamos que esta visão não pode ser tão objetiva assim. Ao observarmos o modelo de desenvolvimento rural no Brasil hoje, verificamos que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura com o capital financeiro, houve concentração fundiária, violência no campo e, entre outros fatores, manutenção dos elevados índices de pobreza rural.

Nossa intenção, nesta aula, não é polemizar sobre as divergências entre as formas de ver o agronegócio. O nosso intuito é deixar claro que não existe um consenso acadêmico sobre o termo. Mesmo o conceito de agricultura familiar, hoje definido por lei, é um avanço recente, como se vê no próximo tópico.

Atividade 1

Faça uma análise crítica sobre o entendimento de agronegócio como o negócio da agricultura.



Resposta Comentada

*É bastante comum o agronegócio ser definido como a somatória das atividades ligadas direta ou à indiretamente produção do campo. Nesta definição, introduzem-se os conceitos de “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”, mas não se busca saber qual a tipologia do “dono da porteira”, ou seja, não há uma preocupação em saber as características inerentes à estrutura fundiária, que no Brasil é bastante concentrada. Uma visão alternativa a esta é entender o agronegócio como um modelo de desenvolvimento rural baseado na grande propriedade, ou seja, latifúndio, na monocultura, geralmente de **commodities**, com foco no mercado internacional. Estas duas formas de ver o agronegócio são bastante ilustrativas da dualidade de se pensar o desenvolvimento rural no Brasil*

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: A NECESSIDADE DE UMA CARACTERIZAÇÃO

Na elaboração das políticas públicas, é fundamental saber quem são os seus destinatários finais. No caso da agricultura, não é diferente: saber quem são, como vivem, onde estão os agricultores familiares é fundamental para melhorar a eficiência das políticas destinadas a este público, otimizando, portanto, recursos públicos.



Figura 9.4: Saber quem são, como vivem e onde estão os agricultores familiares é fundamental para melhorar a eficiência das políticas a eles destinadas.

Na busca de critérios metodológicos para conhecer (ou dimensionar) a agricultura familiar no Brasil, alguns estudos mereceram destaque. Citaremos dois que, bastante complementares, nos ajudaram a avançar nos nossos objetivos propostos. O primeiro deles foi a publicação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2000, do trabalho *Novo Retrato da Agricultura Familiar*, a partir de um convênio de cooperação técnica entre o Incra e a FAO, sob coordenação do professor Guanziroli (UFF), que logo na sua introdução deixa claro que:

O debate sobre os conceitos e a importância relativa da “agricultura familiar” também é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes entidades representativas dos “pequenos agricultores”, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro (MDA, 2000, p. 7).

A citação acima demonstra que, até pouco tempo, havia uma falta de consenso metodológico sobre como aferir a agricultura familiar. Até o censo de 1996, os dados disponíveis não permitiam uma separação entre o que poderia ser considerado agricultor familiar e o não familiar (isto só foi corrigido em 2006, como veremos mais adiante).

O trabalho do MDA definiu o universo familiar como aquele que atendia às duas condições: a primeira era que a direção dos trabalhos do estabelecimento rural fosse exercida pelo próprio produtor e a segunda, que o trabalho familiar fosse superior ao trabalho contratado. Definiu-se também uma área máxima para enquadrar a produção familiar, evitando assim que latifundiários fossem considerados produtores familiares. Esta área era variável de região para região. De modo ilustrativo, o Sudeste ficou com área máxima de 384 hectares e o Norte com 1.122 hectares.

Este trabalho foi importante, pois, partindo de sua metodologia própria, fez uma tipologia e uma caracterização dos agricultores familiares de modo a dar visibilidade, entre outras coisas, à renda, ao pessoal ocupado, aos principais produtos, à área média, ao grau de especialização e à integração destes agricultores com o mercado.



FAO é a sigla em inglês para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Ela foi criada em 1945, contando atualmente com 191 países membros e trabalhando para a erradicação da fome e da insegurança alimentar. Como informação complementar, o atual diretor geral da FAO (2013) é o brasileiro José Graziano da Silva, professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. O site da entidade no Brasil é <https://www.fao.org.br/>

O segundo trabalho que destacamos, publicado em 2001, foi *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Neste trabalho, aprofundando a metodologia do trabalho anterior, seus autores puderam, além de reforçar a importância da agricultura familiar, chegar à conclusão de que a reforma agrária no Brasil não estava fora da agenda das políticas públicas, pelo contrário. Segundo os autores:

É preciso ter claro que uma verdadeira reforma agrária tem como objetivo estratégico elevar a agricultura familiar à posição de protagonista do processo de geração e distribuição de riqueza no meio rural. [...] O fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária devem caminhar para isso, na mesma direção, dando capacidade, ao meio rural e à agricultura, de expandir sua contribuição para o desenvolvimento nacional (GUANZIROLI, 2001, p. 251).

É óbvio que não foram apenas estes trabalhos que buscaram caracterizar a agricultura familiar no Brasil, mas eles nos servem de exemplo para entender que – a partir de um vazio legal/institucional do que seja um agricultor familiar – existe uma dificuldade adicional em se pensar políticas públicas de desenvolvimento rural.

Este vazio legal/institucional foi preenchido quando o governo federal, por meio da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu os conceitos e princípios que passaram não apenas a nortear a formulação de políticas voltadas à agricultura familiar como também, e principalmente, definiu o que seria, a partir de então, considerado um agricultor familiar. Em resumo, segundo a lei, o agricultor familiar é hoje definido como sendo aquele que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais.
- Utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
- Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O Censo Agropecuário de 2006, pela primeira vez, trouxe dados agregados exclusivos para a agricultura familiar. Levou-se em consideração para esta agregação a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. A partir destes dados, a importância da agricultura familiar pôde sair de um plano intuitivo para um plano mais concreto, com informações de qualidade e grande abrangência.

ALGUNS DADOS PARA SE PENSAR

Neste tópico, apenas apresentaremos alguns elementos para deixar claro que a agricultura familiar no Brasil é de fundamental importância na geração de empregos e também na produção de alimentos. Um aprofundamento deste tema será o foco de nossa próxima aula.

Segundo o IBGE, foram identificados, no Censo Agropecuário de 2006, 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar. Isto equivale a 84,4% dos estabelecimentos rurais no Brasil, que, na data do censo, ocupavam 24,3% da área total de estabelecimentos, ou pouco mais de 80 milhões de hectares. A partir destes dados, podemos perceber que a média de área dos estabelecimentos rurais familiares foi de 18 hectares, ao passo que os estabelecimentos não familiares tiveram, em média, área de 309 hectares (IBGE, 2009).

A agricultura familiar é também fundamental para a segurança alimentar do país. Como exemplo podemos destacar que ela é responsável por:

- 87,0% da produção nacional de mandioca;
- 70,0% da produção de feijão;
- 46,0% do milho;
- 38,0% do café;
- 21,0% do trigo;

- 34,0% do arroz; e, entre outros,
- 58,0% do leite.

Não obstante a sua importância na produção de alimentos, os estabelecimentos caracterizados como familiares também são os que mais geram ocupações no meio rural: na data do censo eles ocupavam 12,3 milhões de pessoas, ou 74,4% do total. Os estabelecimentos não familiares ocupavam apenas 4,2 milhões, ou 25,6% do total da mão de obra ocupada.

Atividade 2

Qual a importância da caracterização da agricultura familiar para o desenvolvimento rural?



Reposta Comentada

Na definição da agenda governamental e seu desdobramento em planos, programas e projetos de políticas públicas, o Estado necessita saber quem é seu público-alvo. Como, por exemplo, definir o valor a ser destinado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), se o governo não tem claro quem são os agricultores familiares? Dimensionada a agricultura familiar e seu grau de necessidades, as políticas públicas destinadas a estes agricultores passam a ser mais efetivas. Outro fator importante de ressaltar: tendo um critério claro de definição de agricultor familiar, pode-se aferir sua participação tanto absoluta como relativa na economia. No caso brasileiro, com essa separação entre familiar e não familiar (ou patronal), o censo deixou claro que os estabelecimentos familiares são os maiores responsáveis pela ocupação da mão de obra no meio rural e também pela produção de alimentos.

RESUMO

O agronegócio não é um conceito simples e isento de debates controversos. Há uma clara diferenciação no modo de tratar o que vem a ser agronegócio e é importante saber isso, pois, na ausência desta noção, podemos interpretar equivocadamente o processo de desenvolvimento rural. A agricultura familiar também deve ser entendida como um conceito em evolução, na medida em que seu marco legal se deu apenas em 2006, mas sua importância já era mensurada há mais tempo, com estudos com metodologias próprias.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Partindo do conceito de agricultura familiar definido pelo governo e utilizado pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006, a próxima aula terá como foco dimensionar o peso da agricultura familiar para a economia brasileira, de modo a evidenciar a sua importância não apenas para o desenvolvimento rural de modo específico, mas também para o desenvolvimento nacional em termos mais gerais.

Notas sobre a agricultura familiar no Brasil

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA 10

Meta da aula

Apresentar o peso e a importância da agricultura familiar na produção agropecuária brasileira.

objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar a importância da agricultura familiar no Brasil;
- 2 reconhecer os principais programas de incentivo e o potencial de desenvolvimento da agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

No Brasil, como temos acompanhado nas aulas anteriores, é inegável que, pelo menos em termos de visibilidade social, a agricultura familiar tem ganhado espaço. Especialmente na aula passada, vimos que a agricultura familiar brasileira é bastante representativa na produção de diversos gêneros agropecuários e também no número de pessoas ocupadas na agricultura. Também na aula anterior, adiantamos que foi apenas no último censo feito pelo IBGE, em 2006, publicado em 2009, que o tema agricultura familiar foi tratado de modo sistemático pelo governo. Esse estudo foi materializado no caderno temático “Agricultura Familiar: Primeiros Resultados”, fruto da cooperação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o IBGE, já de acordo com o marco legal definido pela Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que definiu a categoria agricultura familiar.

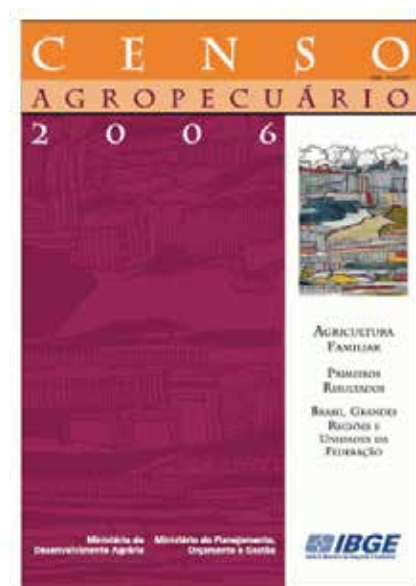


Figura 10.1: Neste Censo Agropecuário, os técnicos do MDA e os do IBGE trabalharam para compatibilizar as informações estatísticas sobre os estabelecimentos agropecuários aos conceitos legais da agricultura familiar, através de perguntas feitas diretamente aos produtores.

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf

Nesta aula, buscaremos avançar neste assunto de modo a termos um quadro-síntese da importância da agricultura familiar no Brasil e do seu perfil socioeconômico. Apresentaremos também alguns dos principais programas específicos de incentivo a ela, além de resumirmos as potencialidades inerentes a uma estrutura agropecuária de base familiar, devidamente apoiada por políticas públicas.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Existem no Brasil 4.366.267 estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, o que representa 84,36% do total dos estabelecimentos brasileiros. É bem verdade que eles são difíceis de se tipificar, já que alguns são caracterizados por empreendedores com relativo sucesso em suas atividades e outros com elevado grau de carência econômica e social.

Tabela 10.1: Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar (Brasil, 2006)

Características	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Valor	Em %	Valor	Em %
Número de estabelecimentos	4.367.902	84,0	807.587	16,0
Área (milhões ha)	80,3	24,0	249,7	76,0
Mão de obra (milhões pessoas)	12,3	74,0	4,2	26,0
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38,0	89,5	62,0
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34,0	80,5	66,0

Fonte: DIEESE, 2011, p. 181

O fato é que estes 84% de estabelecimentos ocupavam uma área de 80,30 milhões de hectares, ou seja, 24% da área total dos estabelecimentos agropecuários, do que se deriva uma área média de 18,34 ha, bem diferente da dos não familiares, de 313,3 ha (IBGE, 2009).

Estes dados são oriundos do Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006 e publicado em 2009. Segundo o IBGE (2009), o Censo de 2006 veio possibilitar o preenchimento de uma lacuna de informações oficiais para as políticas públicas de desenvolvimento no meio rural. A formulação de políticas e programas destinados à agricultura familiar precisa saber *a priori* quem são, onde estão, o que e como produzem esses agricultores.

Estes números são mais uma prova cabal da elevada concentração fundiária que persiste no Brasil. Continuamos tendo um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo, o que, por seu turno, também reflete a concentração dos meios de produção no campo, a exemplo das máquinas e equipamentos e, por consequência, o poder econômico e extraeconômico, fruto desta concentração.

Entretanto, mesmo em uma área reduzida, a agricultura familiar sobrevive no país e, além de sobreviver, ocupa um papel de destaque no que se refere, entre outras coisas, à produção agropecuária e à ocupação de mão de obra. Vamos ver, a partir das informações disponíveis pelo IBGE, um breve perfil da agricultura familiar. Cabe lembrar que as informações a seguir podem ser complementadas com a íntegra do Censo Agropecuário de 2006, disponível no *site* oficial do IBGE (www.ibge.gov.br).

Produção e uso da terra

Aproximadamente 45% da área dos estabelecimentos agropecuários definidos como de agricultura familiar dedicavam-se a pastagens na data do censo. A área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 24% das áreas e as lavouras ocupavam 22%. É importante notar que, mesmo tendo, em valores absolutos, uma área bem menor destinada a lavouras e pastagens, se comparado com a agricultura patronal, a agricultura familiar é, segundo o IBGE (2009), responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

No fim da aula passada, apresentamos dados sobre a participação da agricultura familiar na produção de alguns gêneros agropecuários. Cabe retomá-los, apresentando outros novos: a agricultura familiar produzia, na data do censo, 83% da produção nacional de mandioca, 69,6% da produção de feijão, 45,5% do milho, 38% do café, 33% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuía 59% do plantel de suínos, 51% do plantel de aves, 30% dos bovinos e produz 21% do trigo (IBGE, 2009).

Pessoal ocupado

Os agricultores familiares são, em sua maioria, experientes (62% das pessoas que dirigem o estabelecimento agropecuário tinham mais de 10 anos de experiência quando foram entrevistados para o censo).

A agricultura familiar é também a que mais ocupa mão de obra, com 12,3 milhões de pessoas ou 74,4% de todo o pessoal ocupado na atividade agropecuária, sendo que, destes, 90% tinham laços de parentesco com o responsável pelo estabelecimento. Outro importante fator a se destacar é que, de todo o pessoal ocupado na agricultura familiar, 81%, ou, em valores absolutos, 8,9 milhões de pessoas, residiam na propriedade.

Nas entrelinhas desses dados, podemos perceber que, à luz das contribuições de Ignácio Rangel (apresentadas na Aula 5), a agricultura familiar é de extrema importância não apenas na produção em si, mas também na retenção de mão de obra, que, caso contrário, engrossaria as estatísticas do êxodo rural e, possivelmente, do desemprego urbano.

Financiamentos, receitas e valores da produção

Infelizmente, a realidade do crédito para a agricultura familiar ainda está distante do ideal; nada menos que 82% desses estabelecimentos agropecuários, ou seja, aproximadamente 3,5 dos 4,3 milhões encontrados em 2006 não obtiveram financiamento por diferentes motivos.

Chama a atenção o fato de que 72% dos estabelecimentos familiares não recorreram ao financiamento por “não precisar” ou por “medo de contrair dívidas”. O próprio IBGE, diante desses resultados, sugeriu que este tema deve merecer futuras análises (IBGE, 2009).

Soma-se a isto o fato de 1/3 destes estabelecimentos declarar que não obteve receita em 2006. Ou seja, aproximadamente 31% dos estabelecimentos rurais classificados como de agricultura familiar não obtiveram nenhuma renda da atividade agropecuária nesse ano. Nos demais estabelecimentos (69%), a receita média é de R\$ 14 mil ao ano, valor muito próximo do encontrado, se observar a produção independente da venda, que foi de R\$ 13,96 mil.

Atividade 1

Residem na zona rural brasileira aproximadamente 30 milhões de pessoas em 4,5 milhões de estabelecimentos dos quais 84% são caracterizados como familiares. Para além de sua elevada representatividade em estabelecimentos, quais outros dados podem nos ajudar a verificar a importância da agricultura familiar no Brasil?

Resposta Comentada

Além dos dados apresentados no enunciado, a agricultura familiar ainda emprega mais de 12 milhões de pessoas, o que é aproximadamente 74% de toda a mão de obra do meio rural. Ela também é responsável por 83% da produção nacional de mandioca, 69,6% da produção de feijão, 45,5% do milho, 38% do café, 33% do arroz, 58% do leite. Ademais, detém área bastante diminuta, se comparada com a agricultura patronal, detendo apenas 80 milhões de hectares ou 24% do total de área. Isso demonstra que, apesar de sofrer com a concentração fundiária, a agricultura familiar tem importância cabal na produção de alimentos e geração de trabalho no Brasil.

INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR: PRINCIPAIS PROGRAMAS DE APOIO

Muitos estudos sobre a agricultura familiar demonstram que existem diversos problemas inerentes ao financiamento, à comercialização da produção e, entre outros, ao acesso a mercados locais. Incentivar a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento local sustentável, é uma das incumbências do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). No plano institucional, existem diversas ações, mais ou menos eficazes, para alavancar a agricultura familiar no Brasil; entretanto, elencaremos três que têm tido impactos visíveis para os agricultores familiares, especialmente os mais pobres. São eles o Pronaf, o PAA e o PNAE.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf, como visto na Aula 8, é o programa que financia projetos (individuais ou coletivos) que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Com taxas de juros reduzidas, abaixo da inflação, é um programa pensando para facilitar as atividades agropecuárias, as compras de equipamentos e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares.

Ainda conforme a Aula 8, houve, nos últimos anos, queda nas taxas de juros acompanhadas de aumentos dos valores financiados. Entretanto, o aumento da abrangência de ações financiáveis também merece destaque. O quadro abaixo elenca as subdivisões das linhas de crédito e investimento do Pronaf.

Quadro 10.1: Subdivisões das linhas de crédito e investimento do Pronaf

Pronaf Custeio	Financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Financia máquinas e equipamentos visando à melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Microcrédito Rural	Atende aos agricultores de mais baixa renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida.
Pronaf Agroecologia	Financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Mulher	Oferecida especialmente para as mulheres, a linha financia investimentos de propostas de crédito, independente do estado civil das agricultoras. Pode ser usada para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.
Pronaf Eco	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo.
Pronaf Agroindústria	Financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.
Pronaf Semiárido	Financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida.
Pronaf Jovem	Financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais.

Pronaf Floresta	Financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Cota-Parte	Financia investimentos para a integralização de cotas-parte dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Fonte: MDA, 2013, p. 11-12

Observadas as linhas do Pronaf (**Quadro 10.1**), percebemos que existem diversas preocupações embutidas neste programa. Existe a clássica divisão entre garantir o custeio e os investimentos, mas também existe a preocupação de fortalecer a participação da mulher e do jovem na condução de processos produtivos na propriedade, existe a preocupação com o incentivo a sistemas de produção agroflorestais, agroecológicos, biocombustíveis, além de ter linhas destinadas a aumentar o valor agregado da pequena produção, via agroindustrialização.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, foi pensado como uma estratégia para superar os obstáculos na comercialização da produção dos agricultores familiares. Elaborado no conjunto das ações do Programa Fome Zero, integrou diversos ministérios de modo a garantir, em tese, *qualidade, quantidade e regularidade* no fornecimento de alimentos à população em situação de insegurança alimentar (SCHIRMANN *et al.*, 2007).

Este mecanismo federal tem importância cabal para agricultores familiares, pois cria alternativas de escoamento da produção para mercados locais. Segundo destaque do próprio MDA, uma das modalidades do PAA é a Compra Institucional, que determina que instituições públicas que:

comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas (MDA, 2013, p. 20).

O governo federal compra diretamente dos produtores rurais (agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas) para distribuir à população em situação de vulnerabilidade social ou para a formação de estoques estratégicos.



O programa Fome Zero é uma ação do governo federal em conjunto com diversos ministérios na intenção de articular políticas sociais com estados, municípios e a sociedade, e implementar ações que busquem superar a pobreza e, consequentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável. Visite o site: <http://www.fomezero.gov.br> e saiba mais sobre o programa.

O PAA procura incentivar a agricultura familiar e viabilizar a utilização da produção em escolas, creches, hospitais e projetos sociais das prefeituras. É operacionalizado pelos governos estaduais, municípios e também pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (SCHIRMANN *et al.*, 2007, p. 326).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE é o programa federal responsável pela alimentação dos alunos do sistema público de ensino. Sua gestão é descentralizada e está sob a responsabilidade de estados e municípios.

Por força de lei, em 2009, o governo federal determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser usados na compra direta de produtos da agricultura familiar, sempre que possível no município das escolas, dando prioridade a assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

A compra dá-se por meio de chamadas públicas que dispensam processos licitatórios, beneficiando os agricultores familiares do município ou região, dinamizando a economia local. Os gêneros alimentícios podem ser vendidos pelos agricultores familiares às prefeituras, secretarias estaduais de educação ou mesmo para escolas que recebam recursos diretos do FNDE.

O Pronaf já é um programa bastante conhecido e disseminado, mas mesmo que ainda sejam incipientes em algumas regiões do Brasil, tanto o PAA quanto o PNAE podem assumir maior importância na vida dos agricultores familiares, pois melhoram os preços dos produtos comercializados, garantem um comprador perene e contribuem decisivamente para o aumento da renda dos agricultores familiares que participam dos programas, melhorando, portanto, suas condições de vida.

Outro aspecto importante destes programas é que eles estimulam a diversificação da produção a partir do aumento da produção de gêneros alimentícios, aumentando a integração do agricultor com o mercado e a comunidade local, especialmente quando a distribuição dessa produção é gratuita para entidades assistenciais (HESPANHOL, 2008).

POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Investigações sobre o caráter familiar da agricultura capitalista não são exclusivos, obviamente, para países pobres. Segundo se apreende da leitura de Abramovay (2007), o desenvolvimento agrícola mais amplo, quando observados os países capitalistas avançados, teve na agricultura familiar um alicerce. Esta constatação ajuda-nos a desconstruir a falsa ideia de que a agricultura familiar é sempre atrasada ou arcaica, sendo um mero resíduo histórico, fadado ao desaparecimento.

A importância assumida pelas unidades familiares de produção agropecuária no desenvolvimento mais geral do capitalismo não se deu por acaso ou por força da *mão invisível do mercado*; pelo contrário, teve no apoio e controle do Estado um importante fator explicativo para seu sucesso.

A base familiar da agricultura capitalista nos países avançados também contribuiu para o desenho de políticas públicas que transcendessem os marcos da economia e avançassem no sentido de incorporar outras questões, tais como o meio ambiente, o êxodo rural e o consequente abandono do campo e, entre outros elementos, a diversificação da produção e valorização do meio rural (ABRAMOVAY, 2007, p. 266).

É fato que existem muitas diferenças e especificidades históricas que nos impedem de fazer comparações simplórias entre a agricultura familiar brasileira com a de outros países. Existem também atrasos significativos na incorporação de tecnologia em processos produtivos, nas relações comerciais e na competitividade com a agricultura patronal, mas não podemos negar as potencialidades que podem surgir com o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo da garantia à segurança alimentar no país, melhoria das condições gerais de vida dos trabalhadores rurais, no aumento da produção livre de agrotóxicos e na sustentabilidade socioambiental.

De modo mais esquemático, vamos a algumas das potencialidades da agricultura familiar que devem ser devidamente alicerçadas por políticas públicas que a tenham como prioridade e parte integrante de um conjunto maior dentro de uma noção mais abrangente de desenvolvimento:

- Redução ou até reversão do êxodo rural: o incentivo à agricultura familiar contribui para, pelo menos, a redução do êxodo rural, ou seja, a diminuição da migração da zona rural para as cidades. Este êxodo é fonte de diversos problemas de ordem urbana, tais como ocupações irregulares e insalubres nas cidades, favelização, aumento do desemprego etc.
- Garantia de trabalho e renda: como demonstrado pelos dados, a agricultura familiar tem importância vital na ocupação da mão de obra no meio rural. Em geral, o baixo grau de qualificação dessa mão de obra acaba por dificultar sua alocação em áreas urbanas com renda adequada à manutenção de um núcleo familiar, aumentando a miséria urbana.
- Maior potencial de sustentabilidade ambiental: este ponto é fonte de diversas polêmicas, contudo é fato que a agricultura familiar, por ser mais intensiva em trabalho, é menos dependente de insumos químicos e agrotóxicos, podendo mais facilmente ser convertida em formas mais sustentáveis ambientalmente, tendo na agroecologia uma marcante potencialidade, contribuindo com práticas menos degradantes tanto para o meio ambiente como para as pessoas inseridas nele.

- Garantia de segurança alimentar: a produção de alimentos para o mercado interno é um dos pontos fortes da agricultura familiar. Desse modo, incentivar esta agricultura é contribuir para o aumento tanto da quantidade como da variedade de gêneros alimentícios e, por consequência, contribuir para a garantia da segurança alimentar destes agricultores e suas famílias de maneira específica como para todo o país, de modo mais geral. Cabe ainda destacar que, com o fortalecimento da agricultura familiar, contribui-se para a manutenção de padrões alimentares que respeitem as especificidades culturais regionais.
- Acesso a mercados locais: devidamente incentivada, a agricultura familiar tem amplas condições de competição com a agricultura patronal, especialmente em mercados locais. A preponderância de mão de obra familiar aliada à eliminação dos atravessadores e à baixa utilização de insumos químicos e agrotóxicos tem o mérito de oferecer alimentos a preços justos e com maior qualidade.

Observada em uma perspectiva histórica, percebem-se a permanência do êxodo rural e a redução do número de trabalhadores no campo, o crescente aumento na produtividade do trabalho rural desassociado da melhoria das condições de emprego e de vida da população, da mesma forma que o aumento da integração e da subordinação de pequenos produtores ao agronegócio, com consequente aumento da seletividade e especialização desses produtores. Mesmo com a implantação das modernas forças capitalistas na agricultura nacional, a situação de parte significativa da população rural, de modo geral, não melhorou, pelo contrário, foi marcada pela desigualdade e exclusão (CARVALHO, 2011).

Entretanto, são quase 30 milhões de pessoas que ainda vivem no campo, número este maior que a população total de muitos países. Nesse sentido, é urgente que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar objetivem, para além das variáveis econômicas, outras questões associadas, tais como amplo acesso à saúde e à educação, bem como acesso a financiamentos, subsídios, assistência técnica e, entre outras coisas, a criação de canais de escoamento e comercialização.

Atividade 2

Existe um notório atraso tecnológico e competitivo entre a agricultura familiar e a patronal (ou não familiar). Neste contexto, é viável apoiar os estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil, hoje?

Resposta Comentada

Os efeitos positivos de uma agricultura familiar forte e devidamente apoiada por políticas e programas públicos eficientes são bastante significativos, especialmente no que se refere à melhoria das condições de vida dos trabalhadores do meio rural. Entretanto, podemos elencar outros fatores que devem ser levados em conta, a saber: redução ou até reversão do êxodo rural, garantia de trabalho e renda, maior potencial de sustentabilidade ambiental, garantia de segurança alimentar e acesso, e consequente desenvolvimento de mercados locais.

RESUMO

O Brasil tem pouco mais de 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar, ocupando uma área de cerca de 80 milhões de hectares. Em números relativos, a agricultura familiar detém 84% de todos os estabelecimentos, ocupando uma área de apenas 24% da área total. A produção familiar é variada e de fundamental importância especialmente no que tange aos gêneros alimentícios, contribuindo indiscutivelmente para a segurança alimentar no país. Outro importante aspecto dessa agricultura é o fato de ocupar mais de 12 milhões de pessoas, diminuindo a pressão do êxodo rural sobre os núcleos urbanos. Existem promissores programas de incentivo à agricultura familiar, especialmente o Pronaf, o PAA e o PNAE, que devem ser estimulados e aperfeiçoados gradativamente para garantir uma agricultura familiar mais forte e dinâmica no Brasil.

INFORMAÇÕES SOBRE A PROXIMA AULA

Na próxima aula nos deteremos na agricultura de modo geral. Saber como é o uso e a ocupação do solo no Brasil, o tamanho dos diversos plantéis e sua recente evolução será nossa meta.

Notas sobre o uso e a ocupação do solo no Brasil

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

11

Meta da aula

Apresentar os principais dados do IBGE, especialmente os dos censos agropecuários, analisando a evolução do uso e ocupação do solo no Brasil e analisar, a partir de uma perspectiva crítica, o desenvolvimento do setor agrícola nacional.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:



1 identificar os principais números da agropecuária brasileira;



2 reconhecer como se deu o processo de desenvolvimento do setor agrícola no Brasil.

objetivos

INTRODUÇÃO

O Brasil possui, segundo o Censo, 5.175.489 estabelecimentos rurais registrados, distribuídos em aproximadamente 330 milhões de hectares. Como já afirmamos em outros momentos, o Brasil tem uma estrutura fundiária bastante desigual e esta foi uma das principais constatações do último censo: a elevada e persistente concentração fundiária no Brasil. Em aulas anteriores, já apresentamos esses dados, agora vamos nos ater em outro nível de análise, buscando apresentar os números da produção agropecuária nacional. O gráfico a seguir dá-nos uma ideia de como estava ocupado o território brasileiro em 2006.

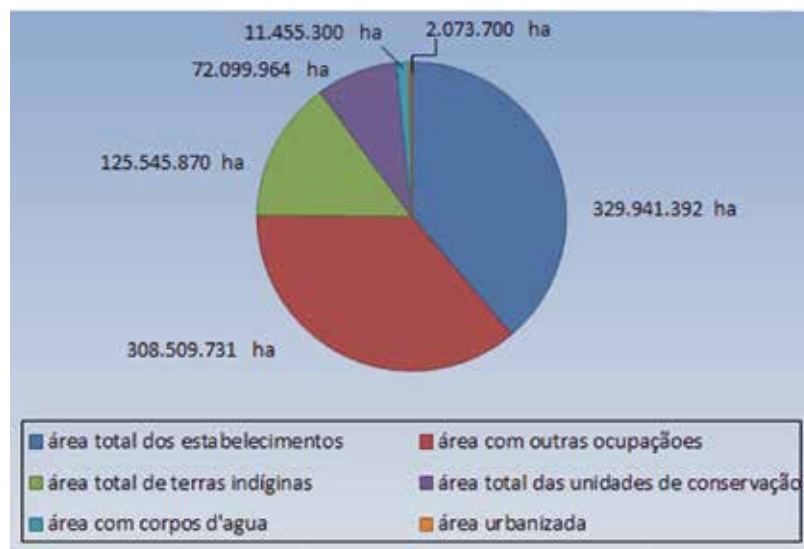


Figura 11.1: Gráfico da ocupação da área territorial.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006, p. 100

Além de apresentar informações sobre como é o uso e a ocupação do solo nos estabelecimentos agropecuários, vamos buscar entender como a dominação política e privada do território manteve-se em meio à modernização e à internacionalização da agricultura brasileira.

PERFIL DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO

No que tange ao uso e à ocupação do solo, observados os dados estruturais do Censo Agropecuário (*Tabela 11.1*), podemos perceber o

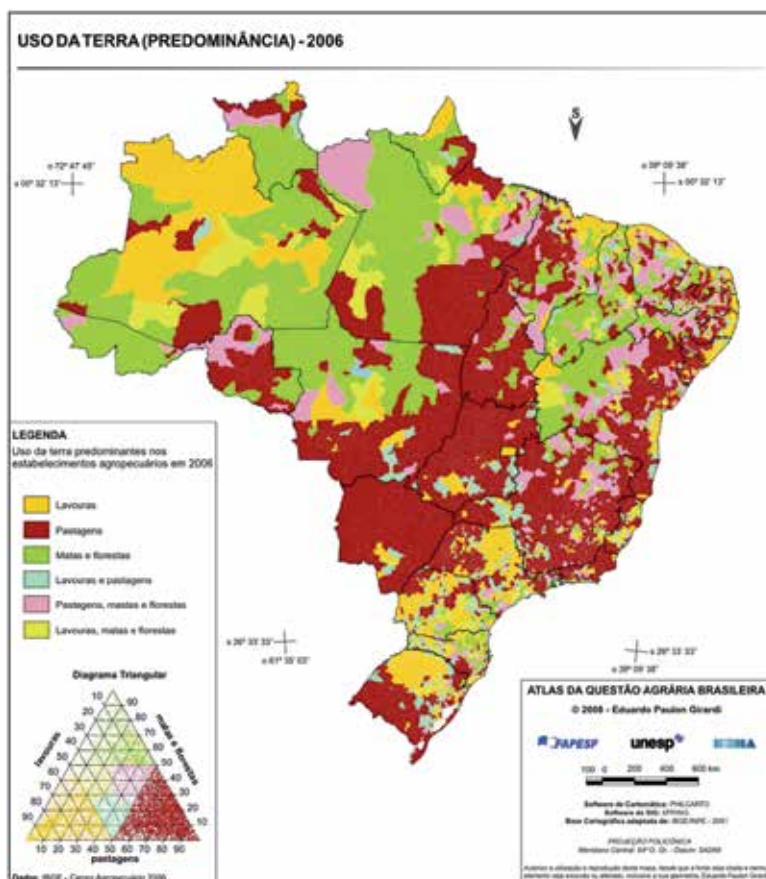
quão expressivo é, em hectares, o tamanho das áreas destinadas a pastagens plantadas, que são utilizadas na sua maioria para a criação de gado de forma extensiva. Se observarmos as formas de utilização da terra que mais cresceram, fica evidente o elevado crescimento das lavouras, tanto permanentes (54%), quanto temporárias (40,8%).

Tabela 11.1: Número de estabelecimentos, área total e forma de utilização das terras em hectares - Brasil (1970/2006)

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Estabelecimentos	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.489
Área total (ha)	294.145.466	323.896.082	364.854.421	374.924.929	353.611.246	329.941.393
Utilização das terras (ha)						
Lavoura permanente ⁽¹⁾	7.984.068	8.385.395	10.472.135	9.903.487	7.541.626	11.612.227
Lavoura temporária ⁽²⁾	25.999.728	31.615.963	38.632.128	42.244.221	34.252.829	48.234.391
Pastagens naturais	124.406.233	125.950.884	113.897.357	105.094.029	78.048.463	57.316.457
Pastagens plantadas ⁽³⁾	29.732.296	39.701.366	60.602.284	74.094.402	99.652.009	101.437.409
Matas naturais ⁽⁴⁾	56.222.957	67.857.631	83.151.990	83.016.973	88.897.582	93.982.304
Matas plantadas	1.658.225	2.864.298	5.015.713	5.966.626	5.396.016	4.497.324
Notas: (1) Nas lavouras permanentes, somente foi pesquisada a área colhida dos produtos com mais de 50 pés em 31/12/2006; (2) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte; (3) Pastagens plantadas, degradadas por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação; (4) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.						

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006.

As diversas formas de utilização da terra no Brasil podem ser observadas no mapa da **Figura 11.2**, a seguir, extraído de Girardi (2008). Este mapa ilustra o uso e a ocupação do solo agrícola brasileiro, identificando a predominância do tipo de uso dado à terra nos estabelecimentos agropecuários, nas diversas unidades da Federação.



Eduardo Paulon Girardi

Figura 11.2: Predominância do uso da terra no Brasil (2006).

Fonte: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/m_uso_terra.htm

A partir do mapa exposto, podemos perceber o quão expressivas são as pastagens em uma vasta área do país, notadamente do norte do Paraná até o Maranhão, com presença significativa também em Minas Gerais. As lavouras são mais presentes no Rio Grande do Sul, oeste do Paraná, além de algumas *manchas* em São Paulo e no Nordeste (GIRARDI, 2008).

Após a coleta de dados do Censo, é comum haver evolução de algumas culturas e retração de outras; por isso, como resultado, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, feito pelo IBGE, em 2010, as lavouras temporárias ocupavam pouco mais de 59 milhões de hectares e as permanentes quase 6,3 milhões, o que representava 90,4% e 9,6% do total da área, destinada às lavouras no Brasil.

Neste levantamento, a importância das culturas ligadas ao agro-negócio é ratificada. Somada a área destinada à soja, cana, milho e café, chegamos à conclusão de que 73,2% de toda a área plantada ou destinada à colheita é ocupada por essas culturas, representando nada menos que 60% da participação no total do valor da produção de lavouras no Brasil.

As lavouras permanentes são aquelas destinadas a culturas de longa duração, tendo como exemplo o café, a laranja, a uva, o cacau e, entre outros, a banana. Ou seja, são culturas em que não é necessário o plantio anual, pois cada pé produz por muitos anos seguidos. A **Tabela 11.2** mostra-nos as principais culturas permanentes no Brasil, em 2010. Pela tabela, podemos identificar o café como cultura que ocupa maior área em hectares e o maior valor da produção. Em segundo lugar, temos a laranja, que, apesar de ter uma quantidade produzida bastante superior ao café, ocupa menor área, tendo menor valor da produção.

Tabela 11.2: Os 10 principais produtos em área destinada à colheita, quantidade produzida e valor da produção de lavouras permanentes no Brasil, em 2010

Principais produtos das lavouras permanentes	Área destinada à colheita (ha)	Quantidade produzida (t)	Valor (R\$ 1.000)
Café (beneficiado)	2.160.605	2.906.315	11.577.933
Laranja	834.270	18.101.708	6.021.746
Castanha-de-caju	760.110	104.342	113.527
Cacau (em amêndoa)	662.674	235.389	1.229.880
Banana	494.460	6.962.792	3.788.936
Coco-da-baía ⁽¹⁾	276.616	1.891.687	788.584
Sisal ou agave (fibra)	264.016	246.535	221.196
Borracha (látex coagulado)	129.293	221.829	502.211
Dendê (coco)	108.919	1.292.713	232.869
Uva	81.275	1.351.160	1.825.344
(1) Quantidade produzida em 1.000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare.			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2010

A cana-de-açúcar, a mandioca, o abacaxi, a soja e o milho são exemplos de lavouras temporárias, pois necessitam de plantio ou preparo de solo em períodos de curta duração e só produzem uma única vez. A **Tabela 11.3** dá-nos a dimensão da importância da soja, do milho e da cana-de-açúcar como as principais culturas, tanto em área como em quantidade e valor da produção.

Tabela 11.3: Os 10 principais produtos em área, quantidade produzida e valor da produção de lavouras temporárias no Brasil, em 2010.

Os 10 principais produtos das lavouras temporárias	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Valor (R\$ 1.000)
Soja (em grão)	23.339.094	68.756.343	37.380.845
Milho (em grão)	12.987.578	55.681.689	15.265.119
Cana-de-açúcar ⁽¹⁾	9.164.756	717.462.101	28.313.638
Feijão (em grão)	3.655.538	3.158.905	4.938.454
Arroz (em casca)	2.778.173	11.235.986	6.242.880
Trigo em grão)	2.182.667	6.171.250	2.497.699
Mandioca ⁽¹⁾	1.812.183	24.524.318	6.896.070
Algodão herbáceo (sem caroço)	831.687	2.949.845	4.130.087
Sorgo granífero (em grão)	664.643	1.532.064	323.621
Fumo (em folha)	450.076	787.617	4.508.061
(1) A área plantada refere-se à área destinada à colheita no ano.			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2010.

Analisando os dados da **Tabela 11.4**, percebemos a importância da criação de bovinos sobre o número total do efetivo animal, desconsiderando aves. A taxa de participação da pecuária bovina, que era de 59% em 1970, chega a 70% em 1985 e a 76% nos dois últimos censos analisados. Isto, por sua vez, gera impactos na subutilização do solo no Brasil, dado o caráter extensivo da pecuária nacional, e está associado ao mapa anterior, com a predominância do uso do solo por pastagens.

Tabela 11.4: Número do efetivo de animais no Brasil, de 1970 a 2006

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Efetivo de animais						
Bovinos	78.562.250	101.673.753	118.085.872	128.041.757	153.058.275	171.613.337
Bubalinos	108.592	209.077	380.986	619.712	834.922	885.119
Caprinos	5.708.993	6.709.428	7.908.147	8.207.942	6.590.646	7.107.608
Ovinos	17.643.044	17.486.559	17.950.899	16.148.361	13.954.555	14.167.504
Suínos	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.481.278	27.811.244	31.189.339
Aves ⁽¹⁾	213.623	286.810	413.180	436.809	718.538	1.401.341
(1) Galinhas, galos, frangas e frangos por mil cabeças.						

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006

Em uma análise mais geral sobre o efetivo animal no Brasil, as participações de bubalinos, caprinos e ovinos são bastante inexpressivas em escala nacional, não desconsiderando sua importância em estados das regiões Norte, Nordeste e Sul. Observados os números de suínos, mesmo com oscilações no decorrer do período, os valores absolutos apresentados em 1970 e 2006 são praticamente iguais; contudo, se em 1970, o efetivo suíno girava em torno de 24% do total, este número se reduziu para pouco menos de 14% em 2006. Já a produção de aves teve significativa expansão, crescendo 556% no período analisado, tendo, nos últimos 10 anos, quase dobrado sua participação, com um incremento de 95% no número de cabeças.

Na criação de aves e suínos para a cadeia do agronegócio, predomina o sistema de integração dos agricultores familiares às grandes empresas produtoras de carnes. Corrente no Sul, esta atividade tem se deslocado cada vez mais para o Centro-Oeste, acompanhando a expansão da produção de grãos, base da alimentação dos rebanhos. O Estado de Goiás destaca-se por conjugar a produção de grãos e maior proximidade com os centros consumidores e portos do Sudeste (GIRARDI, 2008 p. 268).

A produção animal também sofreu oscilações significativas no período. Enquanto a produção de lã reduziu, chegando, em 2006, com 70% menos toneladas que em 1970, a produção de ovos, leite de vaca e de cabra expandiram-se consideravelmente. No que tange à produção de ovos, o incremento total foi da ordem de 409%, tendo crescido 70% só nos últimos 10 anos.

Já quanto à atividade bovina leiteira, a taxa de crescimento da produção, em mil litros, é muito desigual durante os censos feitos; entretanto, o volume produzido apresenta crescimento para todos os anos e, ainda, um incremento total de aproximadamente 220% desde 1970. Ovos e leite de vaca são produzidos principalmente nos pequenos estabelecimentos, uma vez que concentram 37,7% do rebanho e 71% da produção de leite. Essa proporção diminuiu nos médios estabelecimentos, o que indica a especialização dos grandes na produção de gado de corte (GIRARDI, 2008).

A redução do pessoal ocupado na agropecuária é expressiva, como já apresentamos na Aula 8; entretanto, o que chama mais a atenção é a relação entre a redução do pessoal ocupado e o crescimento do número de tratores no país, que poderia gerar uma falsa ideia de uma modernização generalizada (Tabela 11.5).

Tabela 11.5: Pessoal ocupado e nº de tratores na agropecuária, segundo os Censos de 1960 a 2006, no Brasil

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Pessoal ocupado	15.633.985	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.567.544
Tratores	61.535	165.870	323.113	545.205	665.280	803.742	820.673
PO/TR	254,07	106,00	62,97	38,82	35,17	22,31	20,19

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1960/2006

A falsa ideia a que nos referimos acima se deve ao fato de que o número de tratores é um indicador básico de tecnologia no campo. Valendo-se de comparações internacionais, Girardi (2008) demonstra o relativo baixo grau de mecanização da agropecuária brasileira: em 2006, apenas 9,9% dos estabelecimentos agropecuários possuíam trator. Para os EUA, em 2002, esta porcentagem era de 89,3%, sendo que 33,1% dos estabelecimentos possuíam dois ou três tratores. Na França, em 2000, os estabelecimentos agropecuários com tratores representavam 84% do total. Por essas comparações, podemos desmistificar, portanto, os alcances da aludida revolução verde que o Brasil conheceu.

Atividade 1

Faça uma síntese dos números da agropecuária brasileira.



Resposta Comentada

A área agrícola nacional é majoritariamente coberta por pastagens, tanto plantadas quanto naturais, que cobrem aproximadamente 48% de toda a área agricultável, mas, segundo os dados do censo agropecuário, as culturas que mais crescem são as lavouras, tanto permanentes, com 54% de crescimento, quanto temporárias, com 40,8%. A predominância das pastagens é explicada pela importância da criação de bovinos sobre o número total de animais, que, se em 1970 era de 59%, em 2006 chegou a 76%. A produção de aves é a que mais cresce no país; isto se deve, entre outras coisas, ao seu caráter intensivo, em granjas modernas e à sua integração a cadeias modernas do agronegócio, o que resultou nos últimos dez anos em um crescimento de quase 100%.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A forma como se deu o desenvolvimento da agricultura no Brasil trouxe consigo a permanente tendência à concentração da propriedade da terra e dos meios de produção, tais como máquinas, equipamentos, insumos, entre outros.

A apropriação privada e concentrada da terra como uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista é marcante em nosso país desde 1850, data da Lei de Terras, tornando-se perene na dinâmica capitalista nacional, mediante a exploração predatória dos recursos naturais, a expulsão e a incorporação de populações locais e imigradas, submetidas à constante exploração (TAVARES, 2000, p. 137).

Isto acaba por ratificar o caráter paradoxal da modernização rural iniciada em 1960. Em outras palavras, o progresso trazido pela expansão das atividades rurais exportadoras foi acompanhado pela geração de miséria, reproduzindo bolsões de pobreza rural e urbana, maior concentração fundiária e novos espaços para serem explorados (CANO, 2010).

Para Tavares (2000, p. 136), existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira agrícola pelos negócios de produção e exportação do agrobusiness e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira.

Isto fica claro na medida em que a difusão do progresso tecnológico e a consequente inserção comercial dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, estão sujeitas a esquemas mutáveis de concorrência e de estratégias de grandes empresas internacionais (TAVARES, 2000).

Cabe, como ilustração, o fato de dentre as 20 maiores empresas do agronegócio, em 2008, presentes no Brasil, 12 serem transnacionais e representarem 63% de toda a receita líquida do setor (Tabela 11.6).

Tabela 11.6: Principais agroindústrias que atuam no Brasil, controlando a agricultura (2008).

Ranking *	Empresa	Sede	Origem do capital	Receita líquida (R\$ milhões)	Lucro líquido (R\$ milhões)	Margem líquida (%)
1	BUNGE ALIMENTOS	SC	Holanda	21.669	2,1	0,0
2	CARGILL	SP	EUA	12.996	- 383,2	- 2,9
3	PERDIGÃO	SP	Brasil	11.393	54,4	0,5
4	SADIA	SC	Brasil	9.987	- 2493,7	- 25,0
5	BENGE FERTILIZANTES	SP	Holanda	7.798	118,9	2,4
6	BERTIN	SP	Brasil	5.310	- 681,8	- 12,8
7	LDC BRASIL	SP	França	5.251	65,2	1,2
8	SOUZA CRUZ	RJ	Grã-Bretanha	5.199	1212,1	23,3
9	JBS-FRIBOI	SP	Brasil	4.866	25,9	0,5
10	BASF	SP	Alemanha	4.462	252,8	5,7
11	COAMO	PR	Brasil	4.296	- 434,8	7,3
12	AMAGGI	MT	Brasil	3.433	66,9	1,9
13	BAYER	SP	Alemanha	3.399	183,1	5,4
14	SYNGENTA	SP	Suíça/Holanda	2.996	162,6	5,4
15	ADUBOS TREVO	RS	Noruega	2.952	- 356,9	- 12,1
16	SEARA	SC	EUA	2.887	- 72,5	- 2,5
17	IMCOPA	PR	Brasil	2.649	- 141,6	- 5,3
18	DU PONT	SP	EUA	2.584	-	-
19	AURORA	SC	Brasil	2.427	- 111,7	- 4,6
20	KRAFT FOODS	PR	EUA	2.212	273,4	12,4
TOTAL			118.765			

* O número da classificação refere-se ao posto em relação as 1.000 maiores empresas que atuam no Brasil, por receita. Alterado do original pelo autor *apud* CARVALHO (2011).

Fonte: Jornal Valor Econômico, Revista Valor 1000, 2009.

Outra característica do desenvolvimento agrícola em nosso país está presente nas relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central na distribuição e apropriação dos fundos públicos (TAVARES, 2000). Neste sentido, o melhor exemplo que pode ser dado é a Bancada Ruralista, uma agremiação tão antiga quanto conservadora no Congresso Nacional e que não conta com *status* jurídico definido.

Em sua roupagem mais recente, converteu-se na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tendo como objetivo “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional”; atualmente conta com 162 deputados federais e 11 senadores ou, respectivamente, 31% e 13% do total dos membros da casa.

Apenas como ilustração, em seu Relatório de Atividades 2009/2010, a FPA arrogava-se ter contribuído para a revisão de demarcações de terras quilombolas, sustação de demarcação de terras indígenas, mobilização contra revisão de índices de produtividade, entre outras ações de igual teor político.



Se tiver interesse em saber mais sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), acesse o site: <http://www.fpagropecuaria.com.br>. Lá você terá conhecimento da sua história, composição e estatuto.

Por fim, o avanço do agronegócio sobre antigas áreas gerenciadas pela ótica patriarcal-patrimonialista foi e é ambígua, pois “atendidos os interesses desse capital moderno, o possível antagonismo entre o antigo e este é contido, e, assim, abre-se novo campo conciliatório entre eles” (CANO, 2010, p. 11). O que, por sua vez, seculariza e ratifica a terra como muito mais que um fator de produção, e sua posse, um signo de poder extra-econômico que sobrevive, amiúde, a ciclos de crise e expansão econômica.

Atividade 2

Faça uma análise crítica do desenvolvimento agrícola brasileiro.



Resposta Comentada

Em síntese, como características mais gerais do processo de desenvolvimento agrícola no Brasil, pode-se dizer que houve êxodo rural e redução do número absoluto de trabalhadores no campo; crescente aumento na produtividade do trabalho no meio rural, dadas as constantes inovações tecnológicas, tanto em máquinas quanto em insumos e um aumento da integração e subordinação de pequenos produtores ao agronegócio, como aconteceu com a criação de aves, por exemplo. Manteve-se, no desenvolvimento de nosso setor agrícola, uma apropriação privada e excludente do território e relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central.

RESUMO

O Brasil tem quase 330 milhões de hectares ocupados por pastagens, matas e lavouras. A maioria das lavouras é temporária, ou seja, de ciclo curto, em especial a soja, o milho e a cana-de-açúcar. Nas culturas permanentes, o destaque recai no café e na laranja. No que tange à criação de animais, excluindo as aves que são criadas na sua maioria em confinamento, os bovinos são a maioria, com mais de 170 milhões de cabeças, espalhadas em uma vasta área do território nacional dedicada às pastagens. A partir destas referências, podemos dizer que temos uma agropecuária extensiva e com pouca utilização de mão de obra, haja vista a constante redução do pessoal ocupado no meio rural.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

A partir das diversas implicações sugeridas até aqui, a próxima aula terá como foco a luta pela terra e os conflitos no campo. Começaremos, a partir da próxima aula, a investigar a luta pela terra, a reforma agrária e, mais à frente, a formação de assentamentos rurais no Brasil.

Movimentos e conflitos sociais no Brasil: passado e presente

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA 12

Meta da aula

Entender a origem e a atualidade da luta pela terra a partir da constituição dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 compreender a historicidade da luta pela terra no Brasil;
- 2 reconhecer os principais atores sociais que lutam por reforma agrária atualmente;
- 3 identificar o grau de organização do principal movimento de luta pela terra e reforma agrária no país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

objetivos

INTRODUÇÃO

Um movimento social pode ser entendido como um movimento coletivo que demanda ou exige uma determinada ação concreta. Devemos destacar que existe uma vasta bibliografia, notadamente no campo das ciências sociais, que trata especificamente dos paradigmas teóricos, conceitos e categorias dos movimentos sociais. Estamos deixando isto claro, pois não teremos nesta aula nenhum aprofundamento neste sentido – o que nos interessa aqui é identificar alguns atores coletivos que se destacam na histórica luta pela terra no Brasil. Em nossos estudos, podemos perceber que a luta pela terra e por reforma agrária teve e tem conseguido agregar pessoas e instituições ao longo de nossa história enquanto país.



Jonathan McIntosh

Figura 12.1 : A necessidade de lutar pela terra começou no exato momento em que o colonizador pôs os pés em solo brasileiro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jakarta_farmers_protest23.jpg

Nesse sentido, focar, mesmo que de modo breve, os movimentos sociais de luta pela terra, suas demandas e os conflitos decorrentes de suas ações é fundamental para compreendermos melhor a complexidade e atualidade da questão agrária brasileira.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

É bem visível, atualmente, as ações dos movimentos sociais que lutam pela terra e por reforma agrária no país, especialmente as ocupações de terras e prédios públicos, passeatas e marchas. Entretanto, esta não é uma novidade que nasceu com os atuais movimentos. Segundo Morissawa

(2001, p. 86), da Abolição da Escravatura, em 1888, até o Golpe Militar, em 1964, esta luta se fez presente no Brasil, tendo configurações bastante interessantes e particulares, a saber: de 1888 até 1930, caracterizaram-se como lutas de caráter messiânico, com forte sentido religioso; de 1930 até meados da década de 1950, tornaram-se mais espontâneas, mais radicais e localizadas; da década de 1950 até o golpe de 1964, ganharam organização, caráter ideológico e abrangência nacional.

Como exemplo das lutas messiânicas, Morissawa (2001) cita Canudos e a Guerra do Contestado. A primeira, em fins do século XIX, tinha como líder Antônio Conselheiro, que, em cinco anos de pregação, reuniu cerca de 10 mil pessoas no sertão da Bahia que criticavam a República e recusavam-se a pagar impostos. Após algumas incursões do Exército, a comunidade foi massacrada por aproximadamente 5 mil soldados.

Já a Guerra do Contestado ocorreu no início do século XX, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, envolvendo o pregador José Maria e seus seguidores com a elite agrária da região, beneficiada pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul por uma empresa norte-americana. O conflito se estendeu até 1915, quando cerca de 20 rebeldes declararam “guerra santa” contra o governo, os coronéis e as empresas estrangeiras, sendo duramente esmagados por cerca de 7 mil soldados, mil policiais e 300 jagunços (MORISSAWA, 2001, p. 86-88).

Com a Revolução de 30 e a tomada do poder por Getúlio Vargas, a luta pela terra ganha um caráter mais espontâneo, ocorrendo em diversos estados da Federação, geralmente impulsionada por processos de expulsão de posseiros de suas antigas áreas de ocupação, por parte de jagunços a mando de fazendeiros, tendo como resultado, quase sempre, a violência contra os camponeses, seja por expulsão, seja por morte.

A partir de meados da década de 1950, o país passou a conhecer uma realidade nova, marcada pela industrialização e pelo aumento do consumo em massa. Mas, em que pese o expressivo crescimento da economia nacional, ele não foi suficiente para arrefecer as históricas pendências nas relações sociais e produtivas do campo. Ilustra esse fato o nascimento das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e do Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra.

O movimento das Ligas Camponesas é, sem dúvida, o principal movimento de luta pela reforma agrária no país até o golpe de 1964. Sua importância no embate político fica patente quando se analisa a

capacidade de articulação e movimentação social de que as Ligas foram capazes. Nascidas em Pernambuco, logo se estenderam à Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, entre outras regiões, e tiveram forte influência no período compreendido pelos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O Master surgiu no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, e já em 1962 começou a organizar acampamentos no estado, recebendo apoio político de Leonel Brizola, então governador. O movimento era composto por assalariados, parceiros e também pequenos proprietários. Com o Golpe Militar de 1964, foi aniquilado pela ditadura.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab) foi fundada em São Paulo, em 1954, por Lindolfo Silva, militante do PCB. A partir de 1960, as associações ligadas à Utlab foram se transformando em sindicatos, culminando com a criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Com o Golpe de 64, a Utlab foi oficialmente extinta.

As interpretações divergentes não impediram esses três movimentos de buscar unidade de ação; tanto que, em 1961, houve o Congresso Unitário, em Belo Horizonte, reunindo cerca de 1.600 delegados, culminando em uma declaração marcada pela importância da reforma agrária para a superação do crônico subdesenvolvimento nacional. Lê-se na declaração, segundo Veiga,

a reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e consequentemente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar (1981, p. 74).

Fato relevante a ser levado em consideração no debate agrário/agrícola foi a constituição do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado durante o governo de João Goulart, por Celso Furtado, então ministro do Planejamento, para os anos de 1963 a 1965. Seus objetivos mais gerais consistiam em propostas denominadas de “reformas de base”, sendo a principal delas a reforma agrária. Cabe destaque também o estímulo, por parte do governo Goulart, para a sindicalização rural, o que, por sua vez, culminou na criação de centenas de novos sindicatos, federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Dentro desse contexto, caracterizado pela crescente organização social, enfrentamentos políticos, tensões militares e elevadas pressões inflacionárias, foi que se desencadeou um dos principais debates sobre a questão agrária nacional, levado a cabo por intelectuais, organizações sociais e partidos políticos, com fortes implicações sobre as análises da problemática agrária que se deram posteriormente e que tivemos a oportunidade de ver na Aula 5.

Atividade 1

Desde a década de 1980 e, mais intensamente, a partir dos anos 1990, o país tem assistido a diversas ações de movimentos sociais que têm a bandeira da reforma agrária como lema. Esses movimentos são novidade no Brasil?



Resposta Comentada

Mesmo antes de o Brasil ser um país de fato, já existiam movimentos que lutavam por uma distribuição mais justa da terra e da riqueza aqui produzida. Esses movimentos, em que pese não terem logrado sucesso, não ficaram isolados no tempo e, de tempos em tempos, o Brasil assistia ao nascimento de novos movimentos, novas demandas de justiça social de um lado e repressão de outro. Lembremo-nos das Ligas Camponesas, do Master, da Ultab, que, nascendo nos anos 1950, foram duramente sufocados pela ditadura militar após o Golpe de 1964. O fato é que a luta por terra e reforma agrária sempre foi pauta social no Brasil, que, a partir das décadas de 1980 e 1990, ganhou novos atores e elementos e, por consequência, nova conflitualidade, reconfigurando a questão agrária nacional.

A LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA: MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS

Os vinte anos que se seguiram ao Golpe de 1964 foram marcados pela ditadura, violência e tortura. Nesse quadro de forte repressão, as organizações de representação dos trabalhadores rurais foram perseguidas e proibidas. As lutas pela terra continuaram acontecendo, mas de maneira mais espontânea e com menor abrangência, tendo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) um importante papel nesse período; por ser uma organização da Igreja Católica, foi a única instituição capaz de se contrapor ao regime ditatorial.

A Comissão Pastoral da Terra é uma pastoral que apoia, acompanha e assessora os povos da terra e das águas e lhes presta serviço de caráter pastoral. Em suas ações, a CPT, segundo informações do seu *site* oficial, estimula os homens e as mulheres do campo a criar seus próprios movimentos e organizações autônomas. Preocupa-se, sobretudo, com a violência sofrida pelos trabalhadores e com o desrespeito aos seus direitos. Esta realidade levou a Pastoral da Terra a priorizar a ação da denúncia, dando voz e vez aos trabalhadores e trabalhadoras, registrando as situações de violência e as ações de resistência e luta dos povos, tornando-as públicas para a sociedade brasileira e para os organismos internacionais.

A partir de 1979, em cinco estados do centro-sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), aconteceram ocupações de terra e lutas de resistência de posseiros e de arrendatários que, capitaneadas pela CPT, deram origem aos primeiros encontros populares de caráter nacional para discutir temas como luta pela terra e a reforma agrária (CARVALHO, 2011, p. 97).

Como vimos na Aula 7, a década de 1980 teve como contexto político as pressões sociais pelo fim da ditadura e como contexto econômico a crise da dívida. Em meados da década, notadamente em 1984, com o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o ressurgimento das ocupações de terras como instrumento de pressão dos trabalhadores rurais, a luta pela terra ganhou nova dimensão, mais estrutura, com maior grau de organicidade e abrangência tanto em termos nacionais quanto em termos programáticos: a luta pela terra passa a ser uma luta por reforma agrária, ganhando escala nacional.

Segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta, 2011), de 2000 a 2011 o Brasil registrou a atuação de 114 movimentos socio-territoriais na luta pela terra no país. A seguir, apenas como ilustração, temos um quadro dos movimentos que atuaram em 2011.

Tabela 12.1: Brasil – Movimento socioterritorial e estados onde atuaram em 2011.

Nº	Sigla	Nome do movimento socioterritorial	Estados
1	ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista	MG
2	ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais	MA, PA
3	CETA	Coordenação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	BA
4	Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	ES, MG, MS, PA, PE, PR, SP
5	CUT	Central Única dos Trabalhadores	SP
6	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	SP
7	Fetraf	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	PA
8	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	SC
9	Mast	Movimento dos Agricultores Sem Terra	SP
10	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MG, SP
11	MLT	Movimento de Luta Pela Terra	MG
12	Movimentos Indígenas	Movimentos Indígenas	AL, MS, MT, PA, PB, PE, RS
13	MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária	MG
14	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, DF, MG, MS, MT, PA, PB, PE, RJ, RS, SC, SP, TO
15	MST da Base	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – da Base	SP
16	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA
17	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	MG
18	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	SP, MG
19	OI	Organização Independente	PA
20	Quilombolas	Quilombolas	MG, BA
21	STR/RO	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/RO	RO
22	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra	SP
23	Sem Sigla	Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes	MG
24	Via Campesina	Via Campesina	PE, TO

Fonte: Dataluta – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.fct.unesp.br/nera

Podemos perceber que, em que pese a existência de um elevado número de organizações de luta pela terra e reforma agrária no Brasil (114, como mencionado anteriormente), as ações concretas (ocupações, acampamentos, formação de assentamentos) ficaram concentradas em alguns atores específicos, a saber: Movimentos indígenas, MST, MLST, Contag,

CPT e Fetraf, conforme ilustrado no gráfico a seguir, quando observamos, por estados da Federação, as ocupações realizadas no país de 2000 a 2011.

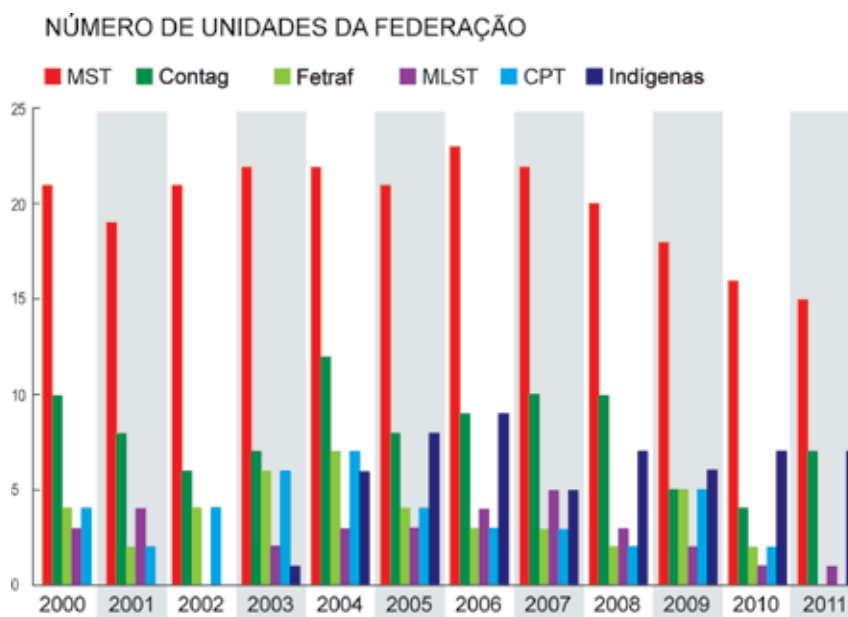


Figura 12.2 : Número de unidades da Federação onde os movimentos socioterritoriais realizaram ocupações no período de 2000 a 2011.

Fonte: http://docs.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2011.pdf

Se somarmos as ações do MST, da Contag, da Comissão Pastoral da Terra, do MLST, além de ações de movimentos indígenas, teremos aproximadamente 80% das ações de luta pela terra e reforma agrária no Brasil nos últimos 10 anos. O gráfico não deixa dúvidas sobre o protagonismo do MST; por isso, trataremos desse movimento de maneira mais abrangente. Entretanto, é necessário, mesmo que sinteticamente, apresentar os outros atores que estão, no momento atual, engrossando os números relacionados à demanda por reforma agrária no país.

Já apresentamos, nas páginas anteriores, a CPT. Tão antiga quanto ela, temos a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Essa confederação já tem meio século de vida e está organizada em Federações de Trabalhadores da Agricultura (Fetags) e em sindicatos rurais de trabalhadores filiados. Enquanto

projeto político, encampa as bandeiras da reforma agrária, agricultura familiar, direito dos assalariados, políticas sociais para o campo e novas relações de gênero e geração.

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) é conhecido como o segundo maior movimento de trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Tem presença, desde os anos 2000, segundo registros do Dataluta, nos estados de Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo.

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) foi criada em 2004 como uma federação ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Atualmente, ela está organizada, segundo suas próprias informações, em 18 estados, por meio de sindicatos e associações sindicais, fazendo-se presente em mais de 1.000 municípios. Essa federação apresenta um discurso menos radical, elencando, como objetivos principais, disponíveis no *site* oficial da federação, “fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar; construir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário”.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, os protagonistas da luta pela reforma agrária no Brasil não apresentam os mesmos discursos e, mesmo que não pareça, não comungam dos mesmos ideais. O embate teórico expresso na centralidade da agricultura familiar, por um lado, e a recuperação da terminologia de campesinato, por outro, já demonstram diferentes paradigmas sobre a questão.

Efetivamente, o que se tem é a existência de diferentes concepções sobre uma agricultura não capitalista, de caráter camponês autônomo, e uma agricultura capitalista, tendo o agricultor familiar um papel associado em uma lógica econômica maior (FERNANDES, 2013). Não obstante, vamos nos ater ao movimento social que, desde a década de 1980, tem feito com que a pauta da reforma agrária continue no centro da questão do desenvolvimento rural no Brasil: o MST.

Atividade 2

Atualmente, quem são os atores da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e quais são as principais diferenças entre eles?



Resposta Comentada

Atualmente, a reforma agrária é uma pauta social bem difusa entre diversos atores. Além do MST, o maior e mais conhecido movimento, temos também o MLST, com atuações bem próximas do MST, além de ações da CPT e Contag. Outros atores surgiram mais recentemente, notadamente a Fetrat. Em que pese a unidade em torno da questão da reforma agrária, existem, segundo Fernandes (2013), significativas diferenças no sentido dessa reforma agrária a partir do entendimento do sujeito que nasce depois dela.

Para determinados grupos, a agricultura familiar teria um papel decisivo no desenvolvimento do capitalismo no campo; em sentido oposto, caberia ao camponês, beneficiário de um programa de reforma agrária, um novo modo de produção não propriamente capitalista.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA : O MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) nasceu formalmente em Cascavel em janeiro de 1984, quando foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. Contudo, suas origens devem ser buscadas anteriormente, pelo menos com cinco anos de antecedência.

A partir de 1979, em cinco estados do centro-sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), aconteceram ocupações de terra e lutas de resistência de posseiros e de arrendatários que, capitaneadas pela CPT, deram origem aos primeiros encontros populares, de caráter nacional, para discutir temas como a luta

pela terra e a reforma agrária. Após sua fundação, o MST passou a se articular em diversos estados e a organizar seu primeiro congresso, que ocorreu no ano seguinte, tendo como palavra de ordem “ocupação é a única solução” (MORISSAWA, 2001, p. 141).

As palavras de ordem sempre foram bastante significativas na luta do MST, pois demarcam posições ideológicas, além de agremiar setores sociais que tenham afinidade com as demandas que são expressas por elas. Neste sentido, podemos citar algumas de igual conteúdo político: “Ocupação é a única solução”; “Ocupar, resistir, produzir!”; “Reforma agrária, uma luta de todos”; “Por um Brasil sem latifúndio”. Estas palavras de ordem são bastante emblemáticas e nos ajudam a entender as formas de ação do MST, expressas pelas ocupações de terra, formação de acampamentos, marchas e diversos atos, em sua maioria organizados nacionalmente.

Tabela 12.2: Palavras de ordem do MST: uma cronologia, 1979-2014

Ano	Origem	Palavras de ordem
1979	Campanha da Igreja Católica pela Reforma Agrária	Terra para quem nela trabalha
1984	1º Encontro Nacional	Terra não se ganha, terra se conquista
1985	1º Congresso Nacional	Sem reforma agrária não há democracia Ocupação é a única solução
1990	2º Congresso Nacional	Ocupar, resistir, produzir
1995	3º Congresso Nacional	Reforma agrária: uma luta de todos
2000	4º Congresso Nacional	Por um Brasil sem latifúndio
2007	5º Congresso Nacional	Reforma agrária: por justiça social e soberania popular
2014	6º Congresso Nacional	Lutar e construir uma reforma agrária popular

Fonte: Fernandes (2010). Nota: Para o ano de 2014, as informações foram consultadas no site do MST.

Na luta pela terra, após a realização de ocupações em latifúndios ou, muitas vezes, em margens de rodovias, as famílias organizadas constituem um acampamento. É uma situação de elevado grau de pauperização, simbolizada pelos barracos feitos de lona preta nos quais essas famílias passam até anos. Entretanto, também é uma fase de elevada aprendizagem coletiva. A dura realidade imposta pela condição improvisada de acampado é sustentada pela perspectiva, mesmo distante, da conquista da terra, quando se constitui um assentamento.



Ocupação – para o MST, a ocupação se configura como um fato político expresso em uma ação organizada, na qual se percebe uma mobilização social em torno de um objetivo ou causa e que, por isso, requer uma resposta do governo. Existem ocupações de prédios públicos, de latifúndios, de rodovias etc.

Acampamento – um acampamento é uma ação mais concreta de resistência, na qual os acampados buscam, entre outras atividades, sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo para determinados objetivos. Os acampamentos podem ser provisórios ou permanentes. Os primeiros, geralmente, após atendidas as reivindicações feitas, são dissolvidos. Já os permanentes, caracterizados, muitas vezes, pelos barracos de lona preta, podem durar vários anos e só terminam com o assentamento dos acampados.

O assentamento – um assentamento de trabalhadores rurais sem terra é formado a partir da destinação de determinada área de terra para as famílias. Essa área pode ser fruto de uma desapropriação ou de uma aquisição do governo. Para o MST, o assentamento é o espaço no qual as famílias camponesas vão poder exercer tanto a produção agropecuária quanto novas formas de sociabilidade e cooperação.

Fonte: Elaborado a partir de Morissawa (2000).



Figura 12.3 : A dura realidade imposta pela condição improvisada de acampado é sustentada pela perspectiva, mesmo distante, da conquista da terra.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/lelomarchi/8981404107/sizes/m/in/photostream/>

O MST não é apenas o maior e mais conhecido movimento social de luta pela terra que o Brasil já conheceu; ele é também um dos mais organizados e conhecidos do mundo. Internamente, ele é estruturado em setores que tratam de temas, a exemplo dos Setores de Produção, Educação, Saúde, Gênero, Relações Internacionais, Comunicação, Direitos Humanos, entre outros. Internacionalmente, possui uma rede de apoiadores e amigos organizados na Inglaterra, Holanda, Áustria, Alemanha, França, Itália, Espanha, Suíça, Dinamarca, Noruega, Grécia, Canadá, Estados Unidos, entre outros.

O movimento já recebeu, por suas ações, diversos prêmios internacionais. Citemos alguns:

- 3º Prêmio Anual de Soberania Alimentar, em 2013, nos Estados Unidos;
- Prêmio Guernica para a Paz e Reconciliação, em 2013, na Espanha;
- Prêmio Internacional à Inovação Tecnológica, em 2000, na Espanha;
- Prêmio Nobel Alternativo, em 1991, na Suécia;
- Prêmio Memorial da Paz e da Solidariedade entre os Povos, em 1995, na Argentina.

A partir desta breve apresentação do maior movimento social camponês do Brasil, podemos perceber que a luta pela terra e pela reforma agrária, portanto, é bem distinta da luta por melhores condições de trabalho no campo e é, também, mais conflituosa, pois contrapõe o direito à propriedade privada à função social da propriedade rural. Nessa luta, ratifica-se a ocupação como estratégia de ação e a constituição de acampamentos como instrumento de resistência para a formação de assentamentos rurais.

Atividade 3

Quando aparece na mídia alguma ação de movimentos sociais do campo em prol da reforma agrária, geralmente, essa ação é creditada ao MST, mesmo não sendo. Explique o porquê disso.



Resposta Comentada

Isso se dá em função do tamanho e da representatividade do MST. Esse movimento tem, tanto em número de famílias acampadas ou assentadas, mais de 60% de todo o contingente de sem terra no Brasil. É o movimento mais estruturado no país, com setores e coletivos bem definidos e com diversas articulações entre outros movimentos de outras naturezas, tanto no país quanto no exterior. Cabe ressaltar que tem uma rede de apoiadores organizados em aproximadamente 40 países e já foi vencedor de diversos prêmios internacionais que reconhecem a luta e as ações do movimento em prol de justiça social, educação, produção de alimentos, inovações tecnológicas, entre outros. Outro elemento importante é que tal confusão não é necessariamente ignorância dos meios de comunicação; muitas vezes, são apenas formas de simplificar ideologicamente os diversos movimentos, o que, por seu turno, diminui os atores e compromete o reconhecimento da sociedade em torno da bandeira da reforma agrária.

RESUMO

A luta pela terra é uma ação de longa data no Brasil e está intimamente ligada à exclusão social causada pela concentração fundiária, êxodo rural e falta de oportunidades tanto no campo quanto nas cidades.

Em que pesem suas diferenças de caráter histórico – que as tornam mais messiânicas, políticas, espontâneas ou organizadas –, as lutas camponesas assumiram, no período recente, uma clara postura de demandar reforma agrária como uma política necessária para enfrentar a pobreza rural, tendo sido o MST não o único, mas o maior interlocutor desse processo.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

A luta pela terra transformou-se em luta por reforma agrária em um longo processo de embates e conflitos no campo. Entender o que é e como pode se dar uma reforma agrária será o tema da nossa próxima aula.

Reforma agrária: instrumentos, argumentos e controvérsias



Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA 13

Meta da aula

Apresentar os instrumentos legais para a realização da reforma agrária no Brasil, bem como os argumentos a seu favor e as controvérsias sobre o tema.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

-  entender o conceito mais amplo de reforma agrária;
-  reconhecer as dificuldades em desapropriações para fins de reforma agrária.

INTRODUÇÃO

De modo introdutório, vamos recuperar um pouco do que já dissemos sobre reforma agrária nas aulas anteriores. Na Aula 3, identificamos que, na grande heterogeneidade presente na categoria camponesa, não podemos nos furtar em considerar também produtores assentados resultantes de processos de reforma agrária que, no Brasil, junto com posseiros, povos das florestas, agro-extrativistas, pescadores, ribeirinhos, pequenos arrendatários não capitalistas e, dentre outros, quilombolas, disputam espaços no bojo das políticas públicas. Apresentamos também, na Aula 5, os autores considerados clássicos para entender nossa questão agrária (Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Celso Furtado). Estes autores, cada um à sua maneira, colocaram-se a favor da reforma agrária quando ficaram diante da pergunta: o que fazer diante da realidade agrária nacional?



Ninja Midia

Figura 13.1: O que fazer diante da realidade agrária nacional, já que a luta pela terra e a política agrária não caminham em mesmo tempo?

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/midianinja/9520481864/in/set-72157635090551828>

Na Aula 8, apresentamos alguns números sobre a criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária, e pudemos perceber que a luta pela terra e a reforma agrária não caminham na mesma veloci-

dade. Esse tempo diferente é, dentre outros fatores, mais um complicador e perpetuador da concentração fundiária no país.

Nesta aula, vamos buscar nos aprofundar especificamente no tema da reforma agrária, apresentando os marcos legais para sua realização, os conceitos fundamentais sobre o tema e também o debate acadêmico de sua viabilidade nos dias de hoje.

O QUE É REFORMA AGRÁRIA?

A reforma agrária é geralmente apresentada como um processo de redistribuição da propriedade fundiária, promovido pelo Estado notadamente em áreas improdutivas; contudo, não é apenas isso. A reforma agrária deve ser entendida como uma política pública que transcende o caráter fundiário, ou seja, que, para além de distribuir terra, dê acesso a crédito, tecnologia, assistência técnica e dignidade.

Para falarmos em reforma agrária, temos que transcender o caráter da terra como ativo fundiário e começar a analisá-la como local de vida. Desta maneira, a reforma agrária poderá ser vista mais do que como uma ação, e sim como um conjunto de políticas públicas que abarque amplo acesso à saúde, educação, financiamento, subsídios, assistência técnica, criação de canais de escoamento e comercialização, além de assegurar ao beneficiário rápida legalização jurídica da posse da terra.

A reforma agrária é a resposta à questão elaborada por Graziano da Silva (1988) quando questionado sobre “qual é a política pública possível hoje, em nosso país, que dê casa, comida e trabalho a milhares de pessoas que não têm nenhuma perspectiva de reinserção produtiva na sociedade urbana moderna.”

Segundo ele, “até os críticos mais contumazes reconhecem esse mérito na reforma agrária, de ser uma forma eficiente de combate à pobreza”. Do ponto de vista socioeconômico, uma reforma agrária deve garantir a propriedade e a dignidade aos que nela trabalham, reduzindo o êxodo rural ao mesmo tempo que desconcentra terra, patrimônio, renda e poder.

Atividade 1

Faça uma análise crítica da seguinte afirmação: “Reforma agrária é a justa distribuição de terras para os que nela trabalham”.



Resposta Comentada

Essa frase apresenta uma ação importante que deve ser feita em uma política de reforma agrária; entretanto, ela está incompleta, uma vez que, mesmo com justa distribuição de terras, a reforma agrária não se viabiliza. Para ser completa, uma reforma agrária deve fazer a redistribuição fundiária associada a um conjunto de outras ações que deem ao homem do campo condições de produzir e viver no campo. Dentre tais ações, podemos listar acesso a crédito, mercados para comercialização, acesso a educação e saúde, ou seja, dignidade e possibilidade de fazer do campo um local de produção e de vida.

A CONSTITUIÇÃO E A REFORMA AGRÁRIA: INSTRUMENTOS LEGAIS PARA SUA REALIZAÇÃO

Em termos legais, é no Capítulo III da Constituição Federal de 1988 que temos tratada a reforma agrária. O título desse capítulo constitucional é “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, englobando os Artigos 184 a 191. Como o tema da reforma agrária é bastante polêmico, devemos entender como ele é tratado na Constituição para não cairmos no equívoco de aceitar ou rejeitar posições a favor ou contra apenas a partir do senso comum.

Já no seu artigo inicial, fica claro que compete à União a desapropriação de imóveis rurais quando estes não cumprem sua função social, ou seja, os imóveis rurais devem cumprir função social. Continuando,

a desapropriação se dará mediante prévia e justa indenização. Isto é importante, pois deixa claro que, mesmo que a terra não esteja cumprindo sua função social (que é produzir), o seu produtor será indenizado pela desapropriação feita pela União.

As terras são pagas em Títulos de Dívida Agrária (TDAs), mas as benfeitorias feitas são pagas em dinheiro. Os que recebem a terra desapropriada estão impedidos de comercializar os lotes por um período de 10 anos, pois imóveis rurais que compõem a política de reforma agrária não podem ser negociados por este prazo.

Outra coisa importante: existem terras que não podem ser destinadas à reforma agrária, ou seja, nunca serão alvo de desapropriações; são elas: a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra propriedade produtiva. Em outras palavras, a pequena propriedade, fonte única de renda de seu possuidor, e a propriedade, independentemente de seu tamanho, que seja produtiva, não serão alvo de desapropriações.

Uma terra produtiva é uma terra que cumpre sua função social. O texto constitucional entende que, para cumprir sua função social, a propriedade rural deve atender aos seguintes requisitos:

1. aproveitamento racional e adequado;
2. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
3. observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
4. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Observados esses requisitos, podemos perceber que, para que um imóvel rural seja alvo de desapropriação para fins de reforma agrária, seu proprietário deixou a terra improdutiva ou não respeitou a legislação ambiental ou, ainda, desrespeitou as leis trabalhistas. Entretanto, é comum que, mesmo incorrendo em alguns destes casos, o imóvel não seja destinado para fins de reforma agrária; entretanto, o mais difícil é provar que um imóvel rural é improdutivo.

Para efeitos legais, o Incra considera que uma propriedade é produtiva se ela atinge 80% de Grau de Utilização da Terra (GTU) e 100% de Eficiência na Exploração (GEE).

Para se chegar ao GTU, é levada em consideração a porcentagem da área que é efetivamente utilizada sobre a área total aproveitável do

imóvel. Ou seja, apenas 20% da propriedade pode, em tese, ser improdutiva, isto é, mesmo podendo ser utilizada, estar ociosa. O índice de 80% pode parecer alto à primeira vista; entretanto, cabe ressaltar que, além das culturas óbvias, como pastos e agricultura em geral, as matas nativas e plantadas são consideradas aproveitadas. Não obstante, são excluídas do cálculo do índice, por serem consideradas áreas não aproveitáveis, as áreas de proteção ambiental definidas por lei, instalações edificadas e áreas comprovadamente imprestáveis para atividades agropecuárias, florestais ou de extração.

Entretanto, o maior fator de polêmica é o GEE. Para se chegar à conclusão sobre o Grau de Eficiência na Exploração de determinado imóvel, a principal variável é o chamado Índice de Rendimento (IR). Este índice é calculado a partir da produtividade média das propriedades. Isto parece bastante lógico, não fosse o fato de que usamos até hoje os índices médios calculados com informações da década de 1970. Ou seja, para o Incra classificar um imóvel como produtivo ou improdutivo, ele leva em consideração o tamanho da produção e a tecnologia que o país tinha há mais de 35 anos, somado ao fato de que, segundo Ramos (2005), os dados colhidos nessa época foram declaratórios, isto é, foram informados pelos próprios proprietários. Um complicador adicional, segundo Ramos (2005, p. 24):

a classificação de um imóvel como improdutivo, com base nos dados cadastrais, não significa que ele será automática ou necessariamente desapropriado, já que o primeiro passo concreto para isso é a vistoria de fiscalização agrônômica, que deve confirmar ou não aquela classificação. Por sua vez, essa vistoria só é feita depois de identificado e notificado o proprietário.



Visite a página do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e saiba mais sobre as políticas de reforma agrária e o ordenamento fundiário no país: <http://www.incra.gov.br/>.

Não obstante todas as dificuldades para desapropriar um imóvel rural, surgiram dificuldades adicionais em 1993. A lei que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária é a Lei n. 8.629/93, que teve adendos importantes no governo Fernando Hen-

rique Cardoso, que editou, em 2001, a medida provisória MP 2.183-56, determinando que “o imóvel rural objeto de invasão motivada por conflito agrário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação”.

Ou seja, mesmo comprovadamente improdutivo, uma área, se ocupada por movimentos sociais, não será fiscalizada por dois anos. Além disso, ainda exclui os participantes da ocupação de áreas privadas ou prédios públicos do rol de possíveis beneficiados do programa de reforma agrária. Esta foi uma ação clara para criminalizar a luta pela terra e os líderes dos movimentos sociais, com o intuito retórico de diminuir os conflitos fundiários no Brasil.

Atividade 2

Quais os obstáculos relacionados à desapropriação de imóveis para a realização da reforma agrária?



Resposta Comentada

O primeiro obstáculo é provar a improdutividade da área. O cálculo da produtividade para verificar se um imóvel rural está ou não cumprindo sua função social é feito com base na produção da década de 1970, ou seja, um latifundiário que consiga mostrar que consegue produzir (com toda a tecnologia disponível que se tem hoje) o que se produzia em meados da década de 1970 não será desapropriado, mesmo que esteja bem aquém da produtividade média atual. Outro fator que dificulta são os instrumentos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001, que impede vistoria por dois anos em áreas ocupadas por movimentos sociais, mesmo que estas sejam notoriamente improdutivas.

A REFORMA AGRÁRIA AINDA É VIÁVEL EM PLENO SÉCULO XXI?

Os motivos para enfrentar a concentração fundiária hoje via reforma agrária são bem distintos daqueles apresentados no debate da questão agrária nacional nas décadas de 1950 e 1960, descritos na Aula 5. Se, naquele momento, a reforma agrária era uma medida importante para avançarmos na industrialização e no desenvolvimento capitalista mais geral da economia brasileira, hoje não é mais. Já na década de 1980, isto era patente, como podemos perceber nas palavras de Graziano da Silva:

Assim, o remédio ‘reforma agrária’ tem que se apresentar hoje não apenas com uma nova embalagem, mas tem que ter também um outro conteúdo. A reforma agrária já não é mais hoje no Brasil uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento (1980, p. 104-105).

Conseguimos, como já visto, lograr o desenvolvimento da indústria sem enfrentar o dilema agrário; entretanto, a bandeira da reforma agrária não saiu da pauta das reivindicações dos movimentos sociais e continuou sendo, na academia, ponto de bastante polêmica.

Em nosso país, longe de qualquer consenso, ainda existem, no debate da reforma agrária, árdios defensores de sua inviabilidade. Isto, por seu turno, contribui para o surgimento de verdadeiros mitos sobre o tema. Dentre eles, a partir da leitura de Leite e Ávila (2007, p. 104-114), podemos listar:

1. a pobreza rural pode ser resolvida pelo agronegócio, a partir do aumento da produção e do emprego no campo;
2. em nosso atual estágio de desenvolvimento nacional, com um campo produtivo e diversificado, a reforma agrária está superada. Sua realização não geraria impactos econômicos relevantes ao Brasil;
3. com o avanço da modernização e de novas tecnologias, esgotou-se a disponibilidade de terras disponíveis para a reforma agrária;
4. os projetos de assentamentos existentes se assemelham a favelas rurais, com baixa eficiência e qualidade. Os assentados beneficiados com programas de reforma agrária não têm vocação para a agricultura, já que se encontravam no ambiente urbano.



Figura 13.2: Um dos mitos sobre a reforma agrária é o de que os assentamentos se assemelham a favelas rurais. Será?

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Minif%C3%BAndio>

Os mitos sobre a reforma agrária, pelo que podemos depreender do que já vimos em aulas anteriores e a partir de outros estudos que serão listados a seguir, são isso mesmo: mitos. O agronegócio, como modelo de desenvolvimento rural, não diminuiu a pobreza rural; pelo contrário, contribuiu para a manutenção do êxodo rural, gerando uma massa de sem terra que, no espaço urbano, tentam sobreviver com subempregos ou com empregos de baixa qualificação e remuneração.

Ademais, com os índices de produtividade calculados para a década de 1970, muitas são as áreas que são apenas legalmente produtivas; não obstante, muitos são os latifúndios que sequer atingem este índice, o que, por seu turno, pode explicar a existência de inúmeros assentamentos rurais decorrentes de desapropriações de imóveis privados pelo não cumprimento de sua função social.

Outro importante ponto a ser ressaltado é a tendência de se querer comparar a eficiência de assentados à de produtores ligados ao agronegócio, meramente com estatísticas econômicas, desconsiderando questões sociais, como a melhoria da qualidade de vida de assentados, quando comparada sua situação anterior à de beneficiário de programas de reforma agrária. Especificamente, este ponto será mais bem tratado na próxima aula.

De outro lado, muitos são os estudos que, enfrentando os mitos anteriores, discorrem, cada um a seu modo, sobre a pertinência da reforma agrária nos dias atuais. Listemos, como ilustração, três dessas vertentes.

A primeira tem como foco a centralidade da agricultura familiar dentro da reforma agrária, defendendo a tese de que é necessário apoiar a agricultura familiar e o processo de reforma agrária como condição indispensável para uma sociedade mais justa e com vistas a um desenvolvimento capitalista com melhor distribuição de renda. Nesta perspectiva, que conta com contribuições de Abramovay (2007), Veiga (2007), Guanziroli (1994) e Guanziroli *et al.* (2001), dentre outros, a agricultura familiar tem grande potencial de gerar mais ocupações no campo, usar de modo mais eficiente recursos escassos e, decorrente disto, ser importante no desenvolvimento capitalista propriamente dito.

A segunda vertente, baseada em uma discussão distinta da primeira, tendo como premissa a “urbanização do campo” e a pluriatividade das famílias rurais, foi cristalizada no projeto Rurbano, conforme Campanhola e Graziano da Silva (2004). A partir deste enfoque, a reforma agrária ganhou outro argumento a seu favor: as atividades rurais estão crescendo em ramos não agrícolas, ao passo que atividades rurais eminentemente agrícolas estão perdendo espaço. Sendo assim, a reforma agrária deveria ser uma combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Partindo de importante esforço para desmistificar a percepção largamente difundida de que os assentamentos rurais têm se caracterizado como favelas rurais, formadas por pessoas sem histórico e vocação agrícola, a terceira vertente aqui listada defende a ideia de que os assentamentos rurais são espaços econômicos, políticos e sociais que impactam as regiões onde estão inseridos. Neste sentido, os trabalhos de Leite, Heredia e Medeiros (2004), Leite e Ávila (2007) e, entre outros, o de Maluf (2007) ajudam a entender que os assentamentos rurais, na medida em que combinam a produção voltada para a comercialização e para a subsistência, contribuem, em última instância, para a garantia de segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas.

Independentemente dos esforços intelectuais para demonstrar a importância da reforma agrária no Brasil, mesmo nos dias atuais, essa política ainda está em aberto. Diante da sua imobilidade, muitos autores afirmam que o país não conheceu reforma agrária e, no máximo, teríamos assistido, nas últimas décadas, a uma política de criação de assenta-

mentos rurais. Outros autores – menos céticos – dizem que vimos uma reforma agrária, entretanto, bastante conservadora, que se esquivou de usar os instrumentos legais de desapropriação fundiária, tendo se valido de compra de terras para avançar no número de assentamentos criados.

Tivemos a oportunidade de fazer uma breve discussão sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil na Aula 11, quando apresentamos uma forte característica nacional, que são as relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central. Essas relações vão além das questões de apropriações de recursos públicos e podem ser também observadas na dificuldade de o Governo Federal avançar nos processos de desapropriação de imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social.

Diante do exposto, fica claro, portanto, que, não colocando a reforma agrária no plano das políticas públicas, o governo optou por tratá-la via mercado ou, como apresentado na Aula 8, como uma falsa resposta à demanda de terras no país. A reforma agrária de mercado, atualmente conhecida como Programa Nacional de Crédito Fundiário, vem, segundo Fernandes (2012), para combater as ocupações de terras e é uma evolução do que antes era denominado de Banco da Terra e, um pouco antes ainda, de Cédula da Terra. “É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio” (FERNANDES, 2012, p. 144).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é, segundo as informações oficiais, um programa de compra de terras para a realização de assentamentos rurais. Nesse programa, as famílias escolhem a terra, discutem o preço e solicitam o financiamento do governo para a aquisição do imóvel, a construção de infraestrutura etc.

RESUMO

Nesta aula, apresentamos a reforma agrária como uma política mais ampla que apenas a redistribuição fundiária. Ela deve dar ao seu beneficiário condições de emprego e vida digna. A Constituição Federal aborda o tema da reforma agrária definindo como pode ocorrer a desapropriação de imóveis rurais quando estes não cumprem sua função social. Entretanto, a produtividade a ser atingida é baseada no que se observou na década de 1970, o que dificulta sobremaneira as desapropriações. Muitos são os mitos sobre a viabilidade ou não da reforma agrária hoje; entretanto, estudos apontam claramente que ela ainda pode ser um fator de desenvolvimento humano, social e econômico.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

A precariedade dos assentamentos rurais não deve servir como argumento do fracasso das políticas de redistribuição fundiária, mas como forte indicador de que a reforma agrária, para cumprir seu papel econômico e social, deve vir acompanhada de um conjunto de políticas públicas que abarque amplo acesso à saúde, educação, financiamento, subsídios, assistência técnica, criação de canais de escoamento e comercialização, além de assegurar ao assentado rápida legalização jurídica da posse da terra. Esse será o tema de nossa próxima aula.

Assentamentos rurais: lócus de trabalho e vida

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA

14

Meta da aula

Descrever um pouco da realidade de alguns assentamentos rurais, para uma análise menos economicista de sucesso ou fracasso desses projetos.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:



1. apresentar, enquanto estudos de caso, as estratégias de produção e reprodução social camponesa;



2. apresentar as potencialidades dos assentamentos rurais, quando pensados como lócus de trabalho e vida das famílias assentadas.

INTRODUÇÃO

Em nossa Aula 12, pudemos observar que um assentamento de trabalhadores rurais é fruto de um processo bastante complexo e, muitas vezes, conflituoso. Entretanto, queremos ressaltar que não existe um caminho único para a constituição de um assentamento rural de trabalhadores rurais. Nesta aula, apresentaremos algumas contribuições sobre este importante aspecto da Economia Agrária, isto é, o assentamento rural.

Gostaríamos que ficasse claro, nesta aula, que, para além das muitas possibilidades de constituição de um assentamento, também é impossível descrever um padrão médio de seu desenvolvimento. Em outras palavras, dentre diversas possibilidades, os assentamentos rurais podem ser constituídos de forma conflituosa, pacífica, negociada, imposta e, por outro lado, podem se caracterizar como modelos de desenvolvimento ou, de outro extremo, se parecer com verdadeiras favelas rurais.

Não obstante, avançaremos, apresentando alguns estudos de caso que nos ajudem a ter a noção desses distintos processos a que estamos fazendo menção, para finalizar a aula com uma nova perspectiva, qual seja: é necessário que avancemos no sentido da compreensão mais ampla da importância desses assentamentos. Dito de outra forma: não podemos medir o sucesso ou fracasso de um projeto de assentamento apenas pelas variáveis geralmente utilizadas para aferir eficiência econômica no agronegócio.

Nesse sentido, é sempre bom e necessário que nos perguntemos para que servem os assentamentos, de maneira a poder, partindo da pergunta certa, responder de maneira adequada sobre os limites e as possibilidades da produção e da reprodução social camponesa. Isto é o que procuraremos fazer nesta aula.

ASSENTAMENTOS RURAIS: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Este tópico foi elaborado com base nos estudos de caso apresentados na tese de doutorado de Carvalho (2011). Obviamente, os objetivos desta discussão no escopo desta aula são bem mais modestos. Buscaremos fazer uma síntese de alguns apontamentos feitos na referida tese que nos ajude a entender um pouco do que estamos chamando de estratégias de produção e reprodução social em assentamentos rurais.

Como já dissemos na introdução, não existe um caminho único para constituir um assentamento de trabalhadores rurais. Nesse sentido, buscaremos, diante da elevada gama de possibilidades, apresentar algumas experiências concretas, de modo a avaliar criticamente suas especificidades e convergências. Trataremos aqui dos assentamentos ilustrados na **Figura 14.1**.

Estudo de caso

Os estudos de caso a que faremos referência estão inseridos em uma região bastante singular, conhecida pela importância que tem, tanto real como simbólica, para o agronegócio moderno e dinâmico. Estamos falando da Região Administrativa (RA) de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, região que se consolidou como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil.

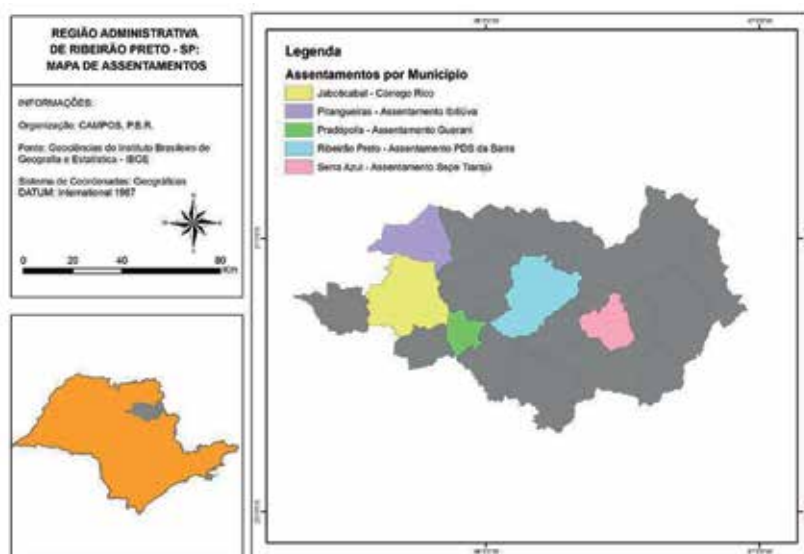
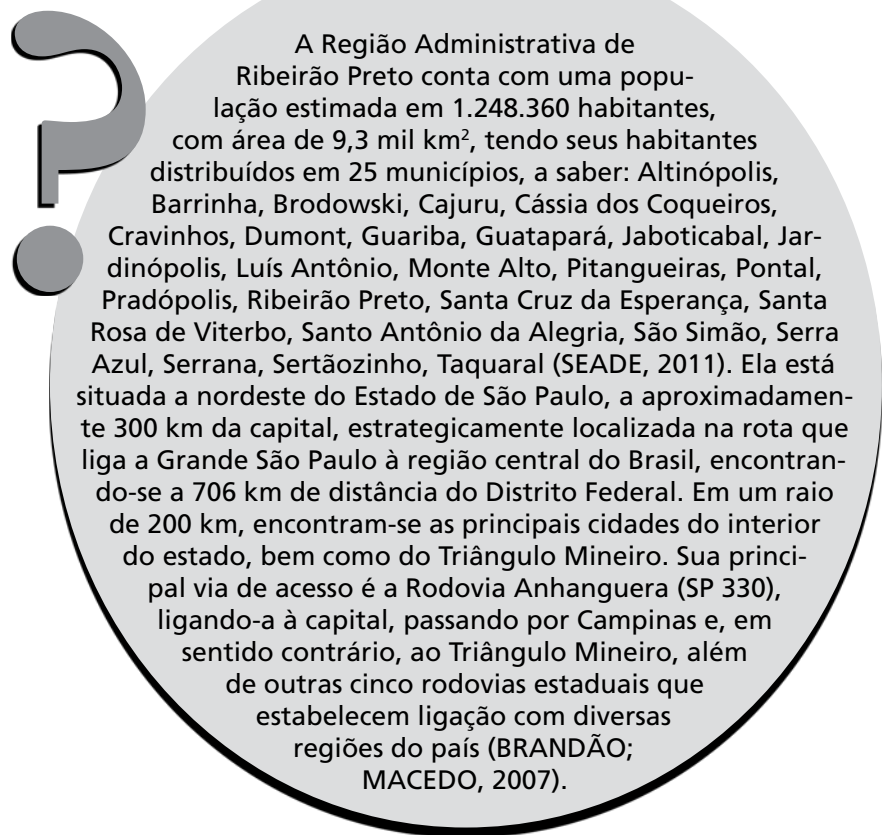


Figura 14.1: A RA de Ribeirão Preto e a localização dos municípios com assentamentos.

Fonte: <http://www.afitesp.com.br/carvalho.pdf>



Mesmo sendo conhecida como a “capital nacional do agronegócio”, Ribeirão Preto e sua região contam com importantes experiências de assentamentos rurais: existem mais de 900 famílias em cinco assentamentos na região, localizados nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e em Ribeirão Preto, conforme ilustrado na Tabela 14.1.

Tabela 14.1: Projetos de Assentamento e Projetos de Desenvolvimento Sustentável por ano e município de implantação na região de Ribeirão Preto

	Projeto	Ano de implantação	Cidade	Número de famílias
1	PA Córrego Rico	1998	Jaboticabal	47
2	PA Ibitiúva	1999	Pitangueiras	43
3	PA Guarani	1999	Pradópolis	274
4	PDS Sepé Tiaraju	2004	Serra Azul	80
5	PDS da Barra	2007	Ribeirão Preto	464

Fonte: Elaboração própria a partir das informações de Carvalho (2011)

De maneira sintética, é necessário fazermos uma breve descrição dos projetos de assentamentos rurais, por ordem de implantação e os municípios onde estão inseridos e que estão listados na Tabela 14.1.

Projeto de Assentamento Córrego Rico

O Projeto de Assentamento foi implantado em 1998, com 47 famílias que ocuparam áreas da Estrada de Ferro Fepasa, no Distrito de Córrego Rico, a 10 km de Jaboticabal. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola. Cada família conta com, aproximadamente, 7,7 hectares e com a assistência técnica do Itesp. No que tange ao município onde está inserido, cabe dizer que Jaboticabal, distante 60 km de Ribeirão Preto, tem uma população de 71.662 habitantes, os quais, segundo o Censo de 2010, residem maciçamente na área urbana, num total de 69.527 pessoas. A zona rural detém apenas 2.135 ou, em termos relativos, 3,0% (IBGE, 2011).

Algumas características encontradas neste assentamento, infelizmente não são exclusividade dele e podem ser bastante generalizáveis: a produção é limitada, a comercialização é difícil e a elevada inadimplência compromete o acesso a novos financiamentos. Todavia, fato também generalizável é que, quando comparamos as condições de trabalho das famílias assentadas com as anteriores à conquista da terra, é ponto pacífico entre os assentados que houve melhora significativa.

O Assentamento Córrego Rico é bastante diversificado em sua produção, registrando, entre os cultivos de maior expressão, milho, hortifrutigranjeiros em geral, café e fruticultura. O solo é considerado de alta fertilidade. Mas a maior parte dos produtos é negociada diretamente no assentamento. É uma prática comum o deslocamento de intermediários até a área, com veículos de carga, para arrematar grande parte da produção das famílias. Em todas as situações, as famílias recebem em dinheiro e à vista os produtos vendidos. Alguns outros canais institucionais de comercialização começam a ganhar importância, tais como os programas federais de aquisição de alimentos.

A produção para o autoconsumo é uma prática adotada por todas as famílias. Carne suína, aves, ovos, mandioca, milho verde, frutas diversas, verduras e legumes compõem a produção destinada à alimentação básica de todas as famílias.

Com o tamanho reduzido dos lotes individuais e, em alguns casos, o elevado número de membros das famílias em idade ativa de trabalho, os assentados podem optar por culturas que demandam pouca mão de obra, o que gera a possibilidade de alguns membros da família trabalharem fora do assentamento, notadamente em atividades como pedreiro, servente, empregadas domésticas, tratoristas e babás.

Outro fato de extrema importância, notadamente na reprodução familiar camponesa e no estímulo à permanência nos respectivos lotes, é o acesso a equipamentos públicos básicos como saúde e educação. Nesse sentido, o grau de organização das famílias assentadas no Córrego Rico contribuiu sobremaneira para o acesso a serviços que colaboraram para a melhoria da qualidade da saúde e da educação, cabendo registro a existência de água encanada em todas as casas para consumo humano, energia elétrica, coleta de lixo e, entre outros, fossas sépticas.

Projeto de Assentamento Ibitiúva

Localiza-se no município de Pitangueiras, em área também pertencente à Fepasa. Iniciado o processo de ocupação em 1998, foi transformado em assentamento rural pelo Itesp em julho de 1999. Possui área total de 725,01 ha, sendo composto por 43 lotes familiares de 8,5 ha, totalizando 367,09 ha de área agrícola. Pitangueiras, distante 53 km de Ribeirão Preto, conta com uma população de 35.307 habitantes. O município

apresenta uma taxa de urbanização de 96,15%, ou seja, apenas 1.359 pessoas residem na zona rural (IBGE, 2011).

Neste assentamento, havia uma extensa área com cobertura vegetal de eucalipto que os assentados tiveram o direito de explorar economicamente. Com o corte e a venda da madeira, as famílias puderam se estruturar minimamente construindo casas de alvenaria, com energia elétrica nos lotes, perfuração de poços artesianos e aquisição de máquinas e implementos para viabilizar a produção agropecuária.

Uma das atividades agrícolas com maior destaque neste assentamento é o plantio de cana-de-açúcar, por meio de parcerias com usinas presentes na região. Estas parcerias contribuíram com o aumento da renda anual das famílias assentadas; contudo, é fonte de muitos conflitos devido ao fato de ser uma atividade ligada ao agronegócio e que, para muitos críticos, se parece mais com arrendamentos de terras do que propriamente parcerias com agroindústrias.

Além da cana (que só pode ser plantada em 50% da área do lote), quase todos os assentados também contam com olerícolas para o autoconsumo. Alguns contam com o cultivo de café, arroz, feijão, aves e suínos para consumo e venda. A maioria dos lotes tem gado para produção de leite e derivados. Com a importância da cana na geração de renda, os programas federais de compra, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ainda são pouco representativos entre as famílias assentadas. Um complicador adicional é o fato de os assentados dependerem bastante do uso de fertilizantes, e o desenvolvimento de alternativas orgânicas é comprometido pela pulverização aérea de herbicidas feita pelas usinas da região.

A comercialização da produção, excetuando-se a cana, que é totalmente comprada pela usina, sempre foi pouco eficiente. Os assentados não participam de feiras e, para comercializar os seus produtos, valem-se da venda direta no comércio local, no município de Pitangueiras.

Houve melhora nas condições de vida e trabalho dos assentados, segundo as próprias famílias que, em sua maioria, eram compostas por trabalhadores ocupados no corte da cana na região. A precariedade da situação anterior à condição de assentadas as motivou a entrar na luta pela terra. Fato relevante para percebermos esta melhora é que, dadas as dificuldades iniciais, até mesmo para a produção voltada ao auto-

consumo, os lotes foram ocupados apenas pelos chefes de família, mas, com a gradativa estruturação das condições de produção e aumento da infraestrutura, começaram a chegar esposas, filhos e filhas com seus respectivos companheiros e filhos.

Projeto de Assentamento Guarani

Criado em 1999, localiza-se no município de Pradópolis, contando com uma área de 4.190,22 hectares divididos em 274 lotes, sendo que 60 deles estão em área pertencente ao município de Guataporá. É o maior assentamento da região em área total e individual destinada às famílias. Pradópolis, distante cerca de 40 km de Ribeirão Preto, segundo dados do Censo de 2010, tem 17.377 habitantes, dos quais 16.100 residem na zona urbana e apenas 1.277 (ou 7,34% da população municipal), na zona rural (IBGE, 2011).

Neste assentamento, no início, a baixa fertilidade inicial do solo, devido à cultura do eucalipto, foi uma das primeiras dificuldades, que se soma, como nos casos anteriores, à produção limitada, à dificuldade na comercialização e à elevada inadimplência. O Assentamento Horto Guarani também tem como atividade economicamente mais rentável a produção de cana-de-açúcar, via parceria com uma usina sucroalcooleira.

Inicialmente, os assentados se ocuparam de algumas iniciativas (umas mais exitosas, outras menos), merecendo destaque para projetos de criação de gado leiteiro, mandioca, fruticultura e horticultura, inclusive com estufas para hortaliças. O Guarani conta, atualmente, além da cana, com milho, maracujá, pequenos animais, notadamente aves e suínos, mucuna, eucalipto etc. A maior parte dos trabalhadores não conta com canais institucionais de comercialização, vendendo suas mercadorias de forma improvisada, mas de modo bem funcional. Em síntese, as estratégias de comercialização das famílias assentadas são variadas. Alguns frequentam feiras com produtos próprios e de vizinhos e outros vendem de porta em porta, em Pradópolis e Guataporá; outros vendem no próprio lote.

Todas as famílias têm pomar doméstico e aqueles que, por dificuldades no acesso à água para tratos culturais, não conseguem ter uma horta, são supridos por outros assentados graças à relação de parentesco ou companheirismo presente entre os núcleos internos. Fato merecedor de nota

é que a qualidade da alimentação dos residentes do assentamento é melhor do que a de residentes urbanos com rendas próximas às dos assentados.

Ademais, não existem casas que não sejam de alvenaria desde 2004, e a energia elétrica está presente em todas as residências. No acesso à água para consumo humano não existem problemas significativos, ainda que a maior dificuldade esteja nos tratos culturais. Indiscutivelmente, as dificuldades de acesso à água para agricultura é um dos principais problemas do assentamento.

O desafio do Horto Guarani, que é algo generalizado em outras áreas, é a dificuldade de mostrar aos jovens que é possível ter uma vida no meio rural igual ou, em muitos aspectos, superior à da cidade, no que se refere à qualidade de vida e de reprodução social. Em que pese a trajetória das famílias ser bastante heterogênea, a melhora das condições de trabalho e vida foi generalizada e conquistada gradativamente durante os doze anos de assentamento.

Projeto de Assentamento Sepé Tiaraju

Este assentamento tem uma área total de 800 ha, situada no município de Serra Azul, contando com 80 famílias assentadas. Foi criado oficialmente em 2004, constituindo o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado de São Paulo. Neste projeto, cada família detém nove hectares, sendo que, destes, seis são utilizados na produção conjunta do núcleo. Ele está localizado no município de Serra Azul, a cerca de 40 km de Ribeirão Preto, que segundo o Censo de 2010, tem 11.256 habitantes, dos quais 8.017 residem na zona urbana e 3.239 na zona rural, o que, em termos percentuais, representa 28,77% do total de habitantes, valor considerado elevado (IBGE, 2011).

O Sepé Tiaraju está distribuído entre quatro agrovilas (Paulo Freire, com 20 famílias, Dandara, com 19, Chico Mendes, com 20, e Zumbi dos Palmares, com 21 famílias). Cada núcleo foi subdividido em grupos de produção de hortas, grãos, animais de grande e pequeno porte etc. Cabe aos núcleos discutir e implementar ações nas áreas de saúde, educação, cultura e produção. Dos núcleos de base nasceu a Agrosepé – Associação Agroecológica do Assentamento Sepé Tiaraju, criada legalmente para responder pelo assentamento junto ao Incra.

O assentamento é o primeiro da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no Estado de São Paulo. O PDS Sepé Tiaraju é considerado uma nova referência em implantação de assentamentos rurais de reforma agrária, pois parte da lógica de respeito ao meio ambiente, posse coletiva e trabalho em cooperação.

Este projeto ainda tem como norte a inclusão de trabalhadores oriundos eminentemente de áreas urbanas, dentro de um padrão produtivo agroecológico. Cada grupo, organizado em agrovilas, tem 60 hectares para a produção coletiva, além de 3 ha como espaço coletivo de lazer. Os lotes individuais contam com 3,6 hectares para moradia e produção individual.

A produção é limitada, mas variada: suínos, aves, feijão, mandioca, abóbora, hortaliças, banana, entre outros produtos. Os equipamentos usuais são enxada, podão, foice, arado de tração animal. Em que pese o perfil arcaico da produção, há que se ter em mente os efeitos positivos que estão por se manifestar depois dos compromissos assumidos entre o Incra, os assentados e o Ministério Público, materializados na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Este TAC é um avanço institucional que vai nortear as estratégias de produção e reprodução social no assentamento, já que ele parte da premissa de que o padrão de produção agrícola observado na região de Ribeirão Preto, baseado na monocultura e no uso intensivo da agroquímica e na motomecanização, é incompatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com proteção e preservação do meio ambiente.

Segundo os compromissos assumidos no TAC, ficou a cargo do Incra, dentre os compromissos assumidos, a gestão junto aos órgãos competentes para garantir aporte orçamentário para a eletrificação, edificação das moradias, dos espaços de uso coletivo, como galpões, escola etc., sistema de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico e rede de telefones públicos. Aos assentados, coube a responsabilidade de recompor as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal com árvores de espécies nativas e utilizar controle biológico de pragas e doenças.

As limitações, no que tange ao acesso a mercados, são muito parecidas com as dos demais assentamentos; entretanto, com uma

organização social maior, os canais institucionais são mais facilmente acessíveis. Nesse sentido, indiscutivelmente, o PAA é a principal fonte de recursos financeiros para todas as famílias do PDS; os assentados participam, desde 2006, do Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No caso dos produtos do Sepé Tiaraju, eles são distribuídos no município de Serrana, notadamente para o Lar Santo Antônio, que atende crianças da rede pública de ensino, para o asilo e o abrigo municipais e para o Fundo Social de Solidariedade. Excluindo-se a produção destinada ao PAA, o restante é voltado ao consumo das famílias.

Projeto de Assentamento PDS da Barra

Este é o mais recente assentamento da RA, tendo sido efetivado em 2007. Sua área total é de 1.790,80 ha. Na área, foram assentadas 464 famílias pertencentes a três grupos distintos de luta pela terra, que detêm individualmente apenas 1,5 ha. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Fazenda da Barra está situado no município de Ribeirão Preto, um dos maiores do interior do Estado de São Paulo, com 604.682 habitantes. A população rural é ínfima, com apenas 1.716 residentes, ou 0,3% do total da população (IBGE, 2011).

Este assentamento também é planejado, segundo os critérios do Incra, na ótica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e conta com um TAC que contribui para forjar, além de um compromisso das famílias com a sustentabilidade, um instrumento jurídico que assegura princípios de defesa da terra, da vida e das águas.

O processo de ocupação da Fazenda da Barra, com um número expressivo de famílias, é um marco no aprofundamento da luta pela terra na região de Ribeirão Preto. A Fazenda da Barra, localizada em uma área de recarga do aquífero Guarani, antes destinada à produção de cana-de-açúcar, estava destinada à construção de um condomínio de luxo, dada a sua proximidade com o perímetro urbano, ficando a apenas 10 km do centro da cidade, mas contava com um significativo dano ambiental na área.

No PDS da Barra, cada família tem à sua disposição uma área individual de aproximadamente 1,5 ha, o menor tamanho de lote familiar

dentre todos os projetos de assentamentos rurais do país. A produção para o autoconsumo dos assentados, em função de sua baixa renda, é fundamental, mandioca, abóbora, berinjela, jiló, feijão guandu, hortaliças, milho, frutas e aves são os produtos mais consumidos.

Infelizmente, muitas famílias ainda se encontram em situação precária, pelas dificuldades inerentes à pequena área de cultivo individual e também pela falta de recursos financeiros e acesso a créditos. Os produtos principais produzidos no local são mandioca, milho, abóbora e banana, seguidos de quiabo, suínos e frangos.

A maior parte dos assentados destina sua produção ao PAA. Como a produção dos assentados é maior que a capacidade de compra estipulada pelo programa, o excedente é vendido de forma improvisada na cidade de Ribeirão Preto. Além do PAA, alguns assentados conseguiram cadastro para venda no PNAE. Com a renda agrícola extremamente baixa e a curta distância da área urbana, a renda não agrícola é fundamental para as famílias do PDS da Barra, cabendo destaque os trabalhos de pedreiro, servente, faxineiras, além de transferências do governo, tais como bolsa-família e previdência social.

As dificuldades são muitas; todavia, o assentamento da Fazenda da Barra é fruto de um projeto recente, o que dificulta análises mais historicamente contextualizadas. O pleno desenvolvimento deste PDS está intrinsecamente ligado ao poder do Ministério Público de fazer valer os compromissos assumidos entre as partes, especialmente o Incra, na dotação de infraestrutura necessária à produção para além da subsistência, de modo a evitar uma reprodução social à margem da dignidade.

Uma breve análise dos casos

Os três primeiros assentamentos foram estabelecidos sob a responsabilidade do Itesp e os dois últimos sob a responsabilidade do Incra, sendo que estes também apresentam uma importante característica comum: ambos são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Isso significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e para o consequente acesso a crédito.

Em Carvalho (2011), fica evidente que não cabe uma investigação sobre a eficiência produtiva dos assentamentos rurais *vis-à-vis* à

agricultura convencional; contudo, nota-se que, neste prisma, as áreas pesquisadas são obviamente limitadas. Mas, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas nos estudos de caso, ficou evidente que os assentamentos rurais de reforma agrária são mais do que um espaço de produção agrícola apenas; eles são também espaços privilegiados de reprodução social, com maior dignidade àqueles que antes estavam à margem socioeconômica, seja na condição de boias-frias, seja na condição de trabalhadores informais urbanos. Nesse sentido, algumas observações mais específicas podem contribuir com esta argumentação.

Segundo Carvalho (2011, p. 174-175), a partir de visitas e entrevistas realizadas com assentados, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e agentes representativos ligados diretamente aos assentamentos listados, as conclusões são as seguintes:

1. *Educação*: Todas as crianças frequentam escolas e isto, por si só, é um indicador importante de melhoria das condições de vida das famílias pelo papel transformador inerente à educação. Deve-se levar em conta, também, que crianças e adolescentes na escola indicam uma mudança importante no *trade-off* trabalho *versus* escola, que há algumas gerações tem condenado crianças do meio rural ao trabalho infantil. Outro importante dado encontrado é que, mesmo registrando analfabetos em todos os assentamentos, registraram-se também em todos eles programas de alfabetização, conhecidos como EJA.
2. *Habitação*: indubitavelmente este foi um dos principais pontos considerados pelos entrevistados como significativamente melhor. A maioria absoluta dos assentados vive em residências de alvenaria com, no mínimo, energia elétrica. Além do conforto relatado pelas famílias, outro fator chama a atenção: a reunião familiar, com famílias grandes, com mais de seis membros, vivendo no mesmo lote.
3. *Alimentação*: em todos os assentamentos da região, a segurança alimentar é garantida pela produção para o autoconsumo. Quanto maior a família, maior a importância da produção para consumo próprio. Em comparação com as condições de alimentação anteriores ao assentamento, a grande maioria dos entrevistados relatou melhora significativa do seu perfil alimentar.
4. *Saúde*: todos os assentados contam apenas com os serviços públicos municipais. Alguns assentamentos contam com visitas de agentes

de saúde, vacinação *in loco* e controle de zoonoses. O Programa Saúde da Família é indiscutivelmente o mais apropriado às famílias assentadas, por seu caráter preventivo; contudo, os assentamentos não contam com esse serviço. Por outro lado, os entrevistados não consideraram que houve piora das condições de acesso à saúde, quando comparadas à situação que tinham antes do assentamento. Há que considerar também que melhorias nas condições de habitação e alimentação contribuem diretamente para a melhoria das condições de saúde.

5. *Assistência técnica nos hortos*: os assentamentos do Itesp contam com assistência técnica oferecida pela própria fundação. Nestas áreas, observa-se o predomínio do cultivo de milho (Córrego Rico), de cana e de eucalipto (Ibitiúva e Guarani). Estas culturas são as principais geradoras de renda nos hortos pesquisados. No caso do Itesp, a assistência técnica, segundo entrevista, tem o cuidado de não tentar organizar a produção com culturas desconhecidas da rotina do assentado, mas oferece melhores técnicas possíveis de serem adotadas e reproduzidas. É importante mencionar que o Itesp tem limitações institucionais e financeiras e isto deixa esse órgão bastante prejudicado para formular e executar programas de desenvolvimento produtivo.
6. *Assistência técnica nos PDSs*: nos assentamentos organizados pelo MST, não existe assistência técnica, salvo, como relatado, visitas esporádicas dos técnicos do Incra. Nas áreas de PDS (Barra e Sepé Tiaraju), o foco da produção é agroecológico; mas, *in loco*, percebeu-se que a experiência ainda é muito recente e limitada, embora promissora, caso exista fortalecimento das políticas públicas para incentivar a produção e diminuir os gargalos da comercialização. Neste sentido, o aumento do teto do PAA, atualmente em R\$ 4.500,00, é fundamental.
7. *Trabalho e renda*: o baixo grau de qualificação formal dos titulares dos lotes dos assentamentos pesquisados revela a dificuldade desses trabalhadores em conseguir empregos formais com boa remuneração. A informalidade e o corte de cana para usinas da região eram as principais ocupações dos chefes de família e seus cônjuges. Nesse sentido, os assentamentos rurais foram efetivos na ampliação de oportunidades de trabalho e de renda. A renda

agrícola familiar nos assentamentos do Itesp variou de 1,2 a 4,5 salários mínimos, apresentando correlação positiva com o número de membros da família. Nos assentamentos de Ribeirão Preto e Serra Azul, a maior renda agrícola familiar registrada foi de aproximadamente três salários mínimos, mas ainda existem famílias sobrevivendo com menos de um salário mínimo nos PDSs.

No que tange à geração de renda agrícola nos assentamentos pesquisados, a lógica de produção de produtos como cana, milho e eucalipto compõe as importantes estratégias para a geração de renda nos assentamentos estaduais.

Contudo, deve-se ter claro que estas culturas, típicas do agronegócio, para serem minimamente competitivas nos assentamentos, dependem de insumos agroindustriais, de processos mecanizados, além de demandarem pouca mão de obra, o único fator abundante em assentamentos. Incentivar culturas que exijam pouca mão de obra e com elevado grau de dependência de processos mecânicos e insumos industriais são limitadores do desenvolvimento agropecuário dos assentamentos.

Atividade 1



A partir dos estudos de caso apresentados, podemos perceber que existem muitas dificuldades para desenvolver plenamente um assentamento rural. Entretanto, alguns pontos positivos devem ser ressaltados. Faça uma síntese dos avanços socioeconômicos mais relevantes apresentados.

Resposta Comentada

Dentre os avanços socioeconômicos que podemos listar a partir da apresentação dos estudos de caso, temos o fato de todas as crianças estarem na escola e também o fato de ocorrer iniciativas de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos. No que se refere à habitação, a qualidade das moradias das famílias é superior à que elas tinham antes de serem assentadas, e isso tem outro impacto, que é a estabilidade familiar. Outro fato importante é a alimentação: com a produção para autoconsumo, as famílias podem contar com, pelo menos, o mínimo de segurança alimentar. É fato que se deve avançar em todos estes pontos e também em outros pontos como acesso a serviços e equipamentos públicos de saúde. É também fato que, do ponto de vista da produção agropecuária, pode-se melhorar bastante a qualidade e a quantidade, mas para isso também se deve avançar em assistência técnica especializada. Isto contribuirá para melhorar a qualidade do trabalho e o nível de renda das famílias assentadas.

ASSENTAMENTOS RURAIS COMO ESPAÇOS DE TRABALHO E VIDA

Quando se constitui um assentamento rural, o que se espera é que ele contribua na geração de trabalho, na melhoria da qualidade de vida dos assentados e que reduza o movimento migratório rumo às cidades. Entretanto, para isso acontecer, ou seja, para o efetivo sucesso desses empreendimentos, é necessário que os assentamentos sejam dotados de infraestrutura física e social que garanta a estabilidade da família, de modo que o campo possa ser lugar de vida e trabalho.

Quando analisamos os assentamentos rurais, em suas estratégias simples de produção e reprodução social, podemos observar que é, no mínimo, inconsistente o argumento de superação da reforma agrária. Nesse sentido, na já vasta bibliografia sobre assentamentos rurais, podemos destacar que muitos estudos demonstram que eles geram efeitos positivos, tanto em termos de melhoria da qualidade de vida dos assentados quanto de trabalho e renda.

Existem também casos nos quais os assentamentos trazem efeitos positivos, inclusive para as cidades do seu entorno, servindo de mola propulsora para dinamizar municípios pobres e alavancar o crescimento econômico de regiões deprimidas (CARVALHO, 2011).

É fato que não podemos negar a diversidade de condições em que se encontram os assentamentos no Brasil. Existem desde os mais bem-sucedidos em termos econômicos até aqueles em situação de penúria total, próximos a favelas rurais. Da mesma maneira, a origem desses assentamentos é bastante diversa, variando desde iniciativas oriundas da reforma agrária de mercado (Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário) como de ocupações, tanto em áreas públicas como privadas. Existe também uma grande diversidade das origens das famílias assentadas quando observadas suas experiências anteriores que, geralmente transitam entre ex-boias-frias, trabalhadores rurais desempregados e trabalhadores urbanos formais e informais.

Em que pese a grande heterogeneidade de todas essas variáveis e mesmo as dificuldades mais comuns presentes em muitos assentamentos, a permanência da família assentada no seu lote deve ser entendida, por um lado, como uma luta pela busca da dignidade, e, por outro lado, pela incapacidade de uma vida melhor na área urbana.

Nesse sentido, é contraditória a ideia de comparar os dados de eficiência econômica de um assentado com o de uma fazenda capitalista. Feita essa comparação, é bem possível que se conclua (apressadamente) que a produção dos assentamentos rurais é menos competitiva do que o agronegócio. Entretanto, como locus de reprodução social, o lote familiar não pode ser visto como unidade de produção capitalista que visa à maximização dos lucros, mas como o locus de identidade individual e coletiva, no qual o assentado produz, consome, vende e vive.

É verdade que, em muitos casos, as atividades desenvolvidas nos lotes são insuficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar. Mas há que se levar em conta que, dada a limitação de tamanho dos lotes rurais e, por consequência, a elevada relação entre a mão de obra disponível e a quantidade de trabalho a realizar, é comum que membros da família busquem uma renda extra em trabalhos urbanos ou nas empresas do agronegócio. Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, p. 101 *apud* GIRARD, 2008, p. 98):

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão de obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família.

Os trabalhos externos aos assentamentos não devem ser considerados acriticamente como fracasso das políticas de assentamentos rurais, mas como ações necessárias, dadas as limitações oriundas da ausência de planejamento público, especialmente no que tange à reforma agrária. Segundo Ramos (2006, p. 4), “é consensual que se torna praticamente impossível atingir o principal objetivo de um programa de assentamento de trabalhadores rurais se não forem implementadas diversas políticas”.

Sendo o assentamento o fruto de uma política de reforma agrária, ou seja, mais do que apenas uma redistribuição fundiária, é fundamental que, para seu efetivo aproveitamento socioproductivo, seja adotado um conjunto de políticas complementares que criem condições de consolidação destes projetos (RAMOS, 2006). A ausência dessas políticas públicas complementares ou acessórias comprometeu sobremaneira a melhoria das condições de vida e trabalho dos beneficiários dos assentamentos pesquisados. Dadas as dificuldades encontradas nos assentamentos pesquisados para essa tese, é importante ratificar, mesmo que sinteticamente, as recomendações de Ramos (2006), que se encontram elencadas e comentadas a seguir:

- a. *Política de crédito e financiamento*: mais do que linhas específicas de crédito diferenciadas para assentados, especialmente os recém-assentados, é importante garantir a liberação do recurso na época apropriada, em quantidade suficiente e sem interrupções. Segundo Ramos,

tem sido possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, tem interrompido iniciativas e, enfim, tem provocado desânimo generalizado (2006, p. 5);

- b. *Política de assistência técnica*: esta política é fundamental, pois, mesmo com alguma experiência agrícola, muitos assentados têm origem urbana. De modo prático, deve haver profissionais dedicados exclusivamente a este fim. Indicar e acompanhar a atividade agropecuária dos assentamentos de modo a, dentre outras funções, apresentar alternativas de eliminação de pragas e doenças, de adequação do meio físico às exigências técnico-produtivas;
- c. *Política de comercialização e escoamento*: segundo Ramos (2006), neste íterim dever-se-ia incluir um conjunto de ações que envolvessem beneficiamento, processamento e agroindustrialização, por sua estreita relação com as políticas de financiamento e crédito. Esta política se torna condição necessária ao bom desempenho de projetos de assentamentos, pois

os assentados geralmente não têm experiência, conhecimento e mesmo disponibilidade de tempo para procurar, pesquisar e decidir por mercados e canais mais apropriados de comercialização de suas produções (RAMOS, 2006, p. 5);

- d. *Política administrativa*: esta política englobaria, além dos instrumentos de fiscalização, a dimensão legal e jurídica dos assentamentos. Com funções associadas à atualização e à regularização mais ágil de situações de posse, com instrumentos coercitivos para utilização indevida do lote, esta política contribuiria para evitar irregularidades e estimular a exploração mais racional dos lotes. “

Se a legislação permite ou prevê, não faz sentido a demora da mudança de responsável/beneficiário do programa de reforma agrária que o Governo Federal (ou estadual) implementa. Em outras palavras, a regularização da posse deve ser mais ágil, mais flexível, mais atualizada (RAMOS, 2006, p. 5).

Se formos verificar a realidade concreta de muitos assentamentos espalhados pelo Brasil, veremos que muitos deles carecem das quatro políticas propostas. Mas ressaltamos que, mesmo diante de toda a gama de problemas levantados, não podemos definir o sucesso ou fracasso de um projeto de assentamento apenas por variáveis quantitativas. Devemos antes verificar se esses assentamentos conseguem ser efetivos na geração de trabalho, na melhoria da qualidade de vida dos assentados e em evitar ou reduzir o movimento migratório rumo às cidades.

Entretanto, eles só serão espaços de vida e trabalho se realizados investimentos públicos que tenham como foco a saúde, a educação, a moradia e a segurança jurídica, pois estes são os maiores estímulos à permanência dos assentados na terra e têm importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas em permanecer nos assentamentos.

Atividade 2

Uma fazenda pode ser entendida como uma unidade de produção capitalista, na qual a terra é um fator de produção. Por que não podemos fazer a mesma análise para um assentamento rural?



Resposta Comentada

Um assentamento rural ou mesmo uma política de reforma agrária deve superar o papel da terra como apenas um fator de produção. É óbvio que um assentamento rural deve priorizar a produção agropecuária, notadamente de alimentos mais saudáveis, evitando ou eliminando o uso de agrotóxicos, visando, não apenas, mas principalmente, a mercados consumidores locais. Entretanto, deve-se ter em mente que um assentamento rural é um local de trabalho e vida, onde as pessoas se inter-relacionam. Nesse sentido, análises que tratam os assentamentos apenas como unidades produtivas têm dificuldades de entender que seu sucesso ou fracasso vão além dos dados econômicos e financeiros.

RESUMO

Os assentamentos rurais são bem distintos em sua formação, organização, na produção agrícola e também na sua reprodução social. Sendo assim, é bastante equivocado, a partir de determinados casos isolados, cristalizar uma opinião geral sobre eles. Muitos casos exitosos de desempenho econômico dividem espaço com casos de assentamentos rurais com elevado grau de carências socioeconômicas. Entretanto, a partir do exposto na aula, fica claro que, para se aferir sucesso ou fracasso de um projeto de assentamento rural, não podemos nos prender unicamente a variáveis quantitativas ou comparações dele com o agronegócio. É necessário, antes, considerar que um assentamento rural, para além de um lócus de produção, é também um local de vida, onde se estabelecem outras relações sociais que não apenas a econômica.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Nossa próxima aula será a última do nosso curso de Economia Agrária. Nela, faremos uma recuperação dos principais pontos abordados durante o curso e sua importância. Faremos também uma apresentação do que não abordamos neste curso, uma vez que, por tratar de um tema muito amplo, corríamos o risco de perder o foco central e fio condutor da nossa discussão, ou seja, as relações sociais de produção no campo e suas manifestações mais gerais.

A economia e a questão agrária: do que tratamos e do que não tratamos

Joelson Gonçalves de Carvalho

AULA 15

Meta da aula

Apresentar uma síntese do que vimos em nosso curso de Economia Agrária e alguns pontos que não abordamos em nossa disciplina.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:



reconhecer que a Economia Agrária é uma disciplina que abarca temas multidisciplinares, bem como reconhecer alguns temas importantes que não puderam ser abordados em nosso conteúdo por questões de foco e tempo.

objetivos

INTRODUÇÃO

A Economia Agrária é uma das disciplinas que ajuda a entender a dinâmica da questão agrária, notadamente a questão agrária nacional. Nesse sentido, os assuntos relevantes e o aprofundamento do tema não são exclusivos, e nem poderiam ser, da Economia. Pelo contrário; passam pela Geografia, História e, entre outras, pelas Ciências Sociais de modo geral. Sendo esta a nossa aula final, a expectativa é que os tópicos apresentados sejam fonte de inspiração para futuros debates, estudos e pesquisas dos que tiveram acesso a este material.

DO QUE TRATAMOS

Dividimos nosso curso em quatro unidades. Na primeira, que denominamos “O contexto histórico do objeto de estudo”, nos preocupamos em apresentar, em três aulas, uma visão mais geral e histórica sobre o lugar que ocuparam as discussões sobre a terra, a agricultura e os camponeses na história do pensamento econômico e na evolução do capitalismo, expondo as principais contribuições dos economistas clássicos e o debate acerca do desaparecimento ou não do camponês com o advento de um capitalismo industrial mais avançado.



Guilherme Meneghelli

Figura 15.1: Em nossa primeira unidade fizemos um debate acerca do desaparecimento ou não do camponês, com o advento de um capitalismo industrial mais avançado.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/ibere-re/383255254/>

“A questão agrária e agrícola no Brasil” foi o nome dado à nossa segunda unidade, composta por quatro aulas, nas quais buscamos apresentar o papel das atividades agrícolas na formação e integração do território nacional, bem como os autores centrais nas interpretações desses processos históricos.

Nesta mesma unidade, focamos também os acontecimentos que arrefeceram muito do nosso potencial de construção de um projeto nacional socialmente justo e amplamente democrático, a saber: o Golpe Militar de 1964. Com o golpe, cristalizou-se um modelo produtivista, baseado na Revolução Verde, que trouxe, dentre os seus muitos impactos, uma modernização conservadora na agricultura nacional, isto é, modernizando o modo de produção, mas se eximindo de quaisquer alterações no que tange à elevada concentração da riqueza e propriedade rural.

A unidade termina demonstrando que essa opção produtivista, que negava a existência de uma questão agrária latente expressa pela concentração fundiária e seus efeitos, teve consequências sociais drásticas.



Figura 15.2: Na Unidade 2, apresentou-se o papel das atividades agrícolas na formação e integração do território nacional e o Golpe Militar cristalizando o modelo produtivista baseado na Revolução Verde.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_celeiro.png; http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Agriculture_in_Brazil.PNG

A terceira unidade se dedicou a um debate controverso em torno do agronegócio e da agricultura familiar. Este debate é bastante atual e polêmico, uma vez que não existe consenso se essas duas categorias são complementares, concorrentes, alternativas ou mesmo se são coisas distintas. Recorremos às informações e dados do Censo Agropecuário

para avançarmos nesta unidade. Buscamos deixar claro que, mesmo não existindo um consenso, o fato é que não podemos “medir com a mesma régua” realidades socioeconômicas tão diversas.

A partir de alguns estudos que buscaram mostrar a magnitude e importância de uma agricultura de base familiar, bastante distinta daquela realizada ou patrocinada por grandes empresas internacionais, o próprio governo acabou definindo, por força de lei, o que vem a ser agricultura familiar, o que por seu turno facilitou sobremaneira as análises comparativas entre essas duas realidades. É neste sentido que a terceira unidade termina, demonstrando a importância da agricultura familiar e como está estruturada a ocupação e o uso do solo no Brasil.



Otávio Nogueira

Figura 15.3: Um debate controverso foi levantado na Unidade 3: se o agronegócio e a agricultura familiar são duas categorias complementares, concorrentes, alternativas ou mesmo se são coisas distintas.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/55953988@N00/6730301777/>

A última unidade se voltou aos movimentos sociais e os conflitos no campo. Esta unidade teve também quatro aulas. Nós nos preocupamos, em um primeiro momento, em apresentar, de forma sucinta, o passado e o presente dos movimentos sociais e pontuar alguns dos conflitos que tiveram a questão agrária como elemento central. Destacamos as ações do MST, o principal movimento camponês no Brasil e um dos principais movimentos sociais da América Latina.



Ninja Midia.

Figura 15.4: Apresentamos na quarta unidade o passado e o presente dos movimentos sociais.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/midianinja/9677337304/sizes/m/in/photostream/>

Feito este recorte, nos voltamos à realidade empírica, buscando demonstrar, a partir de alguns estudos de caso, as estratégias de produção e reprodução social em assentamentos rurais, com o intuito de deixar claro que, independentemente da diversidade de suas origens, contextos, fracassos ou sucessos, é importante entender que um assentamento rural não pode ser tratado apenas como uma unidade produtiva; ele deve ser visto necessariamente de modo mais amplo.

Em outras palavras: é imperativo que, a partir da realidade concreta, abandonemos formulações e análises puramente econômicas e financeiras para avançarmos no entendimento do que é efetivamente um projeto de assentamento rural, seus limites, suas potencialidades e suas carências em termos de políticas públicas.

DO QUE NÃO TRATAMOS

Como vimos desde a primeira aula, a economia agrária é a parte da Economia que se preocupa em entender não somente a produção, distribuição e consumo de produtos agropecuários como também as relações sociais próprias a essas questões.

Neste sentido, devemos ser prudentes em informar que, em nosso percurso, não abordamos, nem poderíamos, todas as questões inerentes à Economia Agrária. Além de vasta em suas possibilidades de análises, a

Economia aborda elementos que, por sua natureza, são transdisciplinares e perpassam um conjunto amplo de disciplinas e ramos do conhecimento, cristalizados no termo questão agrária.

As manifestações da questão agrária são muitas e complexas e estão expressas pelo

movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção (FERNANDES, 2001, p. 23).

Deste modo, muitos foram os temas, pontos, debates que, por necessidade de foco e síntese, não exploramos em nosso material. Cabe aqui, em caráter meramente ilustrativo, apontar alguns deles, que são altamente complementares entre si e com o conjunto de análises feitas no decorrer de nossa disciplina. Entre outros tantos, são temas recorrentes que permeiam e dão complexidade à questão agrária em geral e à brasileira especificamente:

Segurança e soberania alimentar

De maneira resumida, podemos dizer que segurança alimentar e nutricional é quando todos têm condições de exercer seu direito de ter acesso, de modo regular e permanente, a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes. Já a soberania alimentar diz respeito ao direito de todos, de modo autônomo, de definir as estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos de maneira sustentável e diversificada a fim de superar o dilema da fome e da subnutrição.

Um fato importante a ser ressaltado é que, em última análise, não é a falta de alimentos a causa da fome, e sim a falta de dinheiro. Em outras palavras, existem alimentos em quantidade suficiente para todos no mundo, entretanto uma em cada oito pessoas no mundo sofre de fome crônica. Em termos numéricos, enquanto o mundo possui mais de 840 milhões de pessoas que passam fome, apenas os alimentos desperdiçados (cerca de um terço do total de alimentos produzidos) seriam suficientes para alimentar 2 bilhões de pessoas (ONU, 2013). Conforme já nos tinha alertado Josué de Castro (1984), a fome é muito mais um fenômeno social ligado à concentração de renda, terra e riqueza do que propriamente um fenômeno ligado ao nível de produção de gêneros alimentícios.

Nesse sentido, a produção de alimentos, em escala ampliada, com políticas públicas direcionadas a este fim e que tenham preocupação com a diversidade da produção, com a preservação do meio ambiente e também com foco em uma agricultura sem agrotóxicos, priorizando as sementes crioulas, é hoje uma temática na agenda das políticas públicas, ao mesmo tempo que ocupa lugar estratégico no debate da questão agrária.

Os agrotóxicos

O termo agrotóxico é, genericamente, o nome dado a diversos produtos químicos utilizados na agricultura, tais como pesticidas, defensivos agrícolas e, entre outras tantas denominações, praguicidas. Conforme divulgado pelo jornal *Brasil de Fato* na edição de junho de 2012, desde 2008 o Brasil é o maior mercado consumidor de agrotóxicos de todo o mundo. Em média, são 16 litros de agrotóxicos por hectare em áreas agricultáveis no país, o que equivale a, aproximadamente, 5,2 litros de agrotóxico por pessoa ao ano.

Como vimos em aulas anteriores, o modelo produtivista adotado no Brasil nos anos 1960 teve consequências drásticas na concentração fundiária. Infelizmente, esse processo também foi o grande potencializador do aumento sem precedentes do uso de agrotóxicos na agricultura, contando inclusive com a pressão institucional para isso, uma vez que parte dos créditos concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tinha o destino vinculado à compra de um “pacote tecnológico” baseado em insumos químicos.

Não é apenas o agronegócio que usa agrotóxicos em geral. A agricultura familiar e camponesa também se vale desses insumos em sua produção. Entretanto, há que se considerar que as iniciativas para uma transição agroecológica ou orgânica são oriundas das pequenas propriedades e dos movimentos sociais a elas ligados.

Já o agronegócio é totalmente dependente dos agrotóxicos para garantir a elevada produtividade de seus produtos e justifica a elevada contaminação do solo e dos alimentos pelo discurso do aumento da produção para combater a fome no mundo, argumento este comprovadamente falso, como ressaltado no tópico anterior e também pelo que apreendemos da leitura de Josué de Castro.

Os transgênicos

Outro tema que nos remete à questão agrária atualmente é o dos organismos geneticamente modificados (OGMs), como são conhecidos os transgênicos. Estes OGMs são tanto plantas como animais que tiveram modificações genéticas feitas em laboratórios, em pesquisas geralmente financiadas por grandes empresas ligadas direta ou indiretamente ao agronegócio.

Nesse debate, de um lado existem os defensores desse modelo tecnológico aplicado à agricultura com o argumento de que não existem estudos que comprovem que eles afetam a saúde humana e causam alterações ao meio ambiente. De outro lado, os movimentos sociais denunciam que, além de não existirem estudos que provem que eles não fazem mal à saúde e ao meio ambiente, também existe o fato de apenas as maiores empresas do mundo serem detentoras dessa tecnologia, o que, por seu turno, configura uma oligopolização desse mercado, comprometendo a agricultura familiar e consequentemente a sua diversidade produtiva e cultural.

Entre os diversos pontos polêmicos podemos destacar:

1. se os transgênicos podem representar ou não riscos à saúde humana e à segurança e soberania alimentar;
2. se os transgênicos podem representar ou não riscos à perda da diversidade genética da agricultura e afetar a vida microbiana do solo;
3. se os transgênicos podem representar ou não riscos a uma poluição genética;
4. se os transgênicos podem representar ou não riscos ao surgimento de superpragas;
5. se os transgênicos podem representar ou não riscos ao aumento dos custos agrícolas e, por consequência, comprometer a já difícil sustentabilidade socioeconômica da agricultura camponesa e familiar.

Outro fato gerador de debates é o controle privado, via patentes, de seres vivos, isto é, além de comprometer a produção de sementes crioulas, os transgênicos, devidamente patenteados, acabam por gerar essa contradição.

Estrangeirização das terras nacionais

Outro ponto de extrema importância é o da compra de terras brasileiras por pessoas, empresas e até governos de outros países. Esse processo ganhou o nome de estrangeirização das terras, fenômeno que tem se intensificado nos últimos anos. Segundo Fernandes, essa

estrangeirização da terra é um fenômeno recente compreendido por megainvestimentos de países ricos e emergentes que têm atingido países emergentes e pobres por meio de aquisição ou aluguel de grandes extensões de terras para produção agrícola (2013, p. 72).

Os quilombolas

De modo genérico, atualmente as comunidades quilombolas são grupos étnicos de população negra tanto na zona rural quanto urbana que assim se autodefinem, a partir de alguns critérios, tais como a relação com a terra e o território onde estão inseridos, parentesco e ancestralidade, além de suas tradições.

Segundo o Incra, existem mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil. As estratégias de produção e reprodução social de um quilombo é muito diversificada, mas geralmente consiste na produção de farinha de mandioca, derivados de coco de babaçu, rapaduras e açúcar mascavo, além da produção e venda de artesanato, destacando-se aqueles feitos a partir de barro, sementes, fibra de bananeira, cipó, bambu, imbirá e palhas diversas, que se tornam, a partir de práticas artesanais que passam de geração a geração, bolsas, chapéus, brincos, pratos, bonecos, colares etc.

A questão indígena

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Brasil tem uma população autodeclarada de 896 mil indígenas, dos quais 57,7% viviam em áreas demarcadas, ou seja, terras indígenas oficialmente reconhecidas. Em grande parte, os conflitos envolvendo indígenas no Brasil estão relacionados às suas terras.

As terras indígenas são bens da União que, segundo a Constituição Federal de 1988, no parágrafo 1º do Artigo 231, as define como aquelas terras habitadas por indígenas “em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Ainda segundo a Constituição, estas terras são inalienáveis e indisponíveis à apropriação privada.



Acesse o endereço http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm e fique por dentro do que diz a Constituição Federal de 1988 no que se refere aos índios, seus direitos e suas terras.

O somatório da superfície das terras indígenas no Brasil atinge pouco mais de 109 milhões de hectares que, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai) totalizam 672 áreas, sendo que, destas, 115 ainda estão em fase de estudo que, quando concluídos, vão aumentar a superfície total ocupada por indígenas. Aqui reside o ponto fulcral dos recentes conflitos envolvendo fazendeiros, grileiros e povos indígenas, uma vez que em parte destas terras onde estão os indígenas também estão fazendeiros que buscam defender suas posses, o que invariavelmente gera conflitos, muitos dos quais armados e com mortes, notadamente do lado dos índios.

Os agrocombustíveis

Os agrocombustíveis têm ganhado destaque no debate da matriz energética global por conta do fenômeno do aquecimento global e da incapacidade de manutenção do modelo industrial baseado nos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo. Os agrocombustíveis são fontes de energia e têm caráter renovável, uma vez que derivam de produtos agrícolas. No Brasil, as principais fontes de agrocombustíveis são a soja e a cana-de-açúcar. Entretanto, eles podem ser igualmente oriundos de milho, trigo, mamona e diversos outros vegetais.



Ton Rulkens

Figura 15.5: Pinhão-mansó – oleaginosa com grande potencial para produção de biodiesel.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/47108884@N07/4325264514/sizes/m/in/photostream/>

Desde a década de 1970, com o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), o Brasil ocupa papel de destaque na produção de agrocombustíveis. Entretanto, mais recentemente, com o avanço da área plantada de cana-de-açúcar, importantes debates estão sendo travados sobre os danos ambientais desta monocultura, bem como as formas de exploração do trabalho humano.

Atividade Final

Explique o porquê da multidisciplinaridade nos temas tratados pela Economia Agrária, exemplificando pontos abordados e não abordados em nosso curso.



Resposta Comentada

Conforme apresentado durante todo o curso, a Economia Agrária é uma das disciplinas que ajudam a entender a dinâmica da questão agrária, notadamente a questão agrária nacional; entretanto, não é a única e não pode cumprir esta tarefa sozinha. Em outras palavras, o aprofundamento das questões levantadas na disciplina (a exemplo das políticas públicas para agricultura, dos impactos socioeconômicos da concentração fundiária, da produção agrícola e reprodução social no campo etc.) carece de outras ciências, tais como Geografia, História, Ciência Política, Sociologia e Ciências Sociais de modo geral. É fato que muitos foram os temas não abordados, temas considerados importantes no entendimento mais completo da temática agrária, a exemplo das questões indígenas, dos alimentos transgênicos, da segurança e soberania alimentar. Entretanto, a base apresentada deve servir de alicerce intelectual para você avançar nos temas de seu interesse.

RESUMO

Nesta aula, nos propusemos a fazer uma recuperação dos assuntos que vimos tentando demonstrar a lógica na qual as aulas e as unidades foram divididas. Importante observar a multidisciplinaridade dos temas tratados e também que muitos foram os assuntos que não tivemos a oportunidade de abordar. Muitas possibilidades de pesquisa ficam, portanto, em aberto para que você possa, ao seu gosto e tempo, avançar de modo mais criterioso no estudo da Economia e da questão agrária.

Economia Agrária

Referências

Aula 1

MALTHUS, T. R. *Princípios sobre economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

QUESNAY, F. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

Aula 2

ABRAMOVAY, R. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, V. (Org.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, São Paulo, 2008.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. v. 1, t. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

STALIN, J. Sobre o problema da política agrária na URSS. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, V. (Org.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NETTO, J. P. Apresentação. In: LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Aula 3

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. v. 1, t. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campe-sinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WELCH, C. A. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Aula 4

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*, (1930-1970; 1970-1995). 2. ed. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

CANO, W. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.

CARVALHO, J. G. *Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico em São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto: Microlins, 2007.

DELGADO, G. C. *O Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: Gênese Histórica, Reprodução e Configuração Contemporânea*. Texto para discussão n. 1025. Brasília: IPEA, 2004.

FURTADO, C. *Formação da economia no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

GANCHO, C. V.; LOPES, H. Q. F.; TOLEDO, V. V. *A posse da terra*. São Paulo: Ática, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1996.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

THÉRY, H.; MELLO, N. A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2005.

Aula 5

CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.

CARVALHO FILHO, J. J. A nova (velha) questão agrária. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 fev. 2008.

CRUZ, P. R. D. Expansão e crise no Brasil: as ideias pioneiras de Ignácio Rangel. In: RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crises urbanas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1951-2003. In: INCRA. *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: Instituto nacional de colonização e reforma agrária, 2005.

FURTADO, C. Entre inconformismo e reformismo. *Revista Economia Política*. v. 9, n. 4, 1989.

GUIMARAES, A. Quatro séculos de latifúndio. In: STÉDILE, J.P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KAGEYAMA, A. A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. *Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária – ABRA*, v. 23, n. 3, set/dez, 1993.

PRADO JUNIOR, C. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960). In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crises urbanas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RANGEL, I. Questão agrária brasileira: 1957-1986. In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, J. P. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____(Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Aula 6

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 2011.

CARVALHO FILHO, J. J. *A nova (velha) questão agrária*. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone/ Ed. da UNICAMP, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agrícola*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo*. Rio de Janeiro. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso em: mai. 2011.

KAGEYAMA, A. A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al (Org.) *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RANGEL, I. Questão agrária brasileira: 1957-1986. In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SZMRECSÁMYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: _____; SUZIGAN, W. (Org.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Hucitec, 1997.

Aula 7

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 2011.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1951-2003. In: INCRA. *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

MELLO, F. H. O crescimento agrícola dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 3 (39), jul/set, 1990.

MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MST. *MST: lutas e conquistas*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 2010.

OLIVEIRA, A. U. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estud. Av. v. 15 n. 43. São Paulo, 2001.

VASCONCELOS, M. M. N. *Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina – Vitória da Conquista: (uma fonte de cobiça)*. Dissertação de mestrado – Instituto de Geociência, UFBA, Bahia, 2007.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente: 2012.

DELGADO, G. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

HOFFMANN, R; NEY, M. G. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil*. Brasília: MDA, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 2009.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILVA, J. G. Agricultura e reforma agrária: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas,: Unicamp, Instituto de Economia, 1998.

BARROS, G. S. C; ADAMI, A. C. O. *Mesmo com redução dos preços, volume exportado pelo agronegócio inicia 2013 em alta*. São Paulo, CEPEA/Esalq-USP. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=339&search=1>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 11.326, 24 de julho de 2006.

DAVIS, J. H.; GOLBERG, R. A. *A concept of agribusiness*. Harvard University: Boston, 1957.

GUANZIROLI, Carlos et al. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MDA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.

PIZZOLATTI, I. J. *Visão e conceito de agrobusiness*. Biblioteca on line Sebrae, 2004.

Aula 10

ABRAMOVAY, R. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

DIEESE. *Estatísticas do meio rural: 2010-2011*. São Paulo, 2011.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 12, n. 270, ago. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 2009.

MDA. *Plano Safra da Agricultura Familiar: 2013-2014*. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/plano_Safra_agricultura_familiar_2013.2014_mda.pdf.

RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crises urbanas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000

SCHIRMANN, G. S. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.2, n. 2, out. 2007.

Aula 11

ABRAMOVAY, R. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

DIEESE. *Estatísticas do meio rural: 2010-2011*. São Paulo, 2011.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 12, n. 270, ago. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 2009.

MDA. *Plano Safra da Agricultura Familiar: 2013-2014*. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/plano_Safra_agricultura_familiar_2013.2014_mda.pdf.

RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crises urbanas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SCHIRMANN, G. S. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, out. 2007.

Aula 12

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

FERNANDES, B. M. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de Livre-docência, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>.

FERNANDES, B. M. *Formação e territorialização do MST no Brasil*. In: CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente, 2011.

VEIGA, J. E. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ABRAMOVAY, R. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1998.

CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. F (Org.). *O Novo Rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

GUANZIROLI, C. E. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: ____; ROMEIRO, A.; LEITE, S. (Org.). *Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda*. O Relatório da FAO em Debate. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 13-68.

____; ____; BUAINAIM, A. M et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Gramond, 2001.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K. da; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARAES, D. P. *Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/949260>. Acesso em: 10 out. 2013.

LEITE, S. P; ÁVILA, R. V. *Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

LEITE, S. P; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2004.

MALUF, R. S. J. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

RAMOS, P. *Índices de rendimento da agropecuária brasileira*. Brasília: NEAD Debates, 2005.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp, 2007.

BRANDÃO, C. A.; MACEDO, F. C. Demografia e Urbanização. In: _____; _____; CANO, W.; MACIEL, C. S. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Alínea, 2007.

CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.ibge.com.br.

RAMOS, P. *O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: uma possibilidade a considerar?* In: XLIV Congresso da SOBER. Anais... Fortaleza, 2006.

SEADE. *Informações dos municípios paulistas: banco de dados*. Disponível em: www.seade.gov.br. Acesso em mai. 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1998.

O veneno nosso de cada dia. *Brasil de fato*, ano 10, n. 486, jun. 2012. Edição especial: Agrotóxicos.

CASTRO, J. *Geografia da Fome: o dilema do brasileiro: fome ou aço*. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FERNANDES, B. M. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Presidente Prudente. Tese de Livre-Docência – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2013.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2010.

ONU. *FAO Statistical Yearbook 2013*. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3107e/i3107e00.htm>.

ISBN 978-85-458-0010-1



9 788545 800101



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade
Federal
Fluminense



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UFRRJ



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



FAPERJ
Fundação Coordenação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA